

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
ALESSANDRA SANTOS DOS SANTOS

O TURISMO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO “NOVO RURAL”: uma análise
das políticas públicas para o setor nos Estados brasileiros

Balneário Camboriú
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ALESSANDRA SANTOS DOS SANTOS

O TURISMO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO “NOVO RURAL”: uma análise
das políticas públicas para o setor nos Estados brasileiros

Dissertação para obtenção do título de Mestre em Turismo e Hotelaria do Programa de Pós-graduação *Strictu sensu* de Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí.

Orientador: Prof. Dr. Paulo dos Santos Pires.

Balneário Camboriú
2008

À minha **mãe**, amável e guerreira, que transformou meu sonho em realidade.

Ao meu irmão **André** (*in memoriam*) que nos deixou, mas semeou amor, perseverança e dedicação à profissão.

Às minhas **sobrinhas** e **sobrinho**, que são meu equilíbrio entre a razão e a emoção, que este sirva de incentivo.

AGRADECIMENTOS

Neste momento agradecer denota reconhecer que este trabalho tem marcas, significados e momentos. Portanto, por participarem espontaneamente (ou não) da minha vida, dos sonhos e das dificuldades, eu agradeço:

- ao Professor **Dr. Paulo dos Santos Pires**, orientador deste estudo, pelo respeito, pela paciência e pelo empenho em ensinar, mas, essencialmente, por ter acreditado e assumido este compromisso comigo, na busca do saber e do construir;
- ao **CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelos 24 meses de bolsa de estudo, uma vez que, sem esse auxílio, o caminho seria árduo demais e talvez inatingível;
- às **Secretarias de Turismo dos Estados** brasileiros e/ou órgãos direcionados ao desenvolvimento do Turismo Rural, pela colaboração nas respostas da entrevista;
- à Professora **Dra. Regina Célia Linhares Hostins**, pelo empenho na partilha do conhecimento, na cumplicidade, na amizade, por ensinar a beleza e a bravura da vida de um professor e, principalmente, pela condução do Grupo de Pesquisa;
- ao Professor **Dr. Miguel Angel Verdinelli**, pela sua disponibilidade, pelos ensinamentos, que levaram à elaboração do instrumento de pesquisa e análise;
- às Professoras da Banca de Qualificação, **Dra. Dóris van de Meene Ruschmann** e **Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira**, pelos apontamentos que auxiliaram na concepção desta dissertação;
- ao Professor **Dr. Francisco Antônio dos Anjos**, por disponibilizar o acesso à sua biblioteca pessoal e pelas discussões referentes ao assunto;
- à Professora **Dra. Anete Alberton**, pelos ensinamentos durante as atividades desenvolvidas na revista científica Turismo Visão e Ação;
- a todos os professores do Mestrado, que, por meio de seus ensinamentos, participaram no meu crescimento e colaboraram na construção desta dissertação;
- a todos os **colegas**, pelas discussões, pela troca de conhecimento e fundamentalmente pelo carinho e companheirismo nos momentos difíceis, em especial ao colega **Helber** (*in memoriam*) que não pôde completar esta jornada;
- às amigas, **Elisiane, Juliana, Lorena e Rafaela**, por compartilharem não só o conhecimento durante o Curso, mas a luta, as alegrias, os conflitos e incertezas geradas no decorrer desta trajetória;
- à **Dora, Dóris e Lali** pelo carinho, pela disponibilidade, pela partilha de momentos tristes e alegres, pelos ensinamentos, pelas correções e acima de tudo pela amizade;
- aos amigos **Cláudia e Jerri**, pelas reflexões e pelo incentivo à docência;
- aos ex-professores e amigos **Guilherme e Maria Emília**, pela iniciação à pesquisa, pelas palavras de apoio e confiança ao longo de muitos anos;
- a todos **os amigos**, que mesmo distantes (fisicamente) estiveram ajudando e incentivando nesta caminhada, em especial à **Berna** e à **Denise**.

Faço destes agradecimentos uma prece de gratidão a Deus, pelo olhar cuidadoso e amoroso, pelos caminhos cruzados, pela presença constante, pelo conforto, e, ainda pela falta de respostas, que nos impulsiona à busca e à crença.

RESUMO

O Turismo Rural representa uma possibilidade de criar novas alternativas, novas riquezas. A ocupação deste espaço favorece o não abandono das atividades agrícolas tradicionais, e o desenvolvimento de novas atividades, a participação das instituições públicas e dos diversos operadores sócio-econômicos na promoção do Turismo Rural, respondendo à necessidade de identificar soluções capazes de permitirem o enfrentamento da crise econômica nas zonas rurais. Este trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas que norteiam o desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, sob a contextualização do “Novo Rural”, que traz como característica o desenvolvimento da atividade como alternativa econômica. A apreciação das políticas públicas serviu para caracterizar o segmento em cada Estado brasileiro, identificando os parceiros envolvidos e delimitando perspectivas e desafios do Turismo Rural no Brasil. Para compreender este processo, os preceitos metodológicos utilizados, por meio de pesquisa qualitativa de caráter exploratório, proporcionaram o entendimento da atuação das políticas públicas voltadas ao Turismo Rural. A convergência entre as entrevistas (Secretarias de Turismo dos Estados), a análise documental e o quadro teórico (aliado a historicidade) permitiram que os Estados brasileiros fossem analisados quanto as suas atuações, proporcionando cruzamentos dos dados gerados na aplicação do instrumento de pesquisa. As políticas públicas de Turismo Rural são aplicadas pela maioria dos Estados, porém a efetivação delas não tem a mesma abrangência. Fica evidente que, além do padrão geral, deve estar aliado a estas políticas uma regionalização que permita explorar de forma adequada as características próprias de cada lugar.

Palavras-chave: Turismo Rural; Novo Rural; Políticas Públicas.

ABSTRACT

Rural Tourism represents an opportunity to create new alternatives, new wealth. The occupation of this space favors the non-abandonment of traditional agricultural activities, the development of new attitudes, and the participation of the public institutions and various socio-economic operators, in the promotion of Rural Tourism, responding to the need to identify solutions capable of stemming the economic crisis in the rural zones. This work analyzes the public policies that govern the development of Rural Tourism in Brazil, within the “New Rural” context, one of the characteristics of which is the development of the activity as an economic alternative. The analysis of public policies served to characterize the segment in each Brazilian State, identifying the partners involved and outlining the perspectives and challenges of Rural Tourism in Brazil. To understand this process, the methodological precepts used, by means of qualitative, exploratory research, enabled an understanding of the public policies geared towards Rural Tourism. The convergence between the interviews (Stated Secretaries of Tourism), the document analysis, and the theoretical background (together with the history), enabled an analysis of the Brazilian States with regard to their actions, providing cross-references of the data generated in the application of the research tool. Public policies on Rural Tourism are applied by the majority of the States, but their degree of practical implementation varied. It is clear that besides the overall picture, these policies should be allied with a regionalization that explores the specific characteristics of each place.

Key words: Rural Tourism; New Rural; Public Policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABATURR	Associação Baiana de Turismo Rural
ABRATURR	Associação Brasileira de Turismo Rural
AC	Acre
ACETER	Associação Cearense do Turismo no Espaço Rural e Natural
ADETURNOP	Agência de Desenvolvimento Turístico Regional do Norte do Paraná
ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável
AFEAM	Agência de Fomento do Estado do Amazonas
AGENCIARURAL	Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário
AGRITURIST	Associação de Agroturismo
AL	Alagoas
AM	Amazonas
AMAZONASTUR	Empresa Estadual de Turismo do Amazônia
AMCG	Associação dos Municípios dos Campos Gerais
AMUPE	Associação Municipalista de Pernambuco
AP	Amapá
APETURR	Associação Pernambucana de Turismo Rural e Ecológico
APPAN	Associação das Pousadas Pantaneiras
APRATURR	Associação Paranaense de Turismo Rural
BA	Bahia
BAHIATURSA	Empresa de Turismo da Bahia
CE	Ceará
CEDIS	Centro de Desenvolvimento e Integração Social
CEF	Caixa Econômica Federal
CEFAT	Centro Europeu de Formação Ambiental e Turística
CEPAGRO	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – SC
CNTUR	Conselho Nacional de Turismo
COGETURA	Comitê Estadual de Turismo Rural e Agroturismo
COMEC	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
DOU	Diário Oficial da União
E.U.	União Européia
ECOPARANÁ	Serviço Social Autônomo Ecoparaná
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo

EMPAER	Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência Médica e Extensão Rural
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A
ES	Espírito Santo
EUA	Estados Unidos da América
FACTUR	Faculdade de Turismo da Bahia
FAESC	Faculdades de Escada
FECAM	Federação Catarinense de Municípios
FETAG-RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul
FUNDTUR/MS	Fundação de Turismo do Mato Grosso do Sul
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAGO	Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas
IELUSC	Associação Educacional Luterana
IGAP	Instituto Goiano de Defesa Agropecuária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSEE	Instituto Nacional de Estudos Estatísticos e Econômicos
INTERREG	Cooperação Transfronteiriça
IPEA	Instituto de Pesquisa Estatística Aplicado
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITEAM	Instituto de Terras do Amazonas
LEADER	Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
MA	Maranhão
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDR 25 de Julho	Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho
MG	Minas Gerais
MinC	Ministério da Cultura
MINEROPAR	Minerais do Paraná S/A
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
MTur	Ministério do Turismo
NOW	Programa de Formação e Ocupação de Mulheres
OMT	Organização Mundial do Turismo
PA	Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010

PAC	Política Agrícola Comum
PAMAF	Programa para o Melhoramento da Agricultura e da Floresta
PARATUR	Companhia Paraense de Turismo
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PEDAF	Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNTRAF	Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar
PPDR	Programação do Potencial de Desenvolvimento Regional
PR	Paraná
PROMATA	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável a Zona da Mata de Pernambuco
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRTUR	Paraná Turismo
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SANTUR	Santa Catarina Turismo S/A
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDTUR	Secretaria de Desenvolvimento do Turismo do Mato Grosso
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPROR	Secretaria de Estado de Produção Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SETUC	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento
SETUR	Secretaria de Turismo
SOL	Secretaria de Estado de Turismo Cultura e Esporte

SP	São Paulo
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TARS	Turismo em Áreas Rurais
TO	Tocantins
TRAF	Turismo Rural e Agricultura Familiar
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPR Litoral	Universidade Federal do Paraná/Unidade do Litoral
UFs	Unidades da Federação Brasileira
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNIGUAÇU	Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí

LISTA DE FIGURAS E TABELA

Figura 1	Distribuição da População Brasileira.....	26
Figura 2	Evolução do espaço rural.....	31
Figura 3	Ocupação do território brasileiro pela atividade agropecuária em 1995.....	32
Figura 4	Ocupação do território brasileiro pela atividade agropecuária em 2006.....	33
Figura 5	Organização do espaço rural.....	34
Figura 6	Mapa do Brasil com suas regiões e Estados.....	56
Figura 7	Síntese dos Procedimentos Metodológicos.....	59
Figura 8	Fluxograma para Construção do Instrumento de Coleta de Dados (Entrevista).....	63
Figura 9	Linha do Tempo – Políticas Públicas para o Turismo Rural.....	71
Figura 10	Mapeamento do Turismo Rural no Brasil.....	91
Figura 11	Linha do Tempo – Surgimento do Turismo Rural.....	95
Figura 12	Síntese da análise de entrevistas caracterizando as regiões geográficas (A, B, C, D, E), associadas a figura 10 que ilustra o mapeamento do Turismo Rural no Brasil.....	108
Tabela 1	Distribuição da população brasileira por grupos.....	26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Aspectos do Turismo Rural na Alemanha.....	39
Quadro 2	Aspectos do Turismo Rural na Áustria.....	40
Quadro 3	Aspectos do Turismo Rural na Bélgica.....	41
Quadro 4	Aspectos do Turismo Rural na Dinamarca.....	42
Quadro 5	Aspectos do Turismo Rural na Espanha.....	43
Quadro 6	Aspectos do Turismo Rural na França.....	44
Quadro 7	Aspectos do Turismo Rural na Itália.....	46
Quadro 8	Aspectos do Turismo Rural em Portugal.....	48
Quadro 9	Aspectos do Turismo Rural nos Estados Unidos da América.....	50
Quadro 10	Aspectos do Turismo Rural no Brasil.....	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 ASPECTOS DA ORIGEM DO SISTEMA AGRÍCOLA E SEU PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL ATÉ O “NOVO RURAL”	18
1.1 A formação do sistema agrícola europeu	18
1.2 A formação do sistema agrícola brasileiro	21
1.3 Abordagens da origem e desenvolvimento do “Novo Rural” brasileiro	30
1.4 Turismo Rural em alguns países da Europa, nos Estados Unidos e Brasil....	37
1.5 Aspectos sobre conceitualização do Turismo Rural.....	52
2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA INVESTIGAÇÃO.....	56
2.1 Descrição do universo da pesquisa.....	56
2.2 Tipo da pesquisa	57
2.3 Percurso da pesquisa	61
2.4 Métodos de análise da pesquisa	67
3 POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA VISÃO DE DOCUMENTOS E AÇÕES QUE ORIENTAM O TURISMO RURAL NO BRASIL.....	69
3.1 Análise dos documentos que englobam o Turismo Rural.....	69
3.2 Análise das entrevistas com Secretarias de Turismo dos Estados.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE.....	123

INTRODUÇÃO

O Turismo Rural aparece como um tema de grande abrangência e com explícita necessidade de estudos interdisciplinares. Diante dessa inópia, diversos campos das ciências passaram a enfocá-lo, principalmente a geografia, a antropologia, a administração, a economia e as ciências agrárias, tornando-se objeto de pesquisas empíricas, norteadas por diversos trabalhos científicos, além de favorecer a implantação de atividades ligadas ao Turismo Rural em inúmeras propriedades do território brasileiro.

Em função da interdisciplinaridade, discussões vão surgindo, dando espaço às contradições, o que justifica a procura de informações sobre esta atividade em outros países, visando à compreensão da realidade brasileira e a inserção do Turismo Rural enquanto atividade econômica. A busca para compreender um fenômeno é citada por Milton Santos (1997) como processo de mundialização da economia, que conjectura as modernizações do campo e do turismo, relacionando-as à nova organização do território.

Esta reorganização territorial está diretamente vinculada às transformações ocorridas nas áreas rurais em contexto mundial. No Brasil, o Turismo Rural surge como uma alternativa econômica, capaz de minimizar a decadência do meio rural e manter a atividade agrícola nas propriedades, que estão sendo abandonadas por uma série de fatores de ordem econômica e social.

Como premissa para a investigação foi utilizado o território nacional, que, apesar de sua grande extensão, possibilita identificar e examinar as mudanças ocorridas no meio rural, por uma abordagem teórica embasada no “Novo Rural” brasileiro, onde o Turismo Rural se insere como alternativa econômica.

A inserção do Turismo Rural, como alternativa para o meio rural brasileiro, deve-se ao modelo europeu, que integra a atividade como política pública, servindo de base para os programas empresariais do pós-guerra, no intuito de reerguer áreas rurais que se encontravam em declínio. No Brasil, o Turismo Rural foi incluído recentemente na Política Nacional do Turismo, que procura delinear diretrizes, estratégias e programas para apoiar a diversificação de atividades e renda do homem camponês, aliado ao setor de desenvolvimento agrícola.

Em alguns países, as políticas públicas estão numa esfera superior à

nacional, pois conseguem atingir maior eficácia. No Brasil, as discussões são mantidas por um amplo período, sem atentar para as transformações que ocorrem em maior velocidade.

A idéia da investigação foi embasada na perspectiva do “Novo Rural”, pelo conceito que representa e sua inter-relação com o Turismo Rural, constituindo-se numa alternativa de renda para o agronegócio.

A definição para “Novo Rural” neste estudo remete para a idéia de Graziano da Silva e Del Grossi (1999), que transborda a difusão de atividades não-agrícolas, geradas e praticadas por pessoas que residem no campo - ações que originaram uma crescente urbanização, transformando o meio rural, pois inclui uma noção de desenvolvimento regional fundado na integração sistêmica de atividades dos distintos setores da economia e, envolve a noção de desenvolvimento com base nos recursos locais.

Conceituação está que estabelece uma relação direta com o tempo livre das famílias rurais, em função da modernização do campo, onde outras práticas, além das agrícolas, aumentam a fonte de renda. O “Novo Rural” trata de bens e serviços que anteriormente eram autoconsumidos e que, com o passar dos anos, passaram a ser vendidos como mercadorias.

Um fator relevante a ser considerado é a constatação do crescente interesse dos meios acadêmicos pelo Turismo Rural, fato observado através da realização de vários seminários, publicações específicas e congressos, em que as abordagens interdisciplinares demonstram a importância da temática. São raros, entretanto, estudos com uma abordagem geral, que possam mostrar o tratamento nas esferas governamentais, com o propósito de tornar experiências isoladas em paradigmas para o crescimento do turismo no meio rural, com sustentabilidade e solidez.

Na década de 1990 o assunto ganhou espaço nas universidades brasileiras, como proposição de congressos, sendo absorvido por órgãos públicos de promoção do turismo e transformando-se em política pública através do PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar, de 1996, que num primeiro momento não se consolidou, mas, atualmente, volta a ser discutida como política de desenvolvimento agrícola e arcabouço para o Turismo Rural.

Para que seja estabelecida uma compreensão sobre a temática abordada, é necessário voltar o olhar à historicidade, identificar as raízes da agricultura brasileira, conhecer o processo de uso e apropriação da terra em todo o território nacional, e,

então, analisar as diferenças e semelhanças entre os Estados brasileiros e verificar se as políticas públicas conseguem abranger a todos.

A abordagem é de fundamental importância, para que as discussões se transformem em ações, isto é, para que as políticas públicas sejam capazes de nortear o planejamento do Turismo Rural, levando em consideração seus benefícios.

Esta alternativa de organizar o espaço rural se apresenta como uma faceta de desenvolvimento, o que torna necessária a reflexão sobre as políticas públicas existentes, e a identificação dos seus gestores e parceiros, como forma de conservação em âmbito natural, cultural e histórico patrimonial, sem pretender que a atividade se torne a solução dos problemas econômicos das áreas rurais, mas que venha a equilibrar-se com as outras de maneira integral.

O interesse pelo presente tema de pesquisa foi despertado pelos seguintes questionamentos:

- Quais são as políticas públicas que norteiam o desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil?
- Como pode ser caracterizado o desenvolvimento do Turismo Rural nos Estados brasileiros?
- Quem são os parceiros envolvidos no processo de desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil?
- Quais as perspectivas e desafios do Turismo Rural no território brasileiro?

Para compreender o processo que envolve o Turismo Rural no Brasil, os preceitos metodológicos escolhidos para esta investigação delimitaram o universo de pesquisa abarcando todos os Estados brasileiros, proporcionando melhor entendimento dos mecanismos de atuação das políticas públicas voltadas ao Turismo Rural. Para isso, foi enviada uma entrevista (apêndice A) a todas as Secretarias Estaduais de Turismo e, nestas, aos responsáveis por políticas e projetos de Turismo Rural, totalizando 26 interlocutores, no período compreendido entre dezembro de 2007 e março de 2008.

Para atender o recorte escolhido, propôs-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, viabilizando a coleta e a análise de materiais empíricos, que descrevem informações referentes ao tema e, por isso, necessitam de aprofundamento. Dentre os métodos que essa modalidade abarca, elegeu-se o

estudo de caso, o qual proporciona a aplicação de instrumentos específicos (principalmente entrevista e exame documental) e sua posterior análise.

O estudo de caso (YIN, 2005) pode ser focado em um caso ou casos múltiplos, situação esta que se enquadra nesta investigação, por abranger o território brasileiro de forma ampla e utilizar as divisões geográficas dos Estados para a análise.

As fontes primárias empregadas na obtenção de informações foram documentos, destacando-se as Diretrizes para Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, divulgadas pelo Ministério do Turismo para o período de 2003-2007 e efetivadas em junho de 2007, a Carta de Santa Maria (do I Congresso Internacional de Turismo Rural em Santa Maria – RS), o PNT (Plano Nacional de Turismo, 2003-2007 e 2007-2010), o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, compêndios da Rede TRAF – Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar, diretamente vinculado ao PRONAF, entre outros.

A convergência entre as entrevistas, a análise documental e a composição do quadro teórico desta dissertação foram direcionadas à resolução da seguinte indagação: como estão contextualizadas as políticas públicas de Turismo Rural no Brasil, sob a perspectiva teórica do “Novo Rural”?

Para a análise dos dados, além do que foi abstraído da empíria, foram aglutinados referenciais teóricos das áreas de turismo e ciências humanas e sociais, uma vez que o próprio assunto envolve inúmeras complexidades. O modelo de Turismo Rural implantado no Brasil foi uma adaptação, não atendendo à realidade agrária brasileira, caracterizada pelo agronegócio e pela agricultura familiar.

Como objetivo geral, este trabalho pretende analisar as políticas públicas de Turismo Rural e seu desenvolvimento nos Estados brasileiros sob a luz do conceito de “Novo Rural”.

Para alcançar o escopo proposto, elencou-se os seguintes objetivos específicos:

- Examinar as políticas públicas que norteiam o Turismo Rural no Brasil;
- Caracterizar o desenvolvimento do Turismo Rural nos Estados brasileiros;
- Identificar os parceiros envolvidos no processo de execução das políticas públicas de Turismo Rural nos Estados brasileiros;
- Delimitar as perspectivas e os desafios do Turismo Rural no território brasileiro.

Esta investigação está estruturada em três capítulos que se completam, abordando a relação entre o “Novo Rural” e o Turismo Rural, permitindo que sejam realizadas considerações sobre a abordagem realizada.

O capítulo inicial apresenta aspectos sobre o sistema agrícola e seu processo de desenvolvimento no Brasil. Para entender essa abordagem, fez-se necessário uma imersão na formação do sistema agrícola europeu e brasileiro, para compreender o processo de transformação territorial que deu origem a uma nova forma de ocupação designada pelo agronegócio com o “Novo Rural”. E, como o Turismo Rural é uma possibilidade de desenvolvimento para o meio agrícola, realizou-se uma breve análise sobre as políticas públicas que norteiam alguns países da Europa e os Estados Unidos, o que levou a uma discussão sobre a conceitualização.

Por esta investigação abranger todo o território brasileiro, foi necessário construir o capítulo 2, para descrever a trajetória metodológica, delimitando o universo, tipo e percurso da pesquisa.

O capítulo 3 trata da apresentação e análise dos dados coletados, onde foi possível examinar as políticas públicas, por meio de análise documental e das entrevistas realizadas; sendo possível compreender como se desenvolve o Turismo Rural nos Estados brasileiros, quais suas características, tendências e desafios.

1 ASPECTOS DA ORIGEM DO SISTEMA AGRÍCOLA E SEU PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL ATÉ O “NOVO RURAL”

1.1 A formação do sistema agrícola europeu

Atualmente, se tenta identificar o que é rural e o que é urbano, embora estes termos, com o passar dos anos, tenham perdido uma definição clara, pois os espaços anteriormente reconhecidos vêm sofrendo mudanças consideráveis; as quais, para serem contextualizadas, necessitam serem explicadas a partir dos fatos históricos ocorridos na Europa, que se refletirão no Brasil. O povoamento e a organização do espaço brasileiro têm a sua gênese relacionada aos interesses europeus e, em particular, aos de Portugal. Segundo Rangel (1981), dominava no Brasil, na época do descobrimento, o comunismo primitivo, enquanto na Europa o feudalismo começava a se romper em várias regiões.

Lefebvre (1991) explica o surgimento das cidades através da industrialização, mas não deixa de salientar a relação intrínseca da cidade com o campo. Refere-se como a primeira divisão do trabalho, estabelecida por meio da separação entre cidade e campo, identificando por sexo e por idade (biológica do trabalho), instrumento e habilidade (técnica) e, material e intelectual (social).

Estas divisões, norteadoras das mudanças ocorridas no meio rural, e que estarão sendo discutidas no transcurso desta pesquisa, estão embasadas nas idéias de Lefebvre (1991) de que a organização das cidades depende de um trabalho intelectual, por meio de direção, atividades políticas e militares e pelo conhecimento teórico ligados à sua formação, enquanto no campo dominam as atividades práticas.

Convém destacar que as expressões campo ou meio rural serão entendidas como uma mesma definição, seguindo terminologia utilizada na área agrícola, onde ambas se referem aos espaços situados além dos limites das cidades, destinados às atividades agropecuárias.

Voltando ao surgimento da industrialização da cidade, cabe retroceder ainda mais no tempo, para discorrer sobre os moldes de produção agrícola, e para tal, o sistema feudal será ponto de partida.

No sistema feudal, a geração de divisas tinha por base a agricultura, porém outras atividades eram realizadas, em menor escala, como a pecuária, a mineração

e a produção de artesanato, visando complementar a renda, o que tornava a função agrícola um meio de produção fundamental (ALVES, CARNEIRO, TRINDADE & RONNYERE, 2005).

Os proprietários rurais recebiam a denominação de senhores feudais, e os camponeses eram servos, sendo o território do feudo dividido em três partes: domínio (parte reservada ao senhor feudal e trabalhada pelo servo); terra comum (parte de uso comum, com matas e pastos) e; manso servil (parte destinada aos servos, dividida em glebas¹).

Esta relação entre senhores feudais e servos caracteriza a exploração do trabalho servil. Apesar do servo não ser considerado um escravo, também não era livre, uma vez que estava preso a terra; levava o excedente da produção agrícola para a feira da cidade e trazia, em troca, artesanato urbano, caracterizando um pequeno comércio e um início de integração entre campo e cidade.

Sendo assim, a sociedade capitalista, estruturada economicamente, proveio da armação econômica da sociedade feudal. Segundo Marx (2002), a decomposição desta sociedade feudal acabou dando subsídios à formação do capitalismo, que tem sua origem na agricultura, influenciando o processo de apropriação e uso da terra.

Este processo de passagem de um sistema para outro é relatado por Marx (2002), quando cita a expropriação² camponesa, situação em que os servos expulsos da gleba foram transformados em trabalhadores assalariados. Libertaram-se da servidão, porém seu trabalho estava ainda ligado a terra³.

Simultâneo a este processo de formação de uma “massa” de trabalhadores assalariados, ocorre o florescimento das cidades, característica do século XV, e, conseqüentemente, das produções manufaturadas; os senhores feudais estavam entregues ao fracasso, pois possuíam terras, mas, não dispunham de dinheiro, tendo que transformar o modo de produção de suas propriedades.

Conforme ocorria a transição deste período, o assalariado agrícola recebia alguns benefícios para não abandonar a terra, dentre os quais estava a conservação dos acres de terra. Porém, era proibida a colocação de inquilinos sobre a terra.

¹ Lotes não contínuos, distribuídos um por servo, com divisões intercaladas umas nas outras, para facilitar a retirada da metade da produção de cada servo, destinada ao senhor feudal (ALVES, CARNEIRO, TRINDADE & RONNYERE, 2005).

² Retirada ou expulsão dos proprietários das terras que lhe pertencia.

³ No século XV o trabalho estava ligado à terra pela forma do trabalho assalariado na agricultura, onde os camponeses expropriados, em seu tempo livre de lazer, trabalhavam para os grandes proprietários de terras, formando uma classe independente e pouco numerosa (MARX, 2002).

Posteriormente, evoluiu para os arrendatários, que entregavam a terra para ser trabalhada em troca de valor monetário ou de produto. O número de camponeses independentes continuava a ser superior ao número de arrendatários, o que levou os proprietários fundiários a usurparem as terras mediante leis que aboliram a constituição feudal do solo e outorgaram as de assentamento (MARX, 2002).

As terras usurpadas passaram a ser presenteadas e vendidas a preços irrisórios, tornando-se propriedades privadas, com a intenção de transformar a base fundiária em comércio, isto é, expandindo a área de exploração agrícola.

Essa usurpação das terras comunais e a revolução gerada na agricultura tiveram efeitos negativos, segundo Marx (2002), uma vez que o trabalhador agrícola passou a ganhar tão pouco pelo seu trabalho que mal conseguia manter-se. Deste modo, o homem do campo foi sendo empurrado para o trabalho assalariado, deixando as terras nas mãos de poucos, embora o vínculo entre campo e cidade não estivesse rompido.

O sistema capitalista tinha a necessidade de expulsar o povo do campo, porque, além de mão-de-obra para a produção manufaturada, necessitava gerar o seu consumo. Os camponeses que, neste momento obtinham salário em troca do seu trabalho, podiam usufruir de produtos que anteriormente não era possível.

A porção de produtores agrícolas, que trabalhavam com produtos manufaturados, começou a se exceder, dando certa autonomia a esta classe, sendo então separado o processo de manufatura e agricultura, como o único modo de solidificar a produção capitalista.

Para Marx (2002), do mesmo modo que muda o processo de produção, o sistema capitalista abriu outros caminhos, e, de algum modo, o cultivo do solo subsidiaria o trabalho industrial com a produção de matéria prima, produzindo uma nova classe de pequenos rurícolas, que exerciam esta atividade como fonte principal de renda.

Hobsbawm (1977) expõe que todas as transformações sociais, decorridas da transferência da agricultura para o modelo capitalista, contribuíram para que o homem perdesse os laços com a terra, mantidos desde seus ancestrais. Ficavam na terra apenas homens e mulheres que eram muito ligados a ela, mesmo retirando o mínimo necessário para o seu sustento. Nos centros, onde a população tornava-se excedente, ocorriam migrações sazonais para outros centros, criando novas áreas agrícolas, possibilitando o comércio entre os países.

As forças econômicas que movimentavam a agricultura não eram somente as de suprimento de matéria-prima, mas também as que detinham a força de trabalho para atividades não-agrícolas; assim, era possível desenvolver o capital urbano e industrial (HOBBSAWM, 1977).

No Brasil estas transformações não ocorreram na mesma época em que na Europa e em outros países.

1.2 Origem do sistema agrícola brasileiro

Os portugueses colonizaram o território brasileiro em 1500, sendo que desde 1494, em respeito ao tratado de Tordesilhas⁴, o domínio das terras era do Rei de Portugal. Porém, estas terras já estavam habitadas pelos denominados índios que, conseqüentemente, eram seus donos naturais (HOLANDA, 1972).

Vindos de um sistema que abarcava o escravagismo, os portugueses tentaram se utilizar dos índios, como mão de obra braçal, uma vez que estas terras, além de abundantes ofereciam riquezas que poderiam torná-los aristocratas. Mas, isso não ocorreu, pois os índios já tinham um sistema organizacional⁵ e conheciam muito bem o território, o que não permitiu que fossem dominados.

O Rei de Portugal passou a doar as terras a quem tivesse condições para explorá-las. Essas doações ocorreram em forma de sesmarias⁶, que se conectavam ao uso das terras comunais da época medieval chamado de *communalia*⁷ (LIMA, 1991).

A abordagem referente as sesmarias se deve ao fato de que foi o grande viabilizador da apropriação do território brasileiro, abolido somente às vésperas da Independência, causando impacto sobre a estrutura fundiária do país até os dias de hoje.

No Brasil, a concessão de sesmarias foi alterada para o caráter perpétuo,

⁴ Divisão traçada por linha imaginária entre as Coroas portuguesa e espanhola, sendo que o litoral brasileiro ficava na parte lusitana (PRADO JÚNIOR, 1977).

⁵ Esse sistema organizacional estava “[...] sob a forma de sociedades comunitárias primitivas, portanto em situação pouco apropriada para seu aproveitamento produtivo”. Porém, pelas características de trabalho ao ar livre, alguns eram esporadicamente utilizados para a extração do pau-brasil, mas não aos rigores do sistema de produção agrícola (PEREIRA, 2007).

⁶ Sistema (de sesmaria) que surge em Portugal durante o século XIII, quando o país é atingido por uma crise agrícola. Trata-se de um instituto jurídico, da Legislação desde 1375, o qual normatiza a distribuição das terras que serão destinadas a produção (PRADO JUNIOR, 1994).

⁷ Antigo costume da região da Península Ibérica, as terras eram lavradas nas comunidades, divididas de acordo com o número de municípios e sorteadas entre eles, a fim de serem cultivadas.

contrariando o texto da Coroa de Portugal, a qual estabelecia que a doação seria apenas vitalícia. Obviamente esta modificação veio a se adequar melhor aos reais objetivos da colonização, uma vez que não seria possível povoar uma terra habitada por povos hostis, sem que os conquistadores tivessem o direito de transferí-la aos seus herdeiros (HOLANDA, 1992).

Em função do crescimento da produção colonial, no século XVI, começaram a surgir propriedades de grandes dimensões, derivadas da anexação de glebas adquiridas por doação, compra ou herança, originando-se, assim, os grandes latifúndios, incentivados pela Coroa na obtenção de acumulação de terras (PEREIRA, 1932).

O Brasil foi para Portugal uma colônia de exploração (em áreas de clima tropical) e povoamento (nas áreas de clima temperado), com características básicas, como: latifúndios - terras distribuídas em grandes propriedades rurais; monocultura - todo o mercado voltado à fabricação de um único produto para exportação, além da produção para consumo interno e; mão-de-obra escrava - trazida da África, e vendida como mercadoria, para gerar riqueza com seu trabalho (PRADO JÚNIOR, 1994).

O sistema das sesmarias perdurou no Brasil até 1822, quando a Resolução 76 pôs fim ao regime de apropriação de terras, onde qualquer um podia tomar posse livremente, situação estendida até a promulgação da Lei de Terras, datada de 1850, que reconheceu as sesmarias antigas, ratificou formalmente o regime das posses, e instituiu a compra como a única forma de obtenção de terras.

Num primeiro momento, foi intenso o cultivo da cana-de-açúcar, em função do clima quente e úmido da costa brasileira e pela qualidade do solo, propícia ao cultivo de tal cultura, segundo Prado Júnior (1977). Em 1557, inicia-se a instalação dos engenhos de açúcar no Brasil, uma vez que os portugueses já dominavam esta técnica de plantio, bem como o processo de fabricação do açúcar, produto de grande valor comercial (COSTA, 1992).

A economia, baseada no cultivo da cana-de-açúcar (nordeste) e no trabalho artesanal, consolidou-se nos séculos XVI e XVII, período em que o incentivo agrícola era destinado à produção de larga escala. A agricultura de pequeno porte e de caráter diversificado não era do interesse da Coroa portuguesa, pois as políticas européias visavam o abastecimento do mercado europeu, caracterizando uma colonização absolutamente mercantilista, onde o incentivo à pequena propriedade

desvirtuaria os interesses da metrópole (COSTA, 1992).

Entretanto, boa parte do território do Sul do Brasil, que foi colonizado tardiamente, o foi com base nas pequenas propriedades. A exceção são as áreas de latifúndio pastoril. Mas, esta política econômica tomou outra proporção a partir do século XVIII, quando ocorre o crescimento da colônia aliado ao ciclo migratório e à descoberta das Minas Gerais. A mineração dinamizou a economia, abrindo novos setores, como o da produção de alimentos, o tráfico interno de mão-de-obra e a circulação de mercadorias.

No entanto, com a decadência da mineração no final do século XVIII, ocorreu, segundo Alvarenga (1985), o renascimento da atividade agrícola, bem como a reivindicação pela terra, tornando a política das sesmarias insuficiente para atender a nova demanda social.

O historiador Prado Júnior (1994) descreve este período como momento histórico crucial para a formação do Brasil, acarretado pela vinda da família Real, que modificou o quadro político, gerando lutas ideológicas, já que camadas sociais diferentes resistiram e pressionaram para que a legislação abrangesse os interesses de todos.

Essas diferentes classes sociais eram formadas pelos proprietários de terras, grileiros e posseiros, sendo que o primeiro grupo tinha poder econômico e, por esse motivo, conseguiu pressionar o governo para garantir seus direitos.

A Lei de Terras de 1850, dificultam o acesso à terra. A partir desta data, a compra, torna-se o único modo de adquirir terras públicas, com a devida comprovação do poder pagar. Esta situação ajuda a compreender por que o Brasil possui grande concentração de latifúndios ainda improdutivos, acompanhados de uma massa de população excluída e de trabalhadores sem terra.

Segundo Lima (1991), a promulgação da Lei de Terras tinha o objetivo de impedir que imigrantes, brancos pobres, negros libertos e mestiços tivessem acesso à terra, dificultando a formação de pequenos proprietários; assim, os grandes proprietários teriam mão-de-obra para suas fazendas.

Além de objetivar que as terras permanecessem nas mãos de poucos, a Lei de Terras também teve o cunho de integrar as diferentes províncias do território, tentando criar a nação brasileira, uma vez que tal legislação estabeleceu um novo relacionamento entre os proprietários de terras e o Estado, já que mantinha papel fundamental na organização social e política do Estado Imperial.

No Brasil, as terras passaram a ser consideradas um bem, incorporando-se a uma economia comercial, sendo avaliadas como mercadorias geradoras de lucros, tanto pela capacidade de produzir, como de extrativismo.

Nesse contexto de mudanças estavam os Barões do Café - a produção de café substituiu a do açúcar no século XIX, e tornou-se motor da economia agrária. O fim do tráfico negreiro acarretou a diminuição da mão-de-obra escrava, até a abolição da escravatura em 1888, o que acabou estimulando a entrada de imigrantes europeus.

O Brasil tramitou do uso da mão-de-obra escrava para o trabalho livre assalariado (principalmente imigrante), devendo-se levar em conta a ocupação e a produção da terra como reflexo das necessidades vigentes a cada época.

Por todos os fatos apresentados, não se pode deixar de evidenciar que a formação do Brasil se deve à forma de ocupação, o que pode ser percebido através de Prado Júnior (1994), quando faz referência às formas de produção diferenciadas, exemplificado pela criação de gado e muares no Rio Grande do Sul e sertão do Nordeste, ambos com características diferentes.

No Rio Grande do Sul as fazendas eram circundadas, para que não ocorresse a dispersão das crias. Havia disponibilidade de mão-de-obra (negros livres, mestiços e índios), em função das áreas com grandes extensões de terras. Aliados ao clima favorável, estes aspectos diferenciavam a região se comparada com a do sertão nordestino, que tinha condições climáticas desfavoráveis, além da área pastoril estar localizada nas proximidades da zona produtora de cana, o que gerava uma competição pela mão-de-obra (PEREIRA, 2007).

A relação de produção destas duas áreas era idêntica, mudando apenas a qualidade, em função dos fatores já citados, deixando claro que estes fatores influenciaram no uso da terra, uma vez que, o homem que trabalhava nesta atividade de criação, depois de algum tempo, passava a ter (como forma de pagamento) participação no rebanho, até mesmo formando o seu próprio. Quando isso ocorria, muitos procuravam ocupar outras áreas, dando continuidade a mesma atividade. Somente a partir do século XVIII, no momento da expansão da mineração, ocorreu a ligação, através das boiadas e tropas muares, do Nordeste e o Sul do Brasil, presença fundamental na ocupação do interior brasileiro (PEREIRA, 2007).

Deste modo, segundo Pereira (2007), fica concretizada a diferenciação histórica de formação do Brasil, descrita por Rangel (1981), o qual enfatiza que os

alicerces geográficos explicam que o sistema produtivo não é um modo contemporâneo, e sim está enraizado numa cronologia histórica.

Através da evolução de um sistema, inicialmente com características do comunismo primitivo que alcança o capitalismo financeiro, se pode dizer que o Brasil passou por todas as etapas de desenvolvimento histórico da sociedade.

Ao ser descoberto, o Brasil se encontrava num estágio de comunismo primitivo (sistema de produção dos índios), evoluindo para o escravismo (escravos trazidos da África) e pelo fato de seus colonizadores serem vassalos do Rei de Portugal, ocorrendo a inserção no mercantilismo (o que era produzido tinha destino no mercado externo). A conquista das Américas acaba reforçando o sistema feudal na península Ibérica, somente rompido após o surgimento da manufatura inglesa, no mesmo momento em que as colônias americanas rompem o processo mercantil com as metrópoles européias (PEREIRA, 2007).

Devido a este rompimento mercantil, o Brasil necessita criar algo novo, sendo fundamental que o modo de produção aqui existente pudesse garantir o pagamento de impostos, dando à colônia condições de evoluir economicamente.

Esta evolução econômica está inteiramente ligada à matriz agrícola atual, devido à herança deixada pela época colonial, que irá explicar a existência de um rural tradicional, que passa desde o desenraizamento do campesinato até mobilizações de camadas desfavorecidas, chegando ao “Novo Rural”.

Conforme Garcia (2003), os modos de produção fizeram com que ocorressem transformações no campo brasileiro, sobretudo acompanhando as mudanças do século XX, que se destinava ao cultivo de café, cana-de-açúcar, cacau, algodão, sisal entre outras, caracterizando a ocupação de grandes propriedades rurais, responsáveis por mais de 85% das exportações brasileiras.

Garcia (2003) relembra que, por volta de 1940, ainda residiam no mundo rural cerca de 70% da população brasileira. Dado confirmado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Estatística Aplicado), com base nos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que aponta uma distribuição populacional no meio rural de 69% da população residente no Brasil.

Na tabela 1 observa-se que, ao longo dos anos, o Brasil sofreu declínios em termos percentuais da população residente nas áreas rurais.

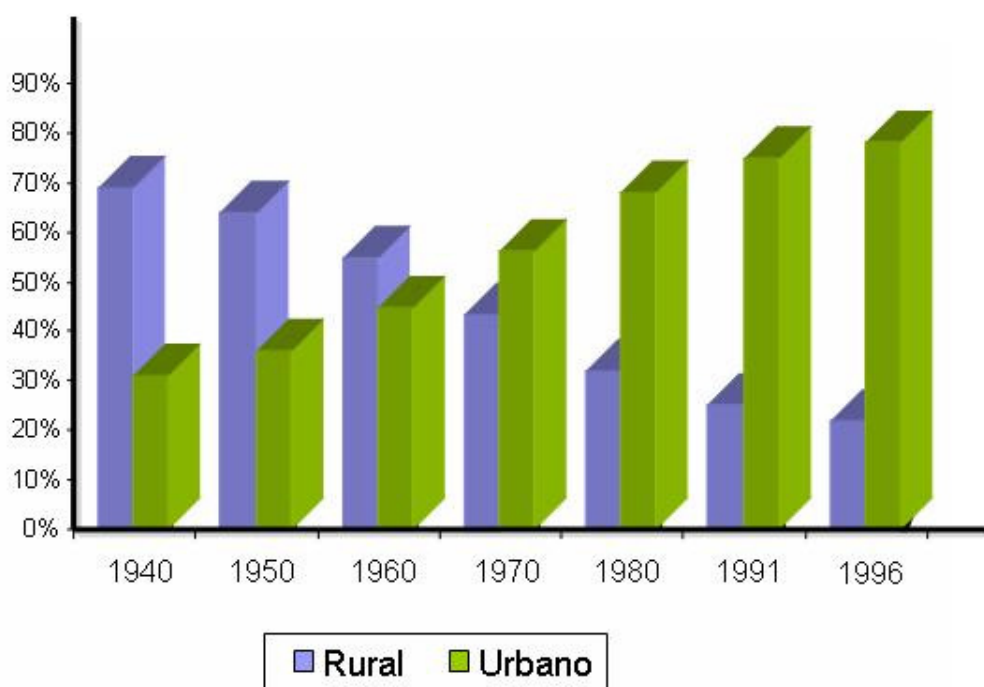
Tabela 1

Distribuição da população brasileira por situação de domicílio

Situação de domicílio	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996
Rural	69%	64%	55%	44%	32%	25%	22%
Urbano	31%	36%	45%	56%	68%	75%	78%

Fonte: Dados do IBGE, adaptados de IPEA (2000)

Em proporção ao declínio no meio rural, graficamente, fica visível o crescimento da população urbana, que na década de 1940 somava 31% da população total e cresceu para 78% em 1996 (figura 1).

**Figura 1:** Distribuição da População Brasileira

Fonte: Elaborada pela Pesquisadora (2008)

A partir da década de 1970, o homem do campo passa a ter majoritariamente domicílio urbano. No final do século, a maior parte da população do Brasil já se concentra nas áreas urbanas (81% em 2000).

Além da concentração populacional ser resultado de diferenças nas taxas de crescimento natural (fecundidade e de mortalidade), o movimento migratório tem um papel importante. Apontam-se dados de que o volume aproximado foi de 55 milhões de pessoas que deixaram a área rural entre 1940 e 1996 (CAMARANO &

BELTRÃO, 2000).

O processo de distribuição populacional do território brasileiro se deu de forma diferenciada entre as várias regiões, uma vez que, em 1940, grandes lavouras não eram interligadas, constituindo circuitos econômicos independentes, devido a malha de transporte e de comunicação. Não havia interligação entre as regiões produtoras de café, como Rio de Janeiro e São Paulo, as áreas cacauceiras na Bahia, e os canaviais em Pernambuco, a não ser pela navegação de cabotagem, o que explica a concentração de grande parte da população no meio rural (GARCIA, 2003).

Com a expansão da fronteira agrícola nas regiões Sul, Centro-oeste e Norte, a migração determinou o crescimento vegetativo nestas áreas, e, conseqüentemente, o aumento da população urbana, que no final do século XX se concentrava na região Sul, o que vem a explicar a concomitante desruralização da população brasileira, apontando para uma tendência de continuar a fixar-se nos grandes centros (região Sudeste), conforme Camarano e Beltrão (2000).

O percentual de 78% de população residindo na área urbana, para Garcia (2003) se deve ao fato da industrialização acelerada (entre 1930 e 1980), do dinamismo da economia, da reestruturação do Estado nacional, da criação de universidades, reorganização do sistema de ensino de base, o fortalecimento dos partidos políticos e, conseqüentemente, dos movimentos associativos e da falta de políticas agrícolas que assegurem a permanência da população no campo - momentos históricos, que passam a estabelecer uma relação de transformação entre a cidade e o campo.

O território é uma extensão da superfície, onde o homem constrói (LAMAS, 2004). Partindo dessa conceituação, fica claro que o meio rural, assim como o urbano, é uma criação do homem, o que não os diferencia. Em ambos, as atividades exercidas, sejam elas urbanas, agrícolas ou florestais, mudam as características físicas da paisagem.

No meio rural permeiam paisagens (dependendo da região) com canais de irrigação, sulcos, plantações, caminhos, açudes, edificações que vão deixando transformações perceptíveis, que não devem ser confundidas com paisagens naturais. O que irá diferir o rural do urbano, sob o ponto de vista de Lamas (2004), é essencialmente o modo de utilização, uma vez que, em ambas, o homem atua sobre o território, seja para viver ou exercer alguma atividade.

O modo de utilização de uma área pode caracterizar um território, bem como diferenciar modos de produção e sistemas econômicos, sendo esta diferenciação o grande norteador das mudanças até aqui enfatizadas.

Essa nova forma do rural é decorrente de transformações das relações sociais estabelecidas, delineando o desenvolvimento da agricultura familiar, da agricultura empresarial, do surgimento dos complexos agroindustriais e do próprio agronegócio, e, como diz Garcia (2003), é um modo de observar que o mundo agrícola não pode mais ser pensado como um bloco coeso, e sim deve ser visto como resultado de rendimento financeiro, força de trabalho e relações futuras entre cidade-campo.

Dando início a estas novas modificações, não se deve deixar de mencionar os diferentes olhares de Mathieu e Jollivet (1989), Kayser (1990) e Rémy (1993) sobre o rural, para compreender as recentes transformações nesse meio.

Mathieu e Jollivet (1989) lançam um olhar sociológico sobre o rural, afirmando que existem duas características a serem consideradas: a primeira é a relação específica do homem do campo com a natureza (trabalho/habitat) e, a segunda são os resultados estabelecidos através destas relações (do espaço, do tempo, do trabalho e da família). Sem dúvida tratam-se de representações do espaço natural e construído, uma vez que o rural é objeto de diferentes atividades e usos humanos.

Para Kayser (1990), o rural é um modo de utilizar o espaço e manter a vida social, pois exige uma compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço físico; isto envolve as particularidades do modo de vida (identidade) e cidadania do homem do campo, bem como sua inserção na sociedade.

Segundo Rémy (1993), o rural é uma categoria histórica encontrada em todas as sociedades, sempre em transformação, cabendo ao pesquisador perceber se a forma deste rural está inserida no passado ou presente de uma determinada sociedade; portanto, não é imutável.

O dinamismo das relações estabelecidas pelo homem do campo com o espaço, constituem o desenvolvimento de uma sociedade mais global, resultado da urbanização, industrialização e da modernização da agricultura, sem marcas de uniformização da sociedade, mas de respeito ao espaço e grupos sociais (WANDERLEY, 2000). Ainda para a autora, modernização redefine as questões campo/cidade, sem anular o lugar do agricultor, sua importância social, cultural e

política. Até mesmo o agricultor moderno guarda laços profundos com a tradição campestre recebida de seus antepassados.

Essa questão de modernização e tradição faz com que surja uma reflexão, já citada por Wood (1999), de que não se pode ignorar ou negar a história em favor do hodierno. Há de se pensar que, através das transformações, ocorre sim a prática moderna, mas que esta não renega as tradições, isto é, o aprendizado passado de uma geração para outra, fato que fica transparente quando avalia-se o meio rural, retrocedendo na história.

Estudiosos falam da dicotomia campo-cidade, das suas novas e modernas formas, mas de modo algum apontam para o fim do que é próprio do campo, e sim evidenciam a necessidade de uma nova ruralidade, isso em função das intensas mudanças ocorridas na sociedade rural tradicional (de ordem econômica e social) que afetaram, respectivamente, a forma de produzir e a vida social.

O meio rural teve que conceder mudanças na sua forma de produzir para atender a um mercado globalizado, pois estas transformações significam que o homem do campo não produz mais apenas para o sustento de sua família e vende apenas o excedente; agora, em função dos diversos fatores já apresentados, a produção se torna produto e o campestre precisa desta moeda de troca, para manter-se na propriedade.

A forma de produzir modernizada está inteiramente ligada a políticas públicas internas, que visavam, através da produção de insumos e de equipamentos e máquinas agrícolas, regular a economia de mercado, por meio da produção de alimentos e exportação de produtos agropecuários.

No entanto, este modelo de produção entrou em crise a partir de 1980. Wanderley (2000) aponta como causas a superprodução, a redução da força de trabalho nas atividades agrícolas e o uso indiscriminado de insumos químicos, fatos ocorridos simultaneamente com as mudanças sociais, que exigiam a consciência em preservar e renovar os recursos naturais.

A passagem pela crise agrícola cria a oportunidade de desenvolver, nos espaços rurais, outras atividades, capazes de atrair renda, benefícios sociais e uma ressignificação para o meio rural.

As “outras atividades” são expressas por meio do “Novo Rural”, isto é, pela dinâmica do meio rural brasileiro, explicada por Graziano da Silva (1996), quando denomina as novas funções (transformações) que são desenvolvidas no meio rural,

vinculadas as atividades não-agrícolas⁸ neste espaço, que somadas às atividades tradicionais⁹ acarretam benefícios para os agricultores.

1.3 Aspectos da origem e desenvolvimento do “Novo Rural” brasileiro

Para desenvolver a investigação sobre o “Novo Rural”¹⁰, observou-se a história do território brasileiro, analisando a estrutura agrária dos diferentes Estados brasileiros e suas particularidades, que servirão de arcabouço para a posterior análise dos dados coletados.

É fundamental que as diversidades entre regiões e Estados brasileiros sejam fundamentadas nos dados agrícolas, apresentados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pois a descontinuidade ligada à história caracterizaria uma pesquisa momentânea, recortada em um curto espaço de tempo, sem possibilidade de analisar a origem do desenvolvimento do “Novo Rural”.

A base de dados do Censo Agropecuário, realizado em 1996, foi utilizada para nortear a pesquisa e verificar a existência de alterações na ocupação do território nacional.

O período de evolução do espaço rural (figura 2) apresenta o movimento de conquista de novas terras e o aumento de produtividade, ambos ocorridos no período compreendido entre 1940 e 1980; caracterizado por métodos agrícolas, ainda primitivos, que esgotavam a terra pelas práticas de queimada e desmatamento, sem qualquer uso tecnológico. Assim, a fertilidade da terra caía (com exceção das zonas privilegiadas, à margem dos rios e em áreas de colonização alemã, italiana e japonesa) levando, em poucos anos, ao abandono destas terras e a ocupação de novas, ainda virgens, geralmente vizinhas. O limite da

⁸ Atividades não-agrícolas são originadas pela crescente urbanização do meio rural, e praticadas por pessoas que residem no campo. Têm relação direta com o tempo livre das famílias rurais que, em função da modernização do campo, permite aos seus membros dedicação à fabricação de doces, conservas, móveis e utensílios domésticos, ao lazer (caça e pesca), artesanato, cultivo de flores, criação de animais exóticos, etc. Bens e serviços que eram autoconsumidos e que, ao longo dos anos, passaram a ser vendidos como mercadoria (GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI, 1999).

⁹ Atividade tradicional é abordada como o modo de trabalhar e usar a terra, fundado no conservacionismo que passa de geração para geração o conhecimento, transmitido pela oralidade, fatos, usos e costumes, que acarretam herança cultural e técnicas representando um modo de vida (CARNEIRO, 1998).

¹⁰ Segundo Graziano da Silva (2002) o Novo Rural é a modernização da agricultura, e também a ampliação dos mercados de bens e serviços para os setores rurais, por meio de uma maior ocupação da população rural brasileira em postos não agrícolas e uma crescente evidência da importância da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural.

expansão foi marcado pela quantidade de mão-de-obra disponível, oriunda da própria família e dos trabalhadores assalariados.

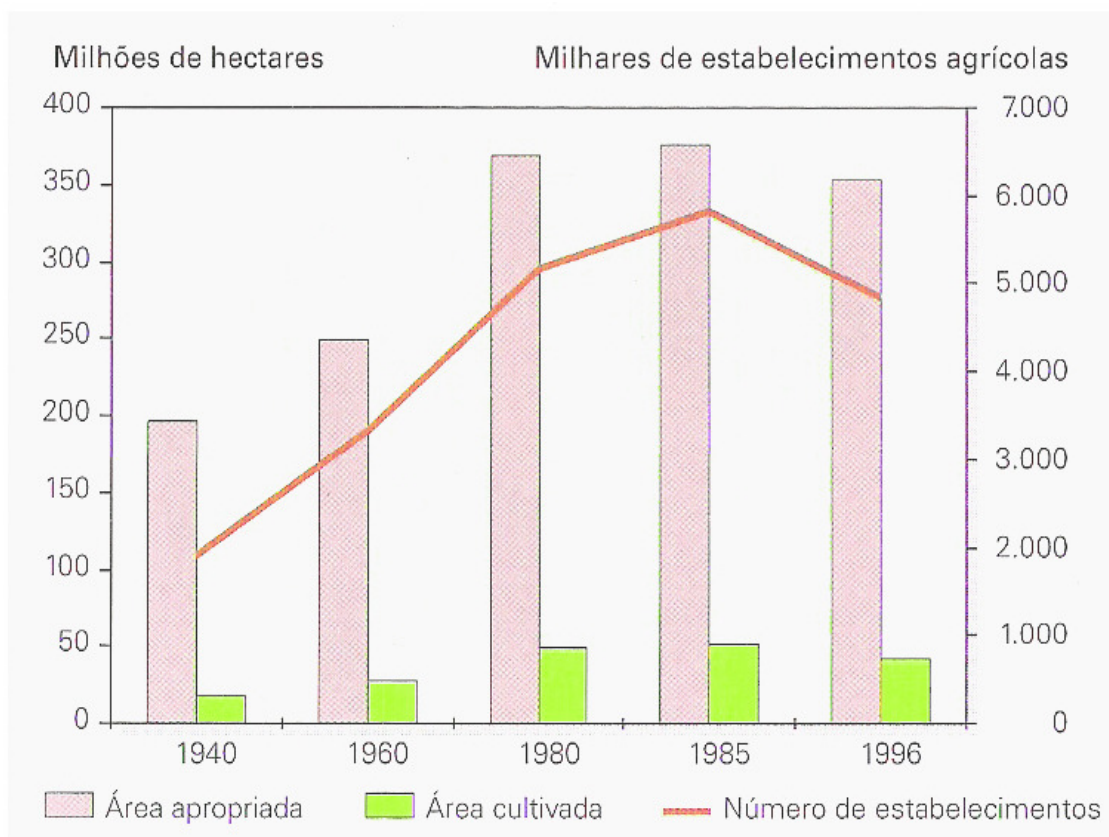


Figura 2: Evolução do espaço rural

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários (*apud* THÉRY e MELLO, 2005, p. 117)

De 1980 a 1985 inicia-se um processo de estagnação, em função da crise agrícola, gerada pela evolução de tecnologias nas áreas cultivadas, o que intensificou a produção, reduzindo as áreas de cultivo. Este processo foi acompanhado de uma supersafra que gerou o declínio apontado até o ano de 1996.

A diminuição da importância econômica do meio rural é o resultado da dinâmica que transforma o território constantemente em novos espaços, alterando a disposição natural das regiões agrícolas. Essas transformações têm degradado o meio natural, como a Amazônia e a região Centro-Oeste, onde o desmatamento ocorre em função do avanço da pecuária e da soja, deixando mais aparentes as desigualdades ocorridas no meio rural (THÉRY E MELLO, 2005).

O forte processo de mudança continuará alterando o espaço rural, inclusive em um futuro próximo, conforme informações preliminares geradas pelo Censo

Agropecuário 2006¹¹. É possível atualizar os dados do Censo de 1996 e visualizar (figuras 3 e 4) as mudanças ocorridas no decurso do processo, que confirmam as transformações advindas no meio rural.



Figura 3: Ocupação do território brasileiro pela atividade agropecuária em 1996

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2007)

As figuras mostram que a ocupação do território brasileiro continua diminuindo significativamente nestes 11 anos apontados. Os números de estabelecimentos agropecuários, em menor proporção no ano de 2006, reafirmam a nova organização do espaço rural, explicado pelas diferentes formas agrícolas; de um lado a pequena agricultura familiar, e de outro o agronegócio. Também é possível verificar que existem novas áreas de produção, principalmente nas regiões

¹¹ Consiste em uma operação estatística em grande escala, realizada entre o período de abril a julho de 2007, utilizada para reunir, processar e difundir dados referentes a exploração agrícola, uso e aproveitamento da terra, áreas cultivadas, irrigação, população de animais de criação, mão-de-obra e outros insumos agropecuários (IBGE, 2007).

de florestas e cerrados.



Figura 4: Ocupação do território brasileiro pela atividade agropecuária em 2006

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2007)

A redução anunciada das explorações agrícolas pode ser observada nas regiões mais desenvolvidas do Sul, onde a intensificação da tecnologia progride rapidamente, diminuindo as áreas cultivadas, mas sem perdas de produção. No entanto, na região Norte (Roraima e Amapá), sul do Pará e norte do Mato Grosso a progressão é contínua, em função da extensão das pastagens.

Realizando uma análise mais aprofundada é possível marcar as disparidades entre os Estados. As figuras 3 e 4 dão ênfase para as regiões Sul (norte do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e Centro-oeste (Mato Grosso do Sul, Sul de Goiás e do Mato Grosso), porque apesar da diminuição de ocupações agrícolas a produção é a mesma (IBGE, 2007), o que pode ser explicado pelo domínio das

grandes propriedades (mais de 100 hectares), que também engloba a região Norte. As áreas de produção de menos de 10 hectares se concentram no Nordeste, na Amazônia setentrional, no Vale do Ribeira em São Paulo e no Rio de Janeiro, enquanto que nas demais regiões e estados predomina a exploração em áreas médias (10 a 100 hectares).

Essas oposições são encontradas em todas as práticas agrícolas, conforme as rubricas do último recenseamento agropecuário do IBGE, de 1996, mas somente é possível comparação com o censo de 2007 quanto à ocupação agropecuária, porque os dados atuais encontram-se em fase de análise. Na figura 5 é possível retratar que a maior disparidade de organização do espaço rural está embasada nas zonas modernizadas, onde a inserção de complexos agroindustriais é crescente e vêm transformando a economia e as relações sociais.

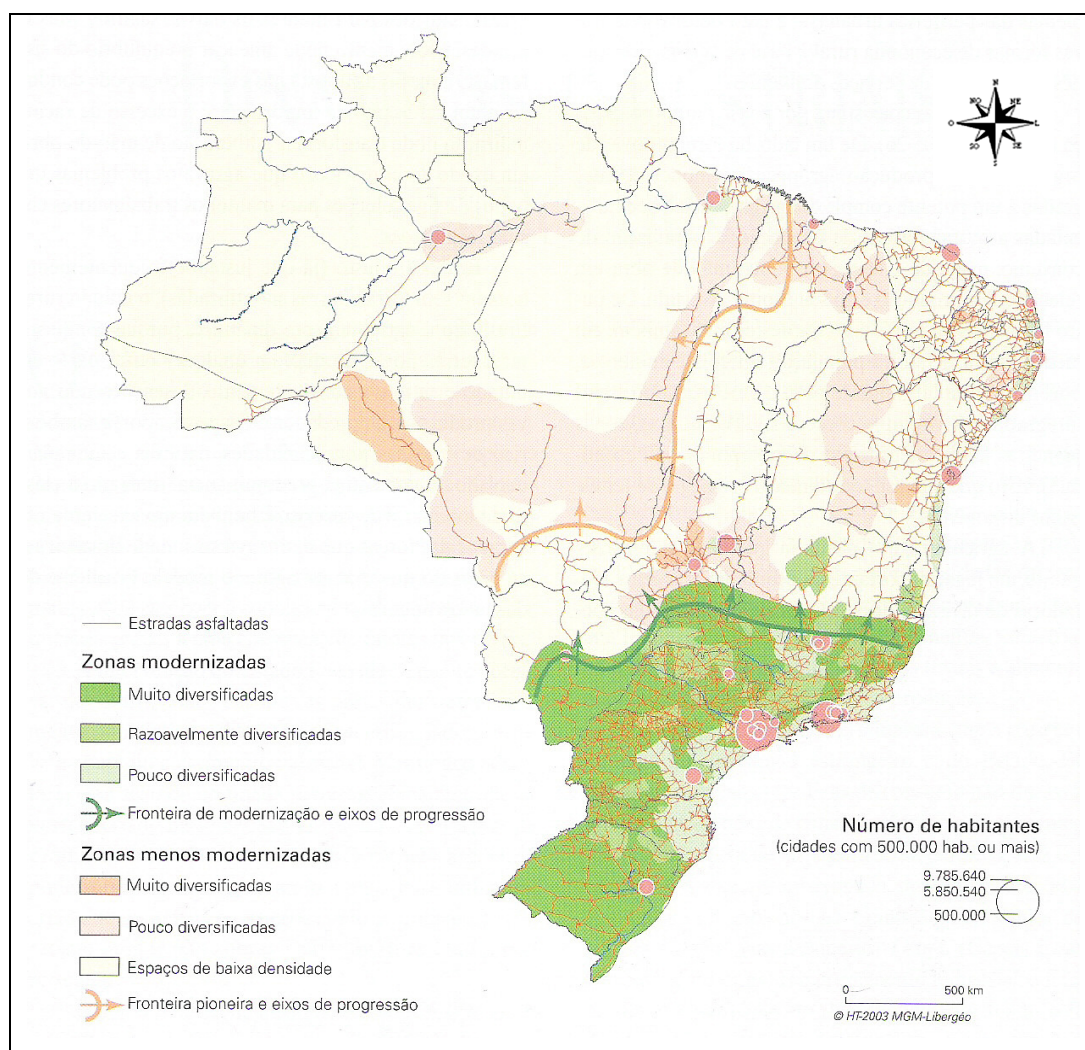


Figura 5: Organização do espaço rural

Fonte: baseado no Anuário Estatístico do Brasil, IBGE (*apud* THÉRY e MELLO, 2005, p. 143)

Segundo Théry e Mello (2005), a geografia agrícola tem sofrido alterações, dando margem ao êxodo rural, que ocorre em função da estagnação dos preços de produtos agrícolas, pela falta de estímulo e pela proteção ao produtor. Todavia este fenômeno é um processo histórico inelutável, se arrastando por longo período, ligado diretamente ao sistema capitalista, como discutido anteriormente.

O êxodo agrícola brasileiro, enraizado no forte desequilíbrio da renda no campo, permitiu um processo acelerado de urbanização e configura-se como a saída de refugiados do campo, o que não altera a condição dos que permanecem no meio rural, que continuam em condições precárias, sem acesso ou com acesso limitado à terra, à educação, aos serviços de infra-estrutura social e benefícios de políticas agrícolas (BUAINAIN, ROMEIRO e GUANZIROLI, 2003).

Este momento de transformações é denominado de “Novo Rural”, vivenciado pela agricultura brasileira, presenciando conflitos que contrapõem o passado e o presente. Fato que pode ser observado em relação à reforma agrária, pois o Brasil está entre os poucos países que ainda não a realizaram, mesmo apresentando uma das maiores taxas de concentração de terras do mundo. Numa estrutura fundiária mais equilibrada, a maioria da população poderia produzir seu próprio sustento.

Ao abordar o tema do “Novo Rural” brasileiro, é preciso tomar cuidado para não olvidar que não se trata de algo inusitado, sem problemas de ordem econômica e social para ser resolvido.

A reforma agrária é um assunto que merece aprofundamento, porque está longe de chegar a um consenso, apesar das transformações ocorridas no meio agrícola, que fazem surgir um novo escopo para o tema. A dinâmica exercida no “Novo Rural” alimenta a produtividade, a competitividade nos mercados externos e, por conseguinte, o aumento do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, porém não cabe nesta investigação analisar esta problemática, e sim evidenciar que o “Novo Rural”, apesar da modernidade intrínseca, traz na sua origem a bagagem histórica, com seus problemas e conflitos.

A dinâmica da agricultura brasileira está relacionada ao desenvolvimento de tecnologias produtivas, com alto índice de produtividade e, assim um excelente retorno financeiro, contudo não proporcional à quantidade de mão-de-obra empregada.

O aumento de tecnologias exige mão-de-obra especializada e em menor quantidade, restando aos camponeses à busca de outras ocupações e/ou o

abandono do meio rural. Entre outras ocupações estão relacionadas atividades agrícolas e não-agrícolas, novo modo de ocupação e uso da terra, enfatizados por Graziano da Silva (2002), autor utilizado para nortear o referencial teórico sobre o “Novo Rural” brasileiro; servindo de arcabouço para explicar as questões abordadas na investigação, que tende a enfatizar o Turismo Rural como atividade desenvolvida no meio agrícola, não como parte principal, mas como alternativa na transformação do mundo rural.

As atividades agrícolas e não-agrícolas fazem parte das mudanças do rural tradicional para o “Novo Rural”. Para Graziano da Silva e Del Grossi (1999), o “Novo Rural”, que implica em novas atividades e serviços, fazendo parte das transformações do campo, constituindo um novo cenário para o meio rural brasileiro, é composto por três grupos de atividades: agropecuária modernizada de *commodities*¹²; atividades não-agrícolas e; “novas” atividades agropecuárias¹³.

A ligação entre as duas últimas atividades pode ser conciliada, caracterizando a pluriatividade, isto é, a múltipla inserção de membros de uma mesma família no mercado de trabalho (GRAZIANO DA SILVA, 2002).

Diversos fatores, segundo Mingione e Pugliese (1987), explicam essas transformações entre as atividades agrícolas e não-agrícolas; sendo eles: o empobrecimento das áreas agrícolas, onde o camponês necessita aliar outras atividades para se manter na propriedade; a questão da industrialização e, por conseqüência, o assalariamento, garantindo o sustento; a própria flexibilidade de horário na prática agrícola, permitindo dupla jornada; a volta da indústria para o campo como alternativa de renda; a melhoria de acesso às áreas rurais; o fomento do transporte e da comunicação; bem como a possibilidade de realizar novas atividades na própria residência.

A combinação das atividades urbanas e agropecuárias atraiu ao campo homens de negócios¹⁴, que vislumbraram um novo mercado, pois as atividades

¹² Corresponde a títulos de negociação de produtos agropecuários, na bolsa de mercados futuros, que não necessitam de movimentação do produto físico. Nestas transações econômicas são negociados contratos Conjuntura, isto é, elementos constitutivos da situação econômica de um setor, ramo de atividade, região ou país, em determinado momento (DICIONÁRIO DE ECONOMIA, 2008).

¹³ São as atividades agropecuárias seculares, que anteriormente não tinha importância econômica (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.), mas que, ao longo dos anos, se transformaram em importante alternativa de emprego e renda no meio rural (GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI, 1999).

¹⁴ Expressão utilizada para designar homens que são empresários e que nunca trabalharam em atividades agrícolas, mas possuem condições financeiras de comprar terras e implementar novas tecnologias.

antes massivas foram minimizadas pela mecanização, melhoramento genético de rebanhos e cultivos, produção em menor espaço, tudo isso possibilitando a redução de horas, que antes eram dedicadas apenas às atividades agropecuárias, bem como uma maior rentabilidade (GRAZIANO DA SILVA, 2002).

Na tentativa de evitar o agravamento dos problemas existentes e desenvolver novas formas de economia, surge a perspectiva do “Novo Rural”, onde o Turismo Rural é abordado como uma atividade não-agrícola de exploração econômica, que valoriza a cultura e o ambiente do campo. Conforme Graziano da Silva, Vilarinho e Dale (1998), esta conceituação se dá devido a amplitude de realização do lazer no meio ambiente. E, para Graziano da Silva (1999), o Turismo Rural deve ser tratado como a única forma capaz de reter a população rural em seu local de origem e aumentar o nível de renda.

O “Novo Rural” no Brasil se expressa de forma diferenciada nas suas diversas regiões. Este fato, ao ser investigado, determina a compreensão da gênese do Turismo Rural, suas diferentes raízes e a possibilidade de analisar o quanto as políticas públicas servem de base para o seu desenvolvimento no território brasileiro.

Dando continuidade ao elemento principal desta fundamentação teórica, o tópico seguinte descreve uma breve abordagem sobre o tema (Turismo Rural), características e políticas públicas, que nortearam o desenvolvimento da atividade, chamada por alguns de turismo no espaço rural, buscando traçar um paralelo destes dados em alguns países do mundo, para exemplificar o desenvolvimento desta atividade no Brasil.

1.4 Turismo Rural em alguns países da Europa, nos Estados Unidos e Brasil

O Turismo Rural se constitui num marco de potencial para criação de riquezas. A possibilidade de ocupar espaço favorece o não abandono das atividades agrícolas tradicionais, e o desenvolvimento de novas. Surge como uma alternativa na busca de solucionar crises econômicas e frear a destruição da infra-estrutura de base nas zonas rurais.

Em uma análise mais aprofundada, este item busca compreender o processo que fomenta o Turismo Rural em diferentes países, através da identificação de suas características, origens e políticas públicas, fatores que possibilitarão um diagnóstico de abrangência, quando diferenças e semelhanças em comparação com o Brasil se

tornarão ponto importante da pesquisa.

O Turismo Rural surge em contexto mundial por dois viéses convergentes: reflexo do crescimento da população urbana, e como forma de renovar as atividades econômicas no meio rural. Desde então, diversas mudanças foram alterando este processo e ganhando características distintas, seja por diversificação geomorfológica dos espaços, situação econômica ou pelo patrimônio cultural.

De um modo abrangente, as atividades turísticas no meio rural datam da década de 1950, em países da Europa (Norte e Centro); posteriormente, por volta de 1970, em países do Sul da Europa e América do Norte e; aproximadamente na década de 1980, no Brasil, oportunizando uma expansão para a África e Japão na década de 1990.

Apesar da grande expansão, as individualidades de cada território são perceptíveis e trazem questionamento, como a falta de consenso na sua conceituação, sendo muitas vezes conflitantes e confusas, fazendo com que diferentes segmentos sejam tratados como iguais.

O propósito desta pesquisa não é definir um conceito único, em função da divergência e convergência existente. Torna-se evidente que o Turismo Rural é um fenômeno de várias facetas, as quais serão abordadas com o auxílio da construção de quadros (1 a 10), os quais identificam aspectos sobre o desenvolvimento do Turismo Rural ou Turismo em Espaço Rural em alguns países.

A base de dados, sucintamente apresentada, mostra o Turismo Rural (em alguns países) como segmento importante no desenvolvimento econômico e social, bem como seu processo de efetivação, servindo de alicerce para a compreensão de como se iniciou esta atividade.

Turismo Rural – Alemanha
Período inicial da implantação - Causas de origem
Possui uma tradição de atividades turísticas datada de 150 anos, inicialmente com atividade de Turismo Rural, evoluindo para o Turismo em Espaço Rural.
Características
<ul style="list-style-type: none"> • Forma de complementar a renda do produtor rural (fazendas hospedeiras); • Inserir o turista no meio rural, pela participação em atividades rurais ou simplesmente pelo convívio com costumes e tradições; • Excursão ao campo ou circuitos rurais, sem necessidade de hospedagem; • Empreendimentos denominados pequenos hotéis, localizados em vilarejos, mas sem envolvimento com a produção agrícola; • Hotéis de montanha, ofertando atividades voltadas à prática de esportes de inverno.
Políticas Públicas
<p>Registros encontrados são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • LEADER (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural); • Maciço de Rhon, que abrange boa parte de três Estados da Baviera, Hesse e Turingia, o qual é voltado para um plano de turismo sustentável.

Quadro 1: Aspectos do Turismo Rural na Alemanha

Fonte: Elaborado pela pesquisadora em 2007, baseado em informações extraídas da publicação de Oppermann (1993) e Presvelou (1988)

Turismo Rural – Áustria
Período inicial da implantação - Causas de origem
<p>No início da implantação do Turismo Rural, a hospedagem era realizada em casas particulares, de camponeses, uma vez que, a rede de hotelaria familiar não comportava, na alta temporada, o número de turistas que chegavam para a prática de esportes nas montanhas.</p>
Características
<ul style="list-style-type: none"> • Representa cerca de 80% da oferta turística, com grande parte da população trabalhando direta ou indiretamente para este setor, auxiliando na diminuição do êxodo rural; • Formado em sua maioria por grandes empreendimentos hoteleiros internacionais (gerando construções desenfreadas), em função da prática de esportes de inverno nas montanhas; • Apenas uma parte das propriedades rurais produtivas recebe turista, ofertando hospedagem, alimentação, lazer e participação nas atividades agrícolas.
Políticas Públicas
<ul style="list-style-type: none"> • Tenta-se criar um projeto que auxilie na conservação do meio ambiente, da cultura e da população rural, e, por outro lado, criar uma oferta turística com produto definido, como por exemplo: aldeias naturais de férias.

Quadro 2: Aspectos do Turismo Rural na Áustria

Fonte: Elaborado pela pesquisadora em 2007, baseado em publicações de Hauser (1993) e publicação editada pelo CEFAT – *Centro Europeo de Formación Ambiental Y Turística*, organizado por Crosby (1993)

Turismo Rural – Bélgica
Período inicial da implantação - Causas de origem
Desenvolvido a partir da década de 1970, devido à reforma da política administrativa e a tomada de consciência a respeito dos problemas agrícolas.
Características
<ul style="list-style-type: none"> • Organizado em dois modelos de alojamento: <i>L'accueil chez l'habitant</i> – casas rurais, alojamentos em granja; e Agroturismo – Camping e alojamentos em granjas, albergues eqüinos (sem legislação específica); • Segundo estudos europeus, em pesquisa realizada em 1985, apurou-se que os belgas preferem passar as férias no campo, motivados pela tranquilidade e pelo modo de vida.
Políticas Públicas
<p>Estrutura-se em quatro linhas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Serviço Público de Promoção; • Ajuda Financeira; • Regulamentação de Classificação; • Política de Produtos Turísticos.

Quadro 3: Aspectos do Turismo Rural na Bélgica

Fonte: Elaborado pela pesquisadora em 2007, baseado no CEFAT – *Centro Europeo de Formación Ambiental Y Turística*, organizado por Crosby (1993)

Turismo Rural – Dinamarca
Período inicial da implantação - Causas de origem
<p>Não existe uma data específica, nem uma definição clara, para o desenvolvimento do Turismo Rural. A própria caracterização geográfica, marcada pela presença da costa, transforma a idéia de campo ou meio rural um tanto atípica.</p>
Características
<ul style="list-style-type: none"> • Aproximadamente 35% dos habitantes praticam turismo ao redor do campo e em alojamentos de família (em granjas), considerado Turismo Rural; • Estrutura formatada em: <ul style="list-style-type: none"> ➢ Hotelaria – forma mais abrangente, porém sem legislação específica para hotéis; ➢ Camping e <i>Chalets</i> – residências secundárias, sendo uma forma bastante comum dos alojamentos de Turismo Rural, existindo também, a modalidade de casas para hóspedes e intercâmbio de casas; ➢ Agroturismo – seguem a modalidade das casas rurais. • Atividades como ciclismo, pesca, canoismo, <i>kayak</i>, equitação e cozinha vegetariana, são desenvolvidas no Turismo Rural.
Políticas Públicas
<p>Afetam três grandes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Regulamentação – Estabelecida pelo Ministério do Meio Ambiente, que, entre outras ações, limita o número de pessoas na atividade; • Controle – Realizado pela comunidade local e sindicatos; • Promoção de atividades – Auxílio dos sindicatos (mercado interno) e dos Conselhos de Turismo (mercado externo).

Quadro 4: Aspectos do Turismo Rural na Dinamarca

Fonte: Elaborado pela pesquisadora em 2007, baseado no CEFAT – *Centro Europeo de Formación Ambiental Y Turística*, organizado por Crosby (1993)

Turismo Rural – Espanha
Período inicial da implantação - Causas de origem
<p>Por volta do início da década de 1960, existiu uma iniciativa do Ministério de Informações e Turismo, com a participação das Câmaras de Extensão Agrária, de revitalizar as casas rurais em prol turístico, mas somente no ano de 1973 é que foi oficializada esta iniciativa. Diversos fatores propiciaram esta experiência de Turismo Rural na Espanha, e talvez por este motivo o desenvolvimento ocorresse diferente de outros países que também pertencem a <i>Comunidade Européia</i>.</p> <p>Na Espanha a busca partiu da comunidade, para alcançar um novo enfoque, o Turismo Rural, pois a agricultura estava desordenada e sem diversificação.</p>
Características
<ul style="list-style-type: none"> • Denominadas <i>TARS (Turismo em Areas Rurales)</i>; • Poucas propriedades produtivas envolvidas, mas diversos complexos hoteleiros destinados ao lazer, estética e negócios; • Dependendo da região, muda a concepção, como o caso das comunidades da Cataluña e Galícia, que enfatizam o trabalho realizado pelas mulheres; • Rede de alojamentos turísticos, instalados em casas rurais típicas; • Inúmeros problemas são apresentados no desenvolvimento do Turismo Rural, tais como: carência na formação de recursos humanos; falta de critérios na identificação; falta de estratégias para a comercialização; falta de assistência técnica; acessibilidade deficiente para as ajuda; inexistência de uma catalogação efetiva para toda a oferta de Turismo Rural.
Políticas Públicas
<ul style="list-style-type: none"> • Qualquer cidade com população inferior a 15.000 habitantes é considerada rural, conforme estabelecido pelo INE (Instituto Nacional de Estatística); • LEADER (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural); • Ainda não existe uma regulamentação específica para toda a Espanha, em função das comunidades autônomas, não existindo um controle sobre as atividades desenvolvidas.

Quadro 5: Aspectos do Turismo Rural na Espanha

Fonte: Elaborado pela pesquisadora em 2007, baseado em publicações de Avilés & Requena (1993); Presvelou (1988) e; publicação editada pelo CEFAT – *Centro Europeo de Formación Ambiental Y Turística*, organizado por Crosby (1993)

Turismo Rural – França
Período inicial da implantação - Causas de origem
<p>Surgiu no início do século, mas, somente em 1950, a atividade foi oficializada. Considerado o país pioneiro, em função de ter sido na França que se iniciaram os estudos e discussões sobre Turismo Rural. Sua origem é marcada pelo declive que as áreas rurais sofreram, evidenciado após a 2ª Guerra Mundial, e pela necessidade de conservação dos recursos naturais.</p>
Características
<ul style="list-style-type: none"> • País com recursos naturais e culturais disponíveis; • Detêm, entre os países europeus, o melhor índice de desenvolvimento da atividade de Turismo Rural; • Passa por outras denominações, como turismo verde e/ou turismo da terra, sem perder as características de espaços produtivos, voltados a valorização da cultura; • Divide-se em duas categorias conforme o INSEE (Instituto Nacional de Estudos Estatísticos e Econômicos): <ul style="list-style-type: none"> ➤ área rural ao entorno da área urbana (visitado pela população local, e onde os agricultores são minoria) e ➤ áreas rurais longe da cidade (intensa produção agrícola); • A alavanca da França, em relação ao desenvolvimento do Turismo Rural, constituiu um modelo para outros países; • Os princípios que elevam o Turismo Rural são: mobilização da população; políticas públicas; estratégias de produção e; produtos oferecidos com organização.
Políticas Públicas
<ul style="list-style-type: none"> • Criado a partir dos movimentos de associativismo, como o <i>Gîtes de France</i> – fortaleceu a atividade, e priorizou o reconhecimento de produtos de origem, sendo a mais antiga e maior associação de proprietários/empreendedores rurais; • Outras Associações foram surgindo, como: <i>Accueil Paysan</i> (1987), <i>Meublés Confiance</i> (1988) e a <i>Nid-Vacance</i>;

Continuação

- Associação *Bienvenue À La Ferme*, que reúne agricultores, criada pela Câmara de Agricultura, sem oferta de hospedagem, mas com possibilidade de visitas diárias e venda direta dos produtos agrícolas;
- LEADER (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural);
- A França possui políticas públicas constantes e preocupadas em traçar plano, a Nacional, Regional e Comunitário e, para isso, dispõe de uma legislação regulamentada, o que dá o suporte necessário para que os bancos e entidades financeiras tenham interesse em financiamentos.

Quadro 6: Aspectos do Turismo Rural na França

Fonte: Elaborado pela pesquisadora em 2007, baseado em Laurent & Mamdy (1998); Moinet (1996); Oxinalde (1994); Ortoli (1998) e; publicação editada pelo CEFAT – *Centro Europeo de Formación Ambiental Y Turística*, organizado por Crosby (1993)

Turismo Rural – Itália
Período inicial da implantação - Causas de origem
<p>As atividades de Turismo Rural se desenvolvem por volta da década de 1960, quando começou a recessão agrícola, acompanhada de grande número de edificações ociosas no meio rural. A primeira experiência agroturística foi realizada na região de Toscana.</p>
Características
<ul style="list-style-type: none"> • Os proprietários rurais recebem o visitante como forma de complementar a renda; • Zela-se por um turismo que reconheça a cultura rural, o cotidiano da agropecuária e o convívio com as famílias rurais; também denominado “agricultura de lazer”; • Oferecem ao visitante um dia de campo, onde é possível apreciar a gastronomia regional, participar de festas típicas e conversas com os moradores locais; • Algumas propriedades hospedam em instalações próximas à casa do proprietário, em granjas nas montanhas, na costa e em granjas culturais; • Existem duas denominações para o agroturismo: Turismo no Campo e Turismo Rural; • As atividades mais marcantes são: a prática eqüestre, excursionismo, pesca e artesanato; • O agricultor tem a possibilidade de ter seu produto valorizado, gerando novos ingressos no meio rural, assim como a valorização do território e dos produtos agrícolas; • O meio ambiente recebe cuidados na preservação e o turismo tradicional recebe ampliação e diversificação.
Políticas Públicas
<ul style="list-style-type: none"> • Por meio de experiências de sucesso em diferentes regiões, criou-se a primeira associação de agroturismo em 1965, a <i>AGRITURIST</i>; • No ano de 1983, foi sancionada a <i>Ley Marco</i>, sobre o agroturismo, regularizando a atividade que adquiriu uma identidade importante; • As diferentes regiões receberam ampla autonomia na organização geral do

Continuação

turismo;

- Criaram-se políticas de subvenções tanto para hospedagem como para atividades e equipamentos.

Quadro 7: Aspectos do Turismo Rural na Itália

Fonte: Elaborado pela pesquisadora em 2007, baseado em dados levantados na obra de Desplanques (1973) e publicação editada pelo CEFAT – *Centro Europeo de Formación Ambiental Y Turística*, organizado por CROSBY (1993)

Turismo Rural – Portugal
Período inicial da implantação - Causas de origem
<p>Iniciou em 1978, denominado Turismo de Habitação, em casas de qualidade e prestígio. Em 1983 o Turismo Rural foi reconhecido como fator de utilidade para a população e passou a receber financiamento por meio do Fundo de Turismo. Somente em 1986 foi consolidado, quando a crise no setor agrícola tornou-se insustentável.</p> <p>A crise gerada pela ausência de infra-estrutura e falta de inovação tecnológica, levou a uma série de limitações quanto à diversificação dos arranjos produtivos locais. Outro fator a ser considerado é o envelhecimento dos produtores agrícolas e a ausência de sucessão familiar.</p> <p>Surgimento de outras atividades não-agrícolas, marcado pela implantação do PPDR (Programa Operacional de Programação do Potencial de Desenvolvimento Regional), onde se revitalizou os centros rurais, com o objetivo de atrair e fixar populações através da melhoria de qualidade de vida, por meio do programa das aldeias históricas.</p>
Características
<ul style="list-style-type: none"> • Complemento que permite salvar a pequena agricultura familiar; • Atividade de diversificação tradicional; • Governo subsidia (pela reforma da PAC - Política Agrícola Comum) as perdas de rendimento dos produtores, a expansão de áreas irrigadas (gerando maior produtividade), aumento das áreas de vinhas; • Alojamentos turísticos, em pequena escala e diversificados nos tipos, modos de inserção local e nos serviços complementares oferecidos; • Explorações agrícolas ocorridas; • Em 1989, o hotel rural surge para exploração familiar; <p>Anos 90, depois de formulada uma política de caracterização das atividades turísticas rurais, estabeleceu-se duas formas de fazer turismo em espaço rural: o agroturismo (participação do turista nas atividades agrícolas) e; turismo rural (casas de valor arquitetônico e mobiliário de qualidade, não necessitando de qualquer participação no cotidiano agrícola).</p>

Continuação

- 1997, nova modalidade foi reconhecida oficialmente como o turismo de aldeia;
- O objetivo deste fenómeno é de melhorar o nível de vida da população; proteger e valorizar o património cultural; corrigir as diferenças regionais e; conservar o equilíbrio do meio rural.

Políticas Públicas

Para tentar recuperar o setor agrícola, o governo ensaiou várias medidas de desenvolvimento agrícola e de rentabilidade económica e social dos espaços rurais, tendo em vista a sua diversidade. Diversas medidas no setor foram adotadas, numa tentativa de desenvolver o meio rural integrado, por meio da:

- Integração de Portugal na EU (União Europeia) em 1986 e, posterior integração nos programas de iniciativa comunitária, como o NOW (Formação e Ocupação de Mulheres);
- Inserção do Pedaf (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa);
- Pamaf (Programa para o Melhoramento da Agricultura e da Floresta);
- Implantação do Programa de Iniciativa Nacional Integrado nos QCA (Quadro Comunitário de Apoio);
- LEADER (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural);
- INTERREG (Cooperação Transfronteiriça);
- PAC (Política Agrícola Comum);
- PPDR (Programa Operacional de Programação do Potencial de Desenvolvimento Regional);
- Todas as políticas sobre o Turismo rural seguem três princípios: prioridade para as iniciativas da população local; defesa do meio rural e; evitar a descaracterização do meio.

Quadro 8: Aspectos do Turismo Rural em Portugal

Fonte: Elaborado pela pesquisadora em 2007, com base em publicação editada pelo CEFAT – *Centro Europeo de Formación Ambiental Y Turística*, organizado por Crosby (1993); *Leader Magazine* (1993); Ribeiro (1988) e; Cavaco (2003)

Turismo Rural – Estados Unidos da América
Período inicial da implantação – Causas de origem
<p>Pode-se dizer que, a partir dos anos 1970, o processo de Turismo Rural iniciou-se nos ranchos dos EUA, uma vez que os registros anteriores a esta data deixam claro que os visitantes eram recebidos sem custo algum nos ranchos.</p>
Características
<ul style="list-style-type: none"> • Tornou-se uma atividade lucrativa e geradora de renda para as localidades. Denominado “<i>farm-houses</i>” ou “<i>country vacations</i>”; • A modalidade mais difundida nos dias atuais é o “<i>country resorts</i>”, ofertando hospedagem, alimentação e atividade de lazer, como montar em touro e cavalo; • Os “<i>country spas</i>”, voltados para a saúde e bem estar (estética); • No início da década de 1990, os Amish manifestaram-se para um estilo de vida agrário e tradicional e fundaram uma colônia, voltada para o reconhecimento do cotidiano agrícola e a cultura dessa comunidade; • Oferta de um dia com a comunidade (no caso Amish) participando das refeições elaboradas com os próprios produtos do meio rural, sem ofertar hospedagem.
Políticas Públicas
<ul style="list-style-type: none"> • Serviços de assistência técnica à produção e à preservação de doenças, melhorias de infra-estrutura social e da rede previdenciária, fatos que alteraram o estilo e a qualidade de vida do <i>farmer</i>; • Final dos anos da década de 1970 houve acréscimo substancial de serviços governamentais nas zonas rurais.

Quadro 9: Aspectos do Turismo Rural nos Estados Unidos da América

Fonte: Elaborado pela pesquisadora em 2007, baseado em Donnermeyerer (2000) e; Blakely e Bradshaw (1985)

Turismo Rural – Brasil
Período inicial da implantação – Causas de origem
<p>Começa a se desenvolver em 1984, em Lages, no Estado de Santa Catarina, como proposta de complementação de renda, porque o município atravessava uma crise agropecuária, acompanhada de um abandono nas propriedades por parte dos trabalhadores rurais na região Sul do Estado. Se expandindo, posteriormente, para os demais Estados brasileiros.</p>
Características
<ul style="list-style-type: none"> • Somente serão definidas as características do Turismo Rural no Brasil após o término desta pesquisa, uma vez que cada Unidade da Federação tem características peculiares, em função das diferenças geomorfológicas e pela origem de suas formações.
Políticas Públicas
<ul style="list-style-type: none"> • Comissão Municipal de Turismo de Lages em 1983 (precursora); • Carta de Santa Maria (1998); • Documentos e Leis PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (2003); • Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil 2003-2007; • PNT 2003-2007 – Diretrizes, Metas e Programas (Plano Nacional de Turismo, 2003); • Documento Referencial – Turismo no Brasil 2007- 2010 (2006); • Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (2004); • Documento Segmentação do Turismo – Marcas Conceituais (2006); • Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil (2007); • PNT 2007- 2010 - Plano Nacional de Turismo (2007).

Quadro 10: Aspectos do Turismo Rural no Brasil

Fonte: Elaborado pela pesquisadora em 2007, baseado em Rodrigues (2000); Binatti (2002) e; Salles (2006)

Os quadros apresentados apontam uma série de fatores que trazem

características diferentes, reafirmando que a atividade de Turismo Rural possui diversas abordagens, e que o contexto no qual surge será o diferencial para seu desenvolvimento.

Esta explanação será aprofundada na medida em que for sendo construída a análise documental referente às políticas públicas para o Turismo Rural no Brasil, uma vez essencial à comparação das semelhanças e diferenças desta atividade no âmbito nacional e em outros países.

Diferentes enfoques são perceptíveis nos conceitos de Turismo Rural, embora ainda estejam em fase de alterações. Todavia, alguns conceitos serão abordados, para que possa ser refletido sobre o discurso que está intrínseco nesta atividade.

1.5 Aspectos sobre conceitualização do Turismo Rural

Com o intuito de compreender a realidade nacional quanto ao desenvolvimento do Turismo Rural, levantou-se, por meio de referencial teórico, alguns conceitos que discutem a forma e a função da atividade no território brasileiro e algumas comparações com outros países anteriormente mencionados.

Alguns dos conceitos que definem o Turismo Rural propõem uma discussão em torno do termo “turismo em espaço rural” ou “turismo rural”.

Autor como Oxinalde (1994), cita que o Turismo Rural é a atividade praticada no meio rural, em contraposição ao litoral e ao meio urbano. Ressalta que o Turismo Rural engloba uma série de modalidades que se complementam.

Esta definição vem propor a utilização do termo Turismo em Espaço Rural, quando se refere a todos os movimentos turísticos realizados neste território, e evidenciam a utilização do Turismo Rural para atividades que estejam agregadas às práticas no meio rural.

Deste modo, existe a proposta de que a modalidade Turismo Rural seja parte integrante do Turismo em Espaço Rural, já que existe uma série de atividades que vão ocorrendo neste espaço, mas que poderiam ocorrer em qualquer outro lugar, distante das atividades agrícolas, o que definiria, por exemplo, o agroturismo como modalidade de Turismo Rural e o ecoturismo como turismo em espaço rural.

Para Boullón (1993), o ecoturismo tem papel principal e considera o Turismo Rural uma variante, pois define os ecossistemas como espaços culturais e não simplesmente naturais. Este posicionamento fica perceptível, quando o autor coloca

que existem quatro características necessárias para que a atividade possa ser desenvolvida: que a paisagem natural seja de interesse turístico; a existência de um sistema administrativo para informar e organizar visitas; existir troca satisfatória quanto à experiência vivenciada pelos visitantes e; a exploração turística não deixar o ecossistema em perigo.

De outro modo, Garcia (1995) define como ecoturismo apenas atividades que têm como principal motivação o contato com a paisagem natural e a contribuição com a conservação, no sentido de possibilitar emprego para as comunidades locais e educação ambiental para quem as visita. Este mesmo autor diz que o Turismo Rural possui uma demanda relacionada com o ambiente autóctone, tendo uma inter-relação com a sociedade local.

Graziano da Silva, Vilarinho e Dale (1998), se contrapõem com a idéia de que o ecoturismo é uma modalidade do Turismo Rural, porque não existe uma relação com a agricultura, mesmo que este tipo de atividade, realizada no ecoturismo, venha a gerar alguma renda para a propriedade rural, salientando que pouco beneficia a comunidade local, ficando concentrada na mão de intermediários.

Estes autores associam o Turismo Rural com atividade ligada ao modo de vida do homem no campo, como diversificação para suprir as quedas de rentabilidade nas atividades convencionais. Enfatizam que as atividades agropecuárias devem ser o ponto forte da propriedade, onde o turista será recebido pelos próprios residentes, com eventual contratação de mão-de-obra.

Já para Ruschmann (1988), o Turismo Rural deveria ser constituído em estruturas rurais de pequena escala, ao ar livre, propiciando o contato com a natureza e com a herança cultural tradicional.

Posicionamento que é contrário ao de Rodrigues (1996), que analisa o Turismo Rural como uma atividade de turismo como qualquer outra, onde a imagem é vendida, seja ela artificial ou não, cujo objetivo principal é o entretenimento. Esta autora tenta desmistificar o invólucro sobre a atividade, dizendo que o Turismo Rural é um produto e não uma panacéia, isto é, a solução para todos os males.

Barrera (1998) enfatiza que o Turismo Rural na Argentina é tanto aquele onde as pessoas se alojam e vivenciam práticas agrícolas, quanto as atividades que são realizadas no espaço rural.

No Uruguai, Mailhos (1998) referencia algumas características como: convivência com a família residente; entorno natural e/ou produtivo; participação do

visitante nas tarefas rurais; passeios guiados e; gastronomia típica.

Diante do exposto, se pode perceber que a definição para o Turismo Rural ainda passa por processos de discussão, que se alternam em: toda a atividade que não é realizada no meio urbano; atividades relacionadas ao meio rural, como as de agropecuária, caminhadas, pesca, caça entre outras; serviço realizado na área rural, quando a renda fica com a população local e; quando as atividades produtivas ou de pecuária fazem parte principal como atrativo turístico.

Em função de todas estas definições, fica evidente que uma construção conceitual não pode ser igualitária a todos os espaços, pois cada local tem um funcionamento diferenciado que envolve pessoas e ambientes desta mesma forma. Todavia, fica evidente a necessidade de um conjunto de normas que possa auxiliar na orientação da atividade rural, para um melhor funcionamento e gestão, o que vem reafirmar a importância em pesquisar a relação do Turismo Rural no Brasil, com as políticas públicas estabelecida para nortear esta atividade.

Rodrigues (1996, p. 17) relaciona a importância do crescimento da atividade de Turismo Rural no Brasil, com a nova organização do território em âmbito mundial, explicado por meio do aumento do tempo livre e o fenômeno de urbanização, citando que:

Num mundo globalizado o turismo apresenta-se em inúmeras modalidades, sob diversas fases evolutivas, que podem ocorrer sincronicamente num mesmo país, em escalas regionais ou locais. Expande-se em nível planetário, não poupando nenhum território [...].

Também para Santos (1997, p. 242):

Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos moldes de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais.

Froehlich e Rodrigues (1998, p. 68) também evidenciam que as mudanças ocorridas no espaço rural estão diretamente ligadas à mundialização e globalização da economia:

A velocidade crescente em todas as esferas da vida social, acompanhada de uma mundialização do consumo, onde os grupos humanos consomem bens materiais e simbólicos que se originam longe de suas fronteiras, ocorre concomitante em novo reposicionamento do espaço agrário.

Através destes pensamentos focados nas práticas agrícolas, cabe definir um conceito para ser utilizado como base nas discussões que serão realizadas a partir dos resultados das entrevistas, dando suporte para a continuidade da verificação destas abordagens, pois uma das questões se refere a conceitualização adotada pelas Secretarias de Turismo das Unidades da Federação Brasileira.

O conceito adotado para o Turismo Rural nesta pesquisa é o referenciado nas Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil 2003-2007 (2007, p.7): “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA INVESTIGAÇÃO

2.1 Descrição do universo da pesquisa

A escolha de um universo de pesquisa, no caso desta investigação, se fez para delimitar a área a ser estudada, o que possibilitou uma análise detalhada, focada apenas no objeto de estudo.

Em torno do objetivo central da pesquisa, o universo se restringe ao território brasileiro (figura 6), para alcançar a compreensão de como as políticas públicas para o Turismo Rural se desenvolvem nos Estados.



Figura 6: Mapa do Brasil com suas regiões e Estados

Fonte: Théry e Mello (2005)

Neste momento, o Brasil não deve ser pensado como área muito extensa, apesar da abrangência dos 26 Estados, uma vez que a aplicação do instrumento de pesquisa limitou-se às Secretarias de Turismo dos Estados, sendo realizada com o interlocutor do setor vinculado ao segmento de Turismo Rural, o que restringe o número da amostragem para 26 entrevistados.

A pesquisa observou a história do território brasileiro, de fundamental importância à análise das diversidades entre as regiões e os Estados; sendo que, a descontinuidade à história, caracterizaria uma pesquisa momentânea recortada em um curto espaço de tempo, sem possibilidade de analisar a origem do desenvolvimento do segmento Turismo Rural, baseado em dados empíricos.

2.2 Tipo de pesquisa

Os estudos realizados em turismo têm merecido críticas de diversos autores, como Moesch (2002) e Dencker (2007), pois apesar de existirem publicações no Brasil sobre o tema, nem toda a produção destina-se ao aprofundamento teórico-metodológico da área, resultando em pesquisas superficiais, direcionadas para auxiliarem ações que dimensionam os negócios.

Partindo deste pressuposto, constata-se que o conhecimento científico tem sofrido banalizações, na medida em que o discurso mercadológico busca legitimar-se por meio do olhar científico. O pesquisador deve ter cuidado para não se limitar a um discurso superficial, que apenas descreva fenômenos de maneira acrítica, economicista e ahistórica, sem aprofundar a origem da temática. Somente a partir deste tipo de investigação, o conhecimento passará a ser construído para explicar, compreender e interpretar o fenômeno em sua totalidade (SCHLÜTER, 2003).

A busca exaustiva de informações, a análise objetiva da realidade estudada, a tentativa cuidadosa de apreensão das conexões internas das coisas, a captação do movimento, da contradição e das tendências, que configuram o fenômeno em estudo, são alguns dos cuidados necessários a todo o pesquisador que busca compreender fenômenos sociais e completos, como o turismo em seu sentido mais amplo.

Entre as alternativas metodológicas disponíveis no campo da pesquisa social, encontram-se as pesquisas qualitativas que, pela natureza e história, possibilitam compreender as relações substantivas que os homens estabelecem com a natureza

e consigo mesmo na história.

A pesquisa qualitativa, segundo Denzin e Lincoln (2006), atravessa diversas disciplinas, campos e temas, o que possibilita a interligação complexa de termos, conceitos e suposições, que venham a ser apontados pelas diversas perspectivas relacionadas à interpretação.

Este tipo de pesquisa possibilita o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos, que descrevem momentos rotineiros e/ou problemáticos do tema que se encontra em análise, dando maior liberdade ao pesquisador para compreender o assunto, que será gerador de conhecimento.

A pesquisa qualitativa é inerente a uma multiplicidade de métodos, entre eles o estudo de caso, estratégia de investigação que possibilita a coleta de dados utilizando-se de métodos específicos (entrevista, análise documental, entre outros que serão descritos) e posterior análise, que poderá ser auxiliada por recursos computacionais ou por métodos qualitativos de análise.

As interpretações deste tipo de pesquisa são construídas ao longo do processo, porém já imaginadas no planejamento da pesquisa, por meio da questão norteadora e do objeto a ser investigado. Estes elementos podem ser visualizados na figura 7, que descreve o fluxo metodológico utilizado nesta investigação.

Considerando que o processo de construção da pesquisa assumiu caráter exploratório, foi percebida a necessidade de uma busca no referencial teórico na área de turismo e ciências humanas e sociais, a fim de formatar um arcabouço científico que viesse a sustentar a idéia central de investigar o Turismo Rural, tema definido por afinidade com a área agrícola e administração rural, por parte da pesquisadora, e por meio de diferentes fontes.

O tema central definido para a investigação é bastante complexo. A discussão de Turismo Rural se implantou no Brasil a partir de modelo copiados, e não propriamente elaborado para a realidade do país, economicamente agrário, cujo modo de produção é o capitalista. Este se caracteriza a partir do agronegócio, na perspectiva conceitual do Novo Rural, anteriormente citado como terminologia utilizada para retratar o processo de desenvolvimento no meio rural brasileiro, que sofre alterações, resultantes do processo da industrialização agrícola e das transformações contemporâneas do setor produtivo.

A pesquisa exploratória tomou caráter definitivo, porque, segundo Hair, Babin, Money e Samouel (2005), é particularmente útil quando não se tem intenção de

testar hipóteses específicas de pesquisa.

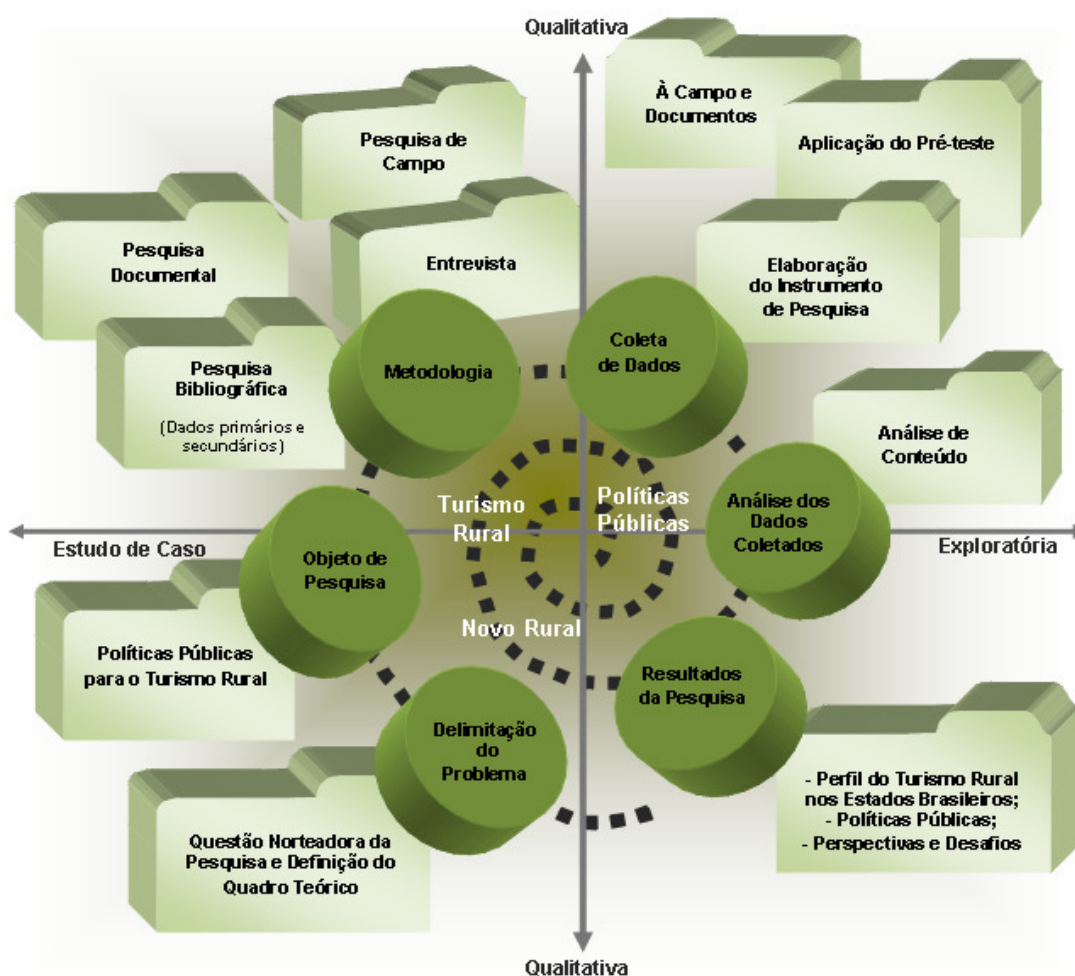


Figura 7: Síntese dos Procedimentos Metodológicos

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora (2007)

Partindo de uma revisão bibliográfica, esta pesquisa caracterizou-se como exploratória, afirmando o fato de que este tipo de estudo pode assumir várias formas, tornando-se útil para a identificação de práticas que venham a inovar o que já existe, através de fontes primárias e secundárias.

Essas fontes primárias serão os documentos¹⁵ que compõem a empiria da pesquisa, como é o caso das Diretrizes para Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, divulgadas pelo Ministério do Turismo para o período de 2003-2007. Esse documento é o cerne desta pesquisa, uma vez que apresenta a seguinte estrutura:

¹⁵ Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1999, p. 169) consideram como documento “[...] qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação”. Instrumento pode constituir uma única base de dados, mas, em geral, apresenta-se combinada com outra técnica de coleta.

benefícios e malefícios trazidos para as áreas agrárias; conceituação e; objetivos da política pública para que, com esta atividade, se convertam espaços receptores da atividade do turismo.

Outros documentos fizeram parte da análise, porém de forma auxiliar, como é o caso da **Carta de Santa Maria**, resultado do I Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável realizado em Santa Maria – RS, promovido pela Universidade Federal de Santa Maria, em maio de 1998; **PNT** (Plano Nacional de Turismo, 2003-2007); **PNT** (Plano Nacional de Turismo, 2007-2010); **Documento Referencial – Turismo no Brasil 2007-2010**, elaborado pelo Conselho Nacional de Turismo, com a finalidade de conduzir a formulação, regulamentação e implementação de políticas públicas para o turismo (junho de 2006); **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**, o qual faz parte do macroprograma estruturado a partir do PNT, sob a coordenação de MTur - Ministério do Turismo em 2006; **Documento Segmentação do Turismo – Marcos Conceituais**, elaborado pela Secretaria Nacional de Políticas de Turismo – Coordenação Geral de Segmentação; **Documentos e Leis PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (2003 e 2006)**, que destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família; e algumas discussões referentes a **Rede TRAF – Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar**, diretamente vinculado ao PRONAF (atualmente, em fase de elaboração pelo Ministério do Turismo, do Desenvolvimento Agrário e Conselhos Estaduais).

De acordo com a obtenção de grande conjunto de elementos, mencionados anteriormente, originou-se um estudo de caso, focado nos Estados que compõem o território brasileiro. Conforme proposto por Yin (2005), o estudo de caso, apesar das críticas feitas ao modelo, é um procedimento de pesquisa que vem sendo amplamente utilizado por diversas áreas do conhecimento, atingindo um nível de pesquisa avançado.

Esta pesquisa que teve uma exploração abrangente sobre o fenômeno aqui abordado, caracterizou-se como estudo de caso, também pelo fato da intenção de compreender as nuances da temática do Turismo Rural e seu desenvolvimento nas Unidades da Federação Brasileira, servindo, então, como instrumento facilitador de investigação deste fenômeno contemporâneo da vida real.

A pesquisa, através do estudo de caso, pode ser utilizada para explorar, descrever, ilustrar ou explicar diferentes fenômenos. O estudo de caso é freqüentemente utilizado junto com outras técnicas de pesquisas para complementar resultados, como será aqui formatado, sendo uma escolha apropriada e justificada metodologicamente quando as perguntas de pesquisas enfatizam assuntos ao qual o pesquisador não terá controle nos acontecimentos (YIN, 2005).

É necessário ter cuidado com o uso de documentação, segundo Yin (2005), pois só serão aceitos como registros os documentos que constarem no planejamento da pesquisa, os quais irão corroborar, aumentando as evidências oriundas de outras fontes. Os dados arquivados, como mapas, dados geográficos e até mesmo dados pessoais, poderão ser utilizados em conjunto com outras fontes de informação, servindo, então, para avaliar os dados coletados.

O autor Yin (2005) recomenda que o pesquisador, ao abordar casos amplos e complexos, como será o analisado nesta investigação, tenha cuidado para cruzar os dados coletados em múltiplas fontes, com informações oficiais, confirmando assim, a veracidade dos fatos.

Ainda de acordo com Yin (2005), uma pesquisa pode ser desenvolvida como um caso ou casos múltiplos, salientando que as evidências dos múltiplos casos são reconhecidas como mais fortes do que as evidências de caso único. Pelo fato desta investigação abranger o território brasileiro de forma ampla e utilizar as divisões geográficas dos Estados brasileiros para a análise dos dados, pode-se afirmar a existência de casos múltiplos (YIN, 2005), e, por se tratar de algo dinâmico, vivo, pode ser necessário fazer-se modificações durante a sua execução.

Visando focar a realização do estudo de caso, a ocorrência de uma visão abrangente da pesquisa, propiciando segurança e antecipação de dificuldades, com o objetivo de explicar as ligações causais nas intervenções complexas da vida real, para descrever o contexto no qual ocorre a intercessão e fazer uma avaliação, mesmo que de forma descritiva, e, ainda, explorar as situações julgadas com resultados claros e específicos.

2.3 Percurso da Pesquisa

Considerando a abordagem de estudo de caso, que exige uso de múltiplas fontes, foi utilizada coleta de dados primários e secundários, como alicerce teórico

para o aprofundamento das questões.

A busca de informações presentes nas fontes primárias é essencial, por constituir indicações oficiais acerca da implantação de políticas públicas, em relação a temática Turismo Rural. A escolha específica dos documentos elaborados pelo Ministério de Turismo, tendo como base o documento das Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil (2003-2007), ocorre em função da legitimidade do conteúdo.

A obtenção de informações, que servirão como complemento de dados disponibilizados pela análise documental, será extraída de fontes secundárias, como livros, revistas científicas, artigos e meio eletrônico, dando aporte e comprovando a veracidade.

Segundo Mattar (2001, p. 48), dados primários “[...] são aqueles que não foram antes coletados, estando ainda em posse dos pesquisados, e que são coletados com o propósito de atender as necessidades específicas da pesquisa em andamento”. No presente trabalho de pesquisa, os dados primários são as informações contidas nos documentos oficiais do Ministério de Turismo. São dados importantes, porque as informações ainda não foram filtradas ou interpretadas; já as fontes neles citadas passarão a ser secundárias, mesmo assim, dão suporte a uma pesquisa original.

Os dados secundários “[...] são aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados e, às vezes, até analisados e que estão catalogados à disposição dos interessados” (MATTAR, 2001, p. 48). No que diz respeito a presente pesquisa, os dados secundários compõem-se de estudos já realizados e publicados, sobre o assunto, que permitem melhor compreender o movimento histórico, somando-se ao referencial teórico utilizado para o desenvolvimento da pesquisa.

Após a verificação das fontes de dados, o instrumento de coleta utilizado para a pesquisa foi a entrevista, permitindo ao pesquisador explorar amplamente uma determinada questão, visto que o principal valor está na profundidade das informações e nos detalhes a serem obtidos (COOPER e SCHINDLER, 2003).

Para exemplificar o instrumento de coleta de dados, denominado entrevista, o qual foi aplicado junto as Secretarias de Turismo dos Estados brasileiros, foi elaborado um fluxograma com os procedimentos, que podem ser visualizados na figura 8.

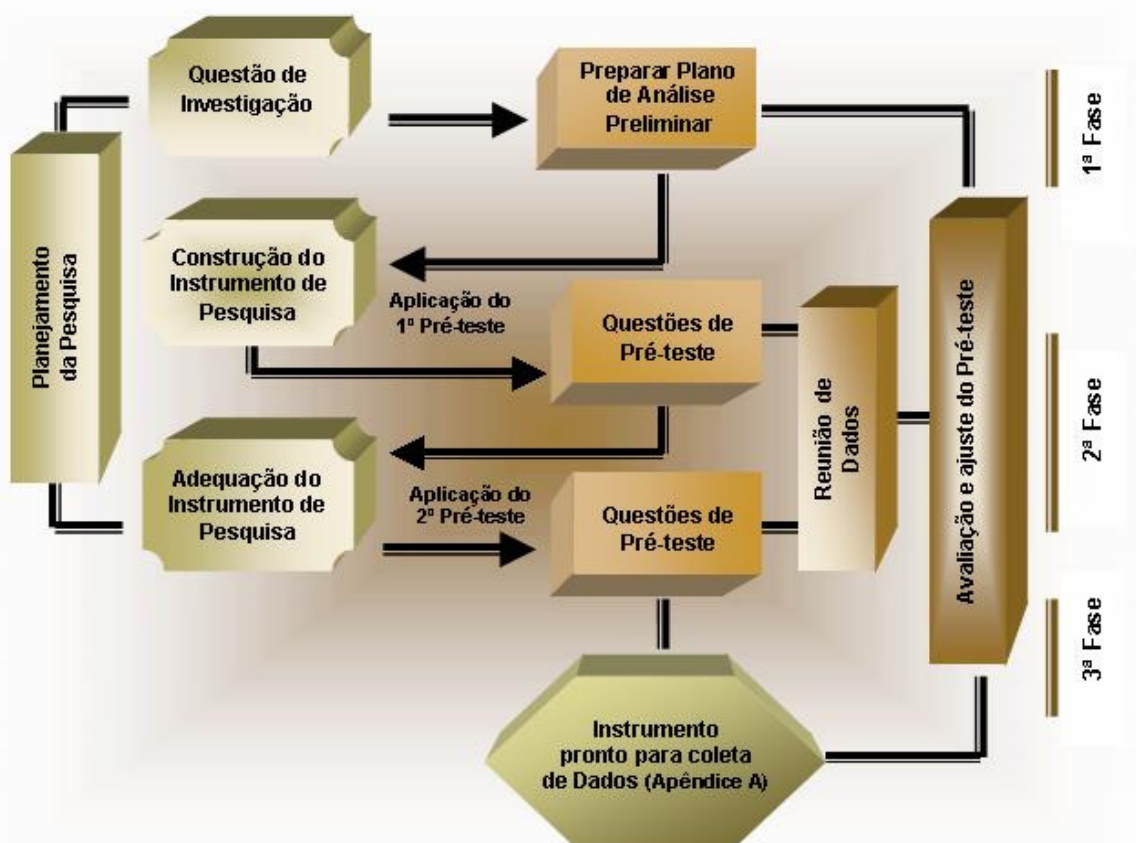


Figura 8: Fluxograma para Construção do Instrumento de Coleta de Dados (Entrevista)

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora (2007)

Na construção do instrumento foram seguidas duas linhas: planejamento da pesquisa e; análise e interpretação, ordenadas em fases.

A linha que abrange o planejamento da pesquisa estende-se em duas fases: a questão norteadora da investigação, compondo a 1ª fase, isto é, o núcleo de informações que estruturou a construção da entrevista; seguida da preparação do plano de análise preliminar (2ª fase).

Estes dois procedimentos tiveram como base de referência, para a construção da entrevista, as Diretrizes de Desenvolvimento para o Turismo Rural no Brasil, que objetiva responder a seguinte questão: **como estão contextualizadas as políticas públicas de Turismo Rural no Brasil, sob a perspectiva teórica do “Novo Rural”?**

Após esta etapa de estruturação, a entrevista foi aplicada em forma de pré-teste, e, devido à complexidade e diversidade de variáveis, optou-se por realizar uma análise dos dados gerados, e submeter o mesmo a uma nova aplicação de pré-teste, que compõem o término da 2ª fase do instrumento.

Mediante os dados, a 3ª fase culminou com a finalização do instrumento de pesquisa, que tem todo o processo de construção e adequação detalhado a seguir.

2.3.1 Aplicação do Pré-teste

Conforme os procedimentos exemplificados anteriormente, para a elaboração da entrevista, que faz parte da coleta de dados, cabe descrever como foi construído este elemento.

A abordagem de coleta de dados, por meio de entrevista, foi determinada neste estudo pela precisão, confiabilidade e pela utilização do meio eletrônico, mesmo sabendo que autores como Hair, Babin, Money e Samouel (2005) apontam a entrevista direta como um método que possibilita o contato visual entre entrevistador e entrevistado, auxiliando muitas vezes na condução de perguntas e respostas, e até mesmo trazendo novos elementos para a investigação.

A tecnologia digital foi escolhida pela possibilidade rápida das informações, uma vez que as distâncias geográficas inviabilizariam o contato pessoal entre o grupo de respondentes e a pesquisadora.

Para dar início ao instrumento de coleta de dados, foi necessário realizar um levantamento, catalogando as Secretarias de Turismo das Unidades da Federação Brasileira, via *sites*, possibilitando, assim, o contato inicial, via correio eletrônico, com funcionários e responsáveis, onde a pesquisadora expôs a temática do estudo.

A utilização dos *sites*, para a abordagem realizada em maio de 2007, ocorreu devido as desconstruídas informações da *home page* do Ministério do Turismo (2007), a qual disponibilizava uma relação dos interlocutores do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, com dados desatualizados.

Conforme citado, o levantamento gerou uma planilha de informações de uso específico da pesquisadora, pois não se pretende identificar nominalmente os interlocutores que serão respondentes, e sim as Secretarias de Turismo dos Estados brasileiros que eles representam, em função dos cargos exercidos.

Seguindo a linha de planejamento da pesquisa, com base nas Diretrizes de Desenvolvimento para o Turismo Rural no Brasil 2003-2007, se construiu o formulário de entrevista (em apêndice) em dois blocos distintos, na busca de informações precisas por parte dos gestores de políticas públicas, representados pelos respondentes oficiais das Secretarias de Turismo das Unidades da Federação

Brasileira, que viessem a responder a questão que busca contextualizar o desenvolvimento das Diretrizes.

A entrevista elaborada consta de capa de identificação e bloco de questões dissertativas e afirmativas. Na capa do formulário de entrevista, a pesquisadora se identifica, informando sua instituição de origem, temática abordada e explicando o funcionamento da entrevista, seu objetivo principal, possibilitando saber o nome do respondente, setor e função do mesmo.

O bloco de questões dissertativas, em número de 9 (nove), viabilizou a análise de conteúdo, identificando o significado do Turismo Rural para os Estados brasileiros, bem como a participação exercida pelos mesmos, gerando dados que auxiliaram na análise dos resultados.

As questões afirmativas foram estruturadas em 12 (doze) blocos, identificados pelo tema, com número variado de questões, que deverão ser respondidas por meio de uma escala de 1 – 6 (um a seis), ou seja, conforme o grau de concordância do entrevistado, não tendo possibilidade de discordar das afirmativas, pois as mesmas foram construídas com base na política pública existente, não possibilitando ausência de avaliação. A análise destes blocos de afirmativas ocorrerá de forma intrínseca às questões abertas, para que trabalhos possíveis possam ser realizados. A entrevista conta com a atribuição de nota de importância variável entre 1 e 5 (números inteiros), que facilitará a média de ponderação na análise dos resultados.

A fim de evitar erros na construção do formulário de entrevista, foi realizada a aplicação do pré-teste (mês de setembro de 2007), para avaliar a provável exatidão e coerência das respostas. A unidade definida para esta primeira aplicação do pré-teste foi o Estado de Santa Catarina, em função deste ter sido o pioneiro em Turismo Rural no Brasil, e por uma questão de proximidade e conhecimento empírico da pesquisadora.

Após a definição do respondente, que representou a unidade de Santa Catarina oficialmente na pesquisa, optou-se por um segundo entrevistado, também vinculado a Secretaria de Turismo desta unidade e diretamente ao segmento Turismo Rural. A escolha na diferenciação do respondente oficial e do pré-teste ocorreu para que a pesquisadora tivesse maior liberdade para eventual reestruturação do pré-teste, sendo que o respondente oficial não teve qualquer conhecimento prévio sob o conteúdo da entrevista, descartando, assim, qualquer grau de discrepância para com os demais respondentes.

A aplicação do pré-teste possibilitou verificar o tempo exato de envio e retorno da entrevista, estipulado em 15 (quinze) dias, bem como a estruturação de afirmativas que não estavam completas. Na etapa de readequação pertinente a pesquisa, a afirmativa do Bloco C – Benefícios Acarretados pelo Turismo Rural - C12, foi alterada, pois, da maneira como estava formulada dificultava o entendimento por parte do responde, dando a entender que o proprietário rural e a comunidade do entorno eram a mesma pessoa.

Outra afirmativa modificada pertence ao Bloco E – Parcerias no Desenvolvimento do Turismo Rural – E6, uma vez que o respondente não conseguiu identificar qual Conselho era alvo de questionamento: municipal, estadual ou federal. Como o objetivo deste bloco é a identificação dos parceiros no processo de desenvolvimento, e a referente pesquisa trabalhará com análise de resultados via cruzamento de dados entre unidades, a afirmativa moldou-se para questionar sobre a participação do Conselho de Turismo Estadual.

Outra mudança observada é quanto a nota de importância, que deverá receber a atribuição de 1 a 5. Apesar de parecer, no primeiro momento, um fator de dificuldade para o respondente, podendo ampliar o tempo de retorno da entrevista para a pesquisadora, será elemento chave para ponderação entre as variáveis de cada bloco de afirmativas, tornando-se um facilitador para a análise de dados.

Estando ciente de que a nota de importância poderá ser respondida de maneira errônea, fica claro que este item poderá ser ignorado no momento da análise dos dados, ficando a cargo da pesquisadora atribuir a nota de importância às afirmativas.

Para verificar se as alterações realizadas estavam condizentes, optou-se pela aplicação do pré-teste junto a uma segunda Secretaria de Turismo, que reenviou a entrevista dentro do prazo previsto (quinze dias), via correio eletrônico, confirmando que a reestruturação entre a primeira e a segunda aplicação do instrumento, apesar de sua complexidade, possibilitava a aplicação da entrevista.

Os dados originados destas entrevistas permitiram o cruzamento de diversas variáveis, apontando fatores que contribuíram para o desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil.

2.4 Métodos de análise da pesquisa

Os métodos de análise selecionados para esta investigação foram definidos, por propiciarem o cruzamento das informações facilitando a interpretação dos dados coletados, por meio de documentos oficiais e entrevistas (aplicadas via correio eletrônico), conforme procedimentos explicados anteriormente.

Segundo Franco (2005), o cruzamento das informações facilitam a interpretação como meio de alcançar as respostas que complementarão as perguntas de pesquisa formulada.

A análise do conteúdo foi utilizada para estruturar e sistematizar os documentos oficiais e as questões abertas da entrevista, que reproduziram uma complexa base de dados, com diversas variáveis. Estas permitiram identificar aspectos comuns e distintos entre Estados brasileiros, realizando o processo de análise por suporte teórico, retratando de forma verídica o significado da pesquisa (FRANCO, 2005).

Conforme o estabelecido na definição metodológica, as entrevistas (por meio eletrônico) foram aplicadas nos 26 Estados da Federação brasileira, durante dezembro de 2007 a março de 2008. Porém o período de retorno das mesmas não foi confirmado pelo prazo estabelecido no pré-teste (de 15 dias após o envio das mesmas) e inúmeros e-mails foram enviados para as Secretarias de Turismo dos Estados, a diferentes interlocutores e gabinete dos respectivos Secretários.

O fator demora no retorno das entrevistas preenchidas, em alguns casos, ocorreu porque os respondentes (responsáveis pela segmentação no Estado) estavam em férias. Outro motivo a ser levado em consideração, é o período de envio das entrevistas, que coincidiu com datas de final de ano, carnaval e alta temporada de turismo, as quais sobrecarregam os setores administrativos dos órgãos vinculados ao setor.

Deste modo, foi necessário manter contato via telefone (na segunda quinzena de fevereiro e início de março de 2008) com alguns interlocutores, solicitando o retorno das entrevistas. Porém, cabe evidenciar que os Estados de Roraima e Tocantins retornaram a entrevista em prazo inferior aos 15 (quinze) dias, confirmando que o tempo previsto para a pesquisa poderia ter sido cumprido.

Para Hair, Anderson, Tatham e Black (2005), esse método (entrevistas) facilita a classificação do objeto em um conjunto de atributos e o mapeamento dos

mesmos. A escolha desta técnica ocorreu em função da habilidade em transformar dados qualitativos, e possibilitar a interpretação em torno das variáveis e o objeto de estudo, permitindo o apontamento de uma média das classes de indivíduos, representados nesta pesquisa pelos Estados brasileiros, já que estudar separadamente cada uma das variáveis poderia limitar os resultados finais e indicar uma leitura errônea dos fatos reais.

As variáveis auxiliaram na investigação, respondendo como se estabelece o desenvolvimento do Turismo Rural, a partir das Diretrizes propostas pelo Ministério do Turismo, identificando parceiros e políticas públicas, dando conta de apontar perspectivas e desafios para o segmento.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA VISÃO DE DOCUMENTOS E AÇÕES QUE ORIENTAM O TURISMO RURAL NO BRASIL

Conforme descrito no capítulo anterior, a análise de conteúdo e entrevistas, aliada ao referencial teórico, formaram o arcabouço capaz de compreender como o território brasileiro, com suas disparidades, se molda para atender às transformações ocorridas no turismo no decorrer dos tempos.

Sendo assim, é necessário definir o significado de território, uma vez que o universo de pesquisa desta investigação é o do Brasil. Território é definido por Santos e Silveira (2005) como um nome político para o espaço de um país. Este entendimento sobre formação socioespacial é de fundamental importância, pois por meio da historicidade as transformações do espaço foram analisadas, configurando um novo espaço geográfico, moldado pelo movimento da população, juntamente com a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços (SANTOS e SILVEIRA, 2005).

Esse processo modifica as populações rurais pela inaptidão participativa, em uma economia cada vez mais monetarizada, a qual torna o comércio de produtos agrícolas mais necessários (SANTOS, 2005).

A partir da precisão de transformar produtos agrícolas, acompanhando a evolução capitalista, o agronegócio surge como perspectiva para essa mudança, e aliado a ele, aparece o Turismo Rural como alternativa econômica. Diante deste procedimento, cabe ao Estado exercer seu papel, por meio de políticas públicas que sirvam para auxiliar no desenvolvimento do país.

3.1 Análise dos documentos que englobam o Turismo Rural

As políticas públicas começaram a surgir em meio a questionamentos sobre a forma de intervenção do Estado, em um período marcado pelo fim do demorado ciclo econômico, originado pelo pós-guerra, na década de 1970. Em função da economia capitalista, o Estado se detém em discutir as finanças públicas, porque, segundo Borges (2000), as despesas sociais tornaram-se excessivas, e os conflitos econômicos surgiram em grande proporção, o que levou o Estado a se contradizer perante a sociedade. Pois os articuladores, ao invés de defender interesses comuns

a todos, passaram a comportarem-se conforme o grau de interesse, apontando para um sistema falho.

Na década de 1980, o governo sofreu um movimento de reestruturação e, apesar de aliado ao mercado, passou a exercer a função utilitarista, porém, um sistema econômico que cresce sem ordenamento, tinha efeitos sociais desagregadores, tornando as políticas públicas ineficazes ou paliativas. Essa insuficiência se deve, muitas vezes, a forma de pensar dos gestores públicos, seja pelo modo imposto, ou pela própria construção sociocultural (BORGES, 2000). Pensamento semelhante ao de Habermas (1987), quando cita a dicotomia entre ideal e necessário, relacionando a ação corretiva que deve mostrar a relação de poder do dinheiro e os métodos administrativos.

Diante deste contexto, as políticas públicas são descritas como idéias elaboradas para nortear ações em prol dos cidadãos. Segundo Teixeira Coelho (1997), são intervenções realizadas pelo Poder Público, instituições civis, entidades privadas e comunidade, com o objetivo de atender necessidades materiais e simbólicas da população. O autor enfatiza que as políticas devem tornarem-se normas jurídicas, pois desta forma serão viabilizadas.

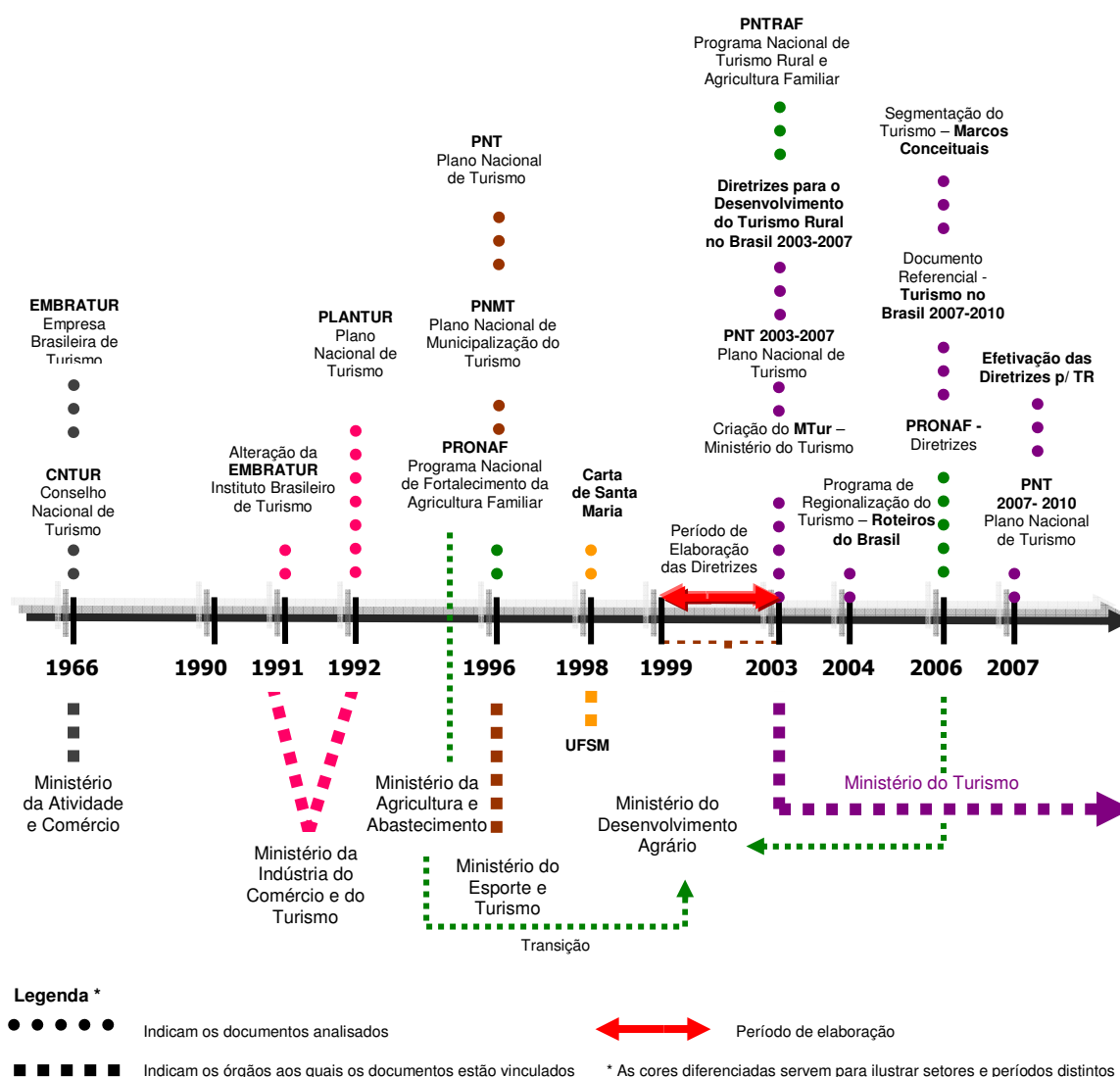
Conforme descritas anteriormente, as políticas públicas são construídas historicamente, objetivando controlar a sociedade sobre os bens e serviços; porém, esse controle deve ser exercido para beneficiar a todos. Para tanto, as políticas devem abranger os grandes problemas de ordem urbana, ambiental, social, econômica e humana, além de manter o domínio sobre o Estado (GASTAL e MOESH, 2007).

As ações devem ser multisetoriais. Desta forma, o turismo não se reduz apenas a um instrumento de crescimento econômico, como cita Gastal e Moesh (2007), mas torna-se articulador no processo, contribuindo com o desenvolvimento da sociedade, por meio das inter-relações que o mesmo estabelece.

O desenvolvimento do turismo no Brasil é um processo recente, bem como os instrumentos políticos voltados a essa atividade. Igualmente recente são as políticas específicas que envolvem o Turismo Rural no Brasil, e, por esse motivo, foram analisadas por ordem cronológica, de acordo com suas elaborações e/ou efetivação. As políticas que envolvem o segmento Turismo Rural permeiam por distintos setores, entre os mais efetivos está o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Turismo, pelo fator comum de envolvimento com o meio rural entre os

dois setores.

Esta adesão não é simples, pois cada setor é ordenado de maneira diferenciada e defende interesses incomuns, sendo então estabelecida uma seqüência para conduzir à apreciação dos documentos definidos para esta pesquisa. Foi elaborada uma linha do tempo (figura 9), dividida em dois momentos: o primeiro, destina-se às ações realizadas e, o segundo, ao órgão em que estão vinculadas as informações que serão utilizadas como arcabouço para a construção interpretativa, que caracterizará o Turismo Rural nos Estados brasileiros.



A busca por normatizações, para definir as políticas nacionais de turismo no

Brasil, data legitimamente de 1966¹⁶, quando se organizou uma estrutura federal, a partir do Decreto-lei Nº 55, de 18 de novembro do mesmo ano, que deliberou a criação do CNTUR - Conselho Nacional de Turismo e da EMBRATUR¹⁷, atual Instituto Brasileiro de Turismo (BENI, 2006). Para Sansolo e Cruz (2003), estes dois órgãos foram criados com o objetivo de formular, ordenar e executar os Planos elaborados pelo Governo e, deste modo, acompanhar a linha do tempo, auxiliando na concepção do processo.

Na década de 1970, definia-se a primeira estrutura institucional pública para o turismo, vinculada ao Ministério da Atividade e Comércio. Porém, não foi um momento de grande desenvolvimento para o turismo, sendo limitante o fato da EMBRATUR, como empresa, não ter receita e os benefícios serem provenientes de incentivos fiscais, que otimizados geraram uma série de fundos para financiamentos de projetos.

Estes projetos estavam vinculados a programas estaduais e municipais, gerenciados pela EMBRATUR, que se equivocou na implantação de empreendimentos do ramo hoteleiro, sem que a oferta fosse compatível com demanda, o que se estendeu por 30 anos (BENI, 2006). Quadro que vem sendo modificado nos últimos oito anos, pela correta aplicação de investimentos hoteleiros mais econômicos.

A década de 1980 foi marcada pela abertura do regime político, sendo que diversos decretos e portarias foram criados em prol do desenvolvimento do turismo; o que se configurou em um período lento, de transição, perdurando por muito tempo, deixando as demais questões esquecidas. Surgiu, nesta configuração, o Sistema Nacional de Turismo (EMBRATUR, CNTUR e Ministério da Indústria e Comércio), que apesar de apresentar centralização do planejamento e maior eficiência na utilização dos recursos, deixou lacunas, sobretudo pela permanente ausência da iniciativa privada (BENI, 2006).

Muitas mudanças ocorreram na década de 1990, e as políticas públicas de

¹⁶ Anterior a este ano registram-se outras vinculações institucionais e marcos governamentais (ver BENI, M.C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006), que, por abrangerem a participação de representantes regionais e locais, não são neste momento citadas como políticas públicas em nível federal.

¹⁷ A Lei Nº 8.181, de 28 de Março de 1991, dispõe de nova denominação. A Empresa Brasileira de Turismo, no Art. 1º passa a denominar-se EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1991).

turismo serviram para gerar debates entre governo, instituições de ensino, iniciativa privada e sociedade.

Entre essas mudanças estava o PLANTUR – Plano Nacional de Turismo, elaborado em 1990-1992, o qual não saiu do papel, pela instabilidade política e econômica gerada no período¹⁸ (BENI, 2006). O referido plano delegava para a iniciativa privada poder de decisão sobre a ordenação territorial, o que gerou caos urbano em municípios turísticos, principalmente os litorâneos, pela falta de infraestrutura, e também contribuiu para a deliberação de privatizações dos espaços, ações que refletiram negativamente para o turismo.

Em 1996 foi apresentado o PNT - Plano Nacional de Turismo, para o período de 1996-1999¹⁹, que se baseava em qualificação profissional, descentralização, conscientização, articulação entre Estados, municípios e setor privado (BENI, 2006). A partir de 1996, ocorreu a implantação do PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que segundo Noia, Júnior e Kushano (2007), buscava atingir o maior número de Estados e municípios do Brasil. O Programa tinha o objetivo de inventariar e melhorar os produtos turísticos, criando conselhos e fundos municipais de turismo, para conscientizar a comunidade acerca dos benefícios econômicos que poderiam ser revertidos ao município por meio do turismo.

Este modelo de planejamento, recomendado pela OMT – Organização Mundial de Turismo para os países-membros, no Brasil apresentou falhas logo na implantação, pois o modelo conjecturava que cada país conhecesse seu espaço turístico, o que aqui não ocorria. Não se levou em consideração que, além do imenso espaço geográfico brasileiro, possuía distintas características, e nem todos os municípios brasileiros eram detentores de vocação para o turismo (BENI, 2006).

Paralelamente ao processo de desenvolvimento das políticas públicas para o turismo, foi desenvolvido o PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado pelo Decreto Nº 1.946, de 28 de Junho de 1996²⁰, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído por famílias agrícolas, vinculado ao Ministério de Agricultura e Abastecimento, onde permaneceu até o ano de 1999, quando passou a ser denominado MDA – Ministério

¹⁸ Período em que Fernando Affonso Collor de Mello era Presidente da República e que culminou no impeachment, sendo que horas antes da condenação pelo Senado por crime de responsabilidade, em 29 de dezembro de 1992, renunciou ao mandato (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008).

¹⁹ Período do Governo Fernando Henrique Cardoso.

²⁰ Decreto disponível para consulta no site www.mda.gov.br.

do Desenvolvimento Agrário, e assim até o momento.

O enfoque principal deste Programa foi criar um padrão de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar²¹, aumentando e diversificando a produção e, conseqüentemente, gerando mais emprego e renda. Para tal, fundamenta-se nas linhas de ação, de negociação de políticas públicas com órgãos setoriais, financiamento de infra-estrutura e serviços, crédito rural e capacitação para os agricultores (MELO, 2005).

O PRONAF acompanha o fortalecimento da agricultura, pois é um dos mais estruturados sistemas de crédito para o produtor familiar (KALNIN, 2004). A partir de 2003, o Programa ganhou força visível, com as novas linhas de crédito e vantagens de financiamento de atividades como a agroindústria e o Turismo Rural. A facilidade e rapidez no acesso ao PRONAF e programas vinculados²² auxiliam o homem do campo em fazer do Turismo Rural um empreendimento agrícola; sendo este o motivo da análise de leis e documentos vinculados a outro Ministério.

O PRONAF está em constante crescimento e tem uma característica peculiar de moldar-se conforme as situações. Uma comprovação desta característica é a continuidade do programa. A última alteração sofrida foi a disposta na Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006²³, que estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Outro fator levado em consideração é o interesse em ordenar e planejar ações para segmentos turísticos no Brasil, despertado um modelo gestor. O Turismo Rural é um destes segmentos que, devido às mudanças impostas na área agrícola, fez com que se estabelecessem estratégias que servissem como alternativa de desenvolvimento, permitindo a manutenção das propriedades rurais. Acompanhando essa transformação, a UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, em 1998, realizou o I Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento

²¹ Para o MDA “agricultura familiar” é aquela em que os trabalhos em nível de unidade de produção são exercidos predominantemente pela família, mantendo uma relação estreita entre o que é produzido e o que é consumido e alto grau de diversificação produtiva (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2007).

²² Os programas vinculados mencionados são Seaf – Seguro da Agricultura Familiar (2004); Bolsa-Estiagem (2004); Garantia-Safra (2003); Programa Nacional do Biodiesel (2004); Programa Nacional de Agroecologia (2005); Cota-Parte – Cooperativa de Crédito Rural (ano safra 2004-2005); Programa Nacional da Agroindústria Familiar (ano safra 2005-2006); que não serão aprofundados nesta investigação por não serem alvos de análise (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006).

²³ Lei disponível para consulta no site www.planalto.gov.br.

Sustentável, ocasião em que foi lançada a Carta de Santa Maria²⁴ pelos empreendedores de Turismo Rural, sendo o documento que marca o reconhecimento da importância sócioeconômica do Turismo Rural no Brasil.

A partir dela, uma série de outros encontros e debates se realizou, aprofundando o cerne da proposta de 1998: “que as instituições governamentais estabeleçam, em parceria com a iniciativa privada, políticas e diretrizes voltadas para o segmento de Turismo Rural” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 1998, p.1).

A Carta propõe ainda uma normatização específica, estímulo à capacitação de profissionais, e da pesquisa e, a criação de associações locais e regionais integradas a uma instituição de representatividade nacional.

É inegável o papel impulsionador da Carta de Santa Maria, que incentivou discussões institucionais de 1999 a 2003, e embasou as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, do MTur - Ministério do Turismo.

Com a intenção de consolidar o Turismo Rural como vetor de desenvolvimento sustentável e ordenar a estrutura das propriedades rurais que incorporaram esta atividade em suas rotinas, o MTur, por meio da Secretaria de Políticas de Turismo, associada a técnicos, agentes e atores da atividade turística no meio rural, lança o documento – Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil 2003 - 2007²⁵. Neste são propostas diretrizes e estratégias para a convergência de políticas e de ações no processo de conhecimento e ordenamento do Turismo Rural no país, as quais foram efetivadas em 2007, no Salão de Turismo, realizado em São Paulo, como Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural - Brasil²⁶.

Conforme o documento, as diretrizes têm o objetivo de contribuir para que a oferta turística seja diversificada; cresça o número de postos de trabalho e, por consequência, aumente a renda no meio rural; diferenças regionais e pluralidade sejam valorizadas; tornem os produtos turísticos de qualidade consolidada e; haja interiorização da atividade turística.

No conjunto, são sete diretrizes detalhadas em estratégias específicas: 1)

²⁴ A Carta de Santa Maria, por ser um documento referencial, está disponível no site www.ufsm.br, e no anexo I do documento Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil 2003-2007.

²⁵ Primeiras Diretrizes elaboradas para nortear o Turismo Rural no Brasil no período 2003-2007. Disponível no site www.mda.gov.br.

²⁶ Documento em vigor. Disponível no site www.gov.br

Ordenamento; 2) Informação e comunicação; 3) Articulação; 4) Incentivo; 5) Capacitação; 6) Envolvimento das comunidades e; 7) Infra-estrutura.

Importa salientar que este documento considera de suma importância o envolvimento da sociedade civil organizada, do poder público e da iniciativa privada, enfatizando a participação de associações, cooperativas, conselhos de turismo e instituições de ensino, pesquisa e extensão.

A formatação desta política pública apresenta falha na parte introdutória das Diretrizes em análise, pois menciona duas razões para a expansão do Turismo Rural, sendo a necessidade de diversificação da fonte de renda, acompanhada da vontade do homem urbano de reencontrar suas raízes (DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL, 2007).

O documento descreve a prática do Turismo Rural, motivada pela “[...] vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes, de conviver com a natureza, com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior” (DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL, 2007, p. 4). Porém, estudos detalhados, que proclamam os motivos que levam o turista a praticar o Turismo Rural, ainda não foram divulgados no Brasil.

Do mesmo modo, é questionável a ênfase de que o Turismo Rural constitui-se na alternativa para o homem do campo diversificar sua fonte de renda. O documento cita que: “[...] o Turismo Rural propicia o contato direto do consumidor com o produtor [...]. Assim, obtém-se melhor preço e qualidade dos produtos para o turista e maior renda para o produtor” (DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL, 2007, p. 4). Mas, pela abordagem do “Novo Rural”, outras formas de produção podem agregar valor e transformar a realidade do meio rural. Cabe aqui mencionar a expressão “porteiros fechados”, utilizada pelo agronegócio, que significa a transformação de um produto *in natura* em produto beneficiado, sem estar com a propriedade aberta à prática do turismo.

Apontamentos importantes em relação à confusão gerada pelas múltiplas concepções e definições de Turismo Rural, mencionadas no capítulo 1, igualmente são abordadas no documento, noticiando a preocupação que deve haver em relação a diversidade cultural e geográfica do Brasil, evitando uma descaracterização, quando impostas políticas públicas que não sejam aptas a caracterizar e identificar essas diferenças.

O documento deixa claro, na página 8, que o Turismo Rural deve ser trabalhado de modo integrado e participativo e cada território carece ser valorizado e respeitado pelas suas singularidades, sempre com o intuito de trazer benefícios às comunidades, por meio da cooperação e valorização, sem efeitos coercitivos.

Fica evidente que as contribuições das Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural objetivam ordenar, promover e estimular a prática do Turismo Rural, por meio de ações reguladoras e articuladas, envolvendo governo, parceiros, comunidade e setor privado, além de adequar-se à infra-estrutura existente e capacitar profissional para tal atividade.

Segundo Portuguesez (2005), o Turismo Rural vem crescendo significativamente no Brasil, o que explica as ações do poder público em normatizar e efetivar este segmento, pela importância socioambiental e econômica. Apesar de ser um segmento que agrega valor ao meio rural, não pode o Turismo Rural ser tratado como única alternativa econômica para o meio, pois, sendo assim, ficará exposto a ocupação desordenada e descaracterização, o que seria uma perda irreparável ao meio rural.

Antes da implantação das diretrizes relacionadas ao Turismo Rural, em 01 de janeiro de 2003, por meio da Medida Provisória Nº 103²⁷, criou-se o Ministério do Turismo, que publicou o primeiro documento de caráter geral, com o objetivo de organizar e desenvolver o setor de turismo em nível nacional, estadual e local, o PNT 2003-2007²⁸ - Plano Nacional de Turismo: Diretrizes, Metas e Programas. Ao ponderar o curto espaço de tempo da criação do MTur e o lançamento do PNT 2003-2007, avalia-se a importância dada a este processo. O turismo adquiriu *status*, passando a ter prioridade e reconhecimento, pela capacidade de dinamizar diversos setores produtivos, gerando renda ao país.

O Plano Nacional do Turismo 2003-2007 colocava-se de forma bem estruturada, ao descrever os organismos responsáveis por conduzir a atividade no país, fazendo uma análise da realidade do setor, com os principais problemas responsáveis por travar o desenvolvimento. O Plano define, ainda, os objetivos gerais e específicos, metas, macro-programas, além das entidades que

²⁷ Medida Provisória Nº 103, de 1º de Janeiro 2003 – DOU de 01/01/2003 – Convertida em Lei Nº 10.683 – de 25 de Maio de 2003 – DOU de 29/05/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008).

²⁸ O Plano foi lançado oficialmente em 29 de abril de 2003. Documento disponível no site. www.turismo.gov.br.

contribuíram. Entre os macro-programas, destaca-se o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, que pela sua importância na formatação e ordenação do Turismo Rural será a seguir examinado.

O PNT 2003-2007 trouxe uma análise otimista do incremento do turismo no Brasil, por meio das diversidades natural, cultural, econômica e histórica, assinaladas como principais atributos para o sucesso da atividade. Apresentava uma visão de que o turismo no país contemplava as disparidades regionais, configurado pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado e a inserção efetiva do Brasil no cenário turístico mundial.

Dentre os objetivos, estava o desenvolvimento do produto turístico brasileiro com qualidade, considerando as diversidades, além do estímulo e facilitação do consumo do produto turístico nos mercados nacional e internacional.

As metas, para os cinco anos de atuação, apresentavam-se de modo ambicioso, tendo em vista as circunstâncias do setor, contando com a deficiência crônica na gestão e operacionalização da infra-estrutura básica (saneamento, água, energia, transportes) e turística, com recursos insuficientes e falta de estratégia e articulação na promoção e comercialização do produto turístico.

O Plano também apresenta aspectos incoerentes. O diagnóstico analisa o Brasil de forma geral, contudo, entre os principais objetivos está a regionalização do turismo. É notável também a ausência de responsabilidade da iniciativa privada e dos governos em relação as ofertas de novos produtos.

Apesar do documento enfatizar o aspecto político das ações propostas, demarcando como iniciativa do governo em exercício, não se podem ignorar as inúmeras determinações sociais que contribuíram para sua implantação, tal como o momento em que propiciou o desenvolvimento do Turismo no Brasil, além de ações anteriores que permitiram melhorias na capacitação profissional, na qualidade e na municipalização do turismo.

Pautado nas orientações do PNT 2003-2007, um dos instrumentos de execução, que serviu como alavanca para o desenvolvimento do Turismo Rural, foi o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil²⁹, criado em 1994, com o objetivo de conduzir o desenvolvimento do turismo brasileiro, utilizando subsídios e orientações às regiões; ele estabelece princípios, com vista a gerar

²⁹ Documento dividido em diversos cadernos. Disponível para consulta no site www.turismo.gov.br.

ações de desenvolvimento local, regional, estadual e nacional (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004a).

Um dos princípios brasileiros do programa é a sustentabilidade, em seus aspectos ambiental, sociocultural e econômico. O princípio visa contribuir com a melhoria da qualidade e competitividade do setor turístico. Aqui, cabe destacar o Turismo Rural enquanto atividade e como fornecedor de produtos não industrializados, vindos da agricultura familiar para redes de hotéis e restaurantes.

Um dos aspectos de sustentabilidade é o ambiental. Nos últimos anos, têm-se discutido e levantado os problemas de degradação ambiental, começando a surgir uma consciência de preservação (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006a).

Considerando o ambiente como base dos recursos naturais e ambientais, é imprescindível, para o desenvolvimento econômico do turismo em particular, que se preserve a qualidade do meio ambiente.

Como segundo aspecto da sustentabilidade, têm-se o econômico. É fundamental que o desenvolvimento econômico, como política pública, busque ações que não comprometam os recursos existentes. É necessário que os recursos sejam explorados de maneira ambientalmente responsável, de forma eficiente, agregando valor e tornando-se competitivos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006b).

A sustentabilidade econômica é definida pela OMT (Organização Mundial do Turismo) como: “garantia de um crescimento turístico eficiente; o emprego e os níveis satisfatórios de renda, junto com um controle sobre os custos e benefícios dos recursos, que garantam a continuidade para as gerações futuras” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006b, p. 5).

Por último, mas não menos importante, aparece a sustentabilidade sócio-cultural. Este aspecto está diretamente vinculado a idéia de inclusão social, fortalecimento da cidadania e da identidade cultural. O desenvolvimento do turismo deve significar uma ação que busque enfrentar as desigualdades e desequilíbrios econômicos regionais, facilitando a inclusão e integração de homens e mulheres, com equidade - igualdade na diferença (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006c).

O Programa de Regionalização adota a visão de desenvolvimento centrado na gestão compartilhada, com planejamento nacional, considerando as especificidades locais para chegar às regionais. A perspectiva adotada é a de desenvolvimento sustentável e a procura de maior equidade, que repercuta na geração e distribuição de renda no país. A partir destes fundamentos, foram

definidos sete macroprogramas: 1) Gestão e relações institucionais; 2) Fomento; 3) Infra-estrutura; 4) Diversificação da oferta turística; 5) Qualidade do produto turístico; 6) Promoção e apoio à comercialização e; 7) Informação turística.

Estes macroprogramas foram especificados em módulos operacionais distintos e não necessariamente seqüenciais, sendo que cada região turística pode implementar o Programa conforme o estágio de desenvolvimento que se encontra.

- Módulo Operacional 1 – Sensibilização → É fundamental para que os envolvidos no turismo se adequem e interajam como grupo regional, ultrapassando a visão exclusivamente individual ou municipal. Assim, o foco passa a ser a formação e sensibilização de grupos com objetivos e interesses comuns (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2005a).

- Módulo Operacional 2 – Mobilização → Passo essencial para a participação e integração de atores, e a sua organização nas respectivas regiões turísticas. Com isto, os atores sentem-se inseridos no processo de implementação do Programa de Regionalização (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2005b).

- Módulo Operacional 3 – Institucionalização de Instância de Governança Regional → Para alcançar os objetivos, torna-se imprescindível a gestão institucional compartilhada, envolvendo governo, iniciativa privada, terceiro setor e sociedade, como meio de harmonizar diferentes interesses (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2005c).

- Módulo Operacional 4 – Elaboração de Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo Regional → O programa de regionalização do turismo prevê a necessidade de planejamento das atividades, levando em conta demandas, vocações e potencialidades locais, com total integração e participação de todos os segmentos sociais e com vistas a promover o desenvolvimento sustentável da região. Este processo inclui análises situacionais (diagnósticos da situação atual) e prognósticos (situações idealizadas) sobre os quais serão tomadas decisões (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006d).

- Módulo Operacional 5 – Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional → O plano se implementa por meio de projetos específicos que procuram solucionar as deficiências da atividade turística da região, bem como atender expectativas e necessidades dos atores envolvidos. Assim, se procura operacionalizar ações com prazo determinado com mais eficiência

e menos conflitos. O segmento do Turismo Rural, neste módulo, deve contar com projetos que visam recuperar áreas degradadas, controlar poluentes e fazer gestão dos atrativos naturais (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006e).

- Módulo Operacional 6 – Sistema de Informações Turísticas → Tem por objetivo principal estruturar um banco de dados confiável e único, com informações estaduais, municipais e regionais, descentralizando a informação (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006f).

- Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística → Finalidade de criar um plano de marketing que contemple elaboração, atribuição de preço, distribuição, produção e comercialização do produto turístico; estes podem ser rotas, roteiros ou destinos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006g).

- Módulo Operacional 8 – Promoção e Apoio à Comercialização → O objetivo deste módulo é favorecer ações e iniciativas comerciais. Os investimentos do poder público, iniciativa privada e comunidade devem resultar em um processo de aumento da competitividade e lucro. Os produtos a serem comercializados devem estar adequadamente estruturados, respeitando os princípios de sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006h).

- Módulo Operacional 9 – Sistema de Monitoração e Avaliação do Programa → Como todo programa institucional, é de fundamental importância que os gestores acompanhem, monitorem e avaliem a execução das ações, comparando os objetivos propostos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

Estes distintos módulos permitem que as regiões turísticas resgatem ou aprimorem ações que os municípios já realizaram, e que, por distintos motivos, não tiveram continuidade (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004b).

Indubitavelmente, o PNT 2003-2007 cumpriu suas metas e conseguiu atingir esforços conjuntos entre os setores públicos e privados, comprovado pelo Programa de Regionalização, que auxiliou no processo de participação integrada. Este fato levou o CNTUR, por meio da cooperação entre diversos setores do governo, iniciativa privada, terceiro setor e instituições com representatividade nas cadeiras do CNTUR, a elaborar o Documento Referencial, o qual serviu de base para a construção do Plano Nacional de Turismo para o mesmo período.

O Documento Referencial – Turismo no Brasil 2007-2010³⁰ teve o objetivo de avançar na construção e execução de políticas que levassem o Brasil a estar entre os principais destinos do mundo. Formatou-se um documento sólido, expressado por todos os segmentos do turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006i).

Participaram da organização do referido documento a Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo e EMBRATUR, coordenados pelo MTur, além do CNTUR, que, por meio de perspectivas para os próximos anos, consolidaram o documento, sinalizando quais os caminhos que devem ser seguidos para desenvolver a atividade no período de 2007-2010, com o intuito de garantir as ações e programas que estão sendo desenvolvidos no momento atual.

Este documento tem como base o mapeamento das regiões turísticas do país e, por meio dos roteiros integrados, busca avançar na organização de diferentes segmentos, para que novos produtos sejam gerados para o mercado. Passa da análise do ambiente econômico nacional e internacional para a contextualização externa e os resultados de dados internos, até chegar na análise de eixos temáticos.

No eixo temático, que trata da estruturação e diversificação da oferta, o Turismo Rural aparece como sugestão de segmentação, sendo mencionado como necessário a identificação da forma de participação que o Turismo Rural exerce nos roteiros que a cada ano são apresentadas no Salão do Turismo, para desenvolver fomento e crédito para o segmento Turismo Rural.

A busca de informações para avaliar o setor econômico e o comportamento da atividade do turismo, em nível nacional e internacional dos últimos anos, auxiliou para que novas perspectivas fossem projetadas como meta na elaboração do PNT, para o período de 2007-2010. O PNT visa o trabalho integrado de cooperação e participação de diversos setores, assim como no Plano anterior; tendo como base, para a formatação, as constatações do Documento Referencial, que traduziram medidas para contribuir com o PAC³¹ – Programa de Aceleração do Crescimento

³⁰ O documento, Turismo no Brasil 2007-2010 – Documento Referencial está disponível no site www.turismo.gov.br.

³¹ PAC é um Programa lançado em 2007, pelo governo federal, visando investimentos estratégicos para o crescimento do país, por meio de medidas para gerar emprego e renda, desonerar e incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público e aperfeiçoar a política fiscal. Este Programa prevê um investimento de R\$ 500 bilhões para diferentes áreas, como saneamento básico, energia, transporte, habitação e recursos hídricos. Informações extraídas no site www.brasil.gov.br/pac/.

2007-2010, assim como inseriu a inclusão social³² no turismo brasileiro.

O Plano objetiva que o turismo se torne lazer para a família brasileira, com o intuito de fortalecer o turismo interno, dando continuidade às ações do Plano anterior, que contribuíram com bons resultados. A descentralização participativa é referenciada neste documento como ponto de partida para evidenciar o que cada região tem de melhor, assim como a importância de promover o Brasil no exterior, aquecendo o mercado externo.

Para o PNT 2007-2010³³, o governo implementa uma série de pacotes diferenciados (como preços promocionais para aposentados e pacotes turísticos para trabalhadores de baixa renda e estudantes), visando que a inclusão social de fato ocorra, servindo como alternativa para dinamizar o mercado interno em períodos de baixa estação.

O referido documento, que está em vigor, forma uma carta de intenções, com ações, metas e macroprogramas bem definidos. Entre as metas, está focar destinos turísticos que forem selecionados no Programa de Regionalização do Turismo, para que os mesmos se tornem indutores de desenvolvimento regional e sirvam como modelo de referência para novos destinos.

Sem dúvida, trata-se de um Plano promissor que tende a contribuir positivamente para o desenvolvimento do turismo no Brasil. Este documento não aborda especificamente o segmento Turismo Rural, assim como nenhum outro. A abordagem específica de cada segmentação se restringe ao documento Segmentação do Turismo – Marcos Conceituais³⁴, lançado em 2006, para auxiliar na identificação da oferta, característica, demanda específica e conceituação de cada segmentação trabalhada pelo Ministério do Turismo, com fins de planejamento, gestão e mercado. Os conceitos de turismo abordados são fundamentados na OMT (2001) e, no caso do Turismo Rural, repete o conteúdo editado nas Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil.

³² O termo inclusão social é definido pelo governo federal como: “o resultado de um processo de construção da cidadania, capaz de recuperar a dignidade das pessoas e, conseguir acesso à emprego e renda, a moradia decente, aos serviços sociais essenciais, como educação e saúde, além da participação nas instâncias decisórias” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2007, p. 22).

³³ Documento disponível no site www.turismo.gov.br, do qual foram extraídas as informações para esta análise documental.

³⁴ Documento no site www.institucional.turismo.gov.br.

Outro documento que norteia o Turismo Rural é o PNTRAF³⁵ – Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar, elaborado pelo MDA no ano de 2003; período experimental onde se tentou implantar a Rede TRAF³⁶ – Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar, utilizando o Estado do Paraná como piloto para desenvolver o Programa.

O PNTRAF referencia que os benefícios do Turismo Rural são econômicos - quando ocorre aumento de renda dos agricultores; sociais – quando revitaliza a cultura e resgata valores e; ambientais – pelo uso racional dos recursos naturais.

Devido a diversidade ambiental e cultural do território brasileiro, diferentes propostas regionais embasadas nos princípios do associativismo, valorização do patrimônio cultural e natural, foram lançadas para as comunidades locais; sendo estas propostas de inclusão dos agricultores familiares, gestão social, parcerias institucionais, manutenção de caráter complementar do Turismo Rural, compromisso com a produção agropecuária e processos agroecológicos, compreensão da multifuncionalidade da agricultura familiar, respeitando aspectos regionais, descentralizando o planejamento e gestão.

O objetivo do PRONAF é a promoção do desenvolvimento sustentável, pela implantação e fortalecimento das atividades turísticas; integrando agricultores familiares e arranjos produtivos locais, que agregariam renda e geração de emprego, melhorando as condições de vida do meio rural (PROGRAMA DE AGRICULTURA FAMILIAR E TURISMO RURAL, 2003).

Deste modo, um conjunto de diretrizes e estratégias foram ordenadas, abordando formação e capacitação continuada dos agricultores, crédito para infraestrutura básica e turística, consolidação de leis, criação de ambiente favorável para inserção dos produtos, priorizando a articulação, a participação e a solidariedade.

É importante salientar que não só se propõe a gestão compartilhada em nível dos projetos locais, como também na esfera da gestão governamental, formando um sistema nacional composto por: Ministério do Turismo, Conselho Nacional de Turismo, e pelo Fórum Nacional de Secretários e Diretrizes Estaduais de Turismo.

Atualmente, grupos trabalham, junto ao MDA, na formatação de um novo

³⁵ O documento PNTRAF está vinculado ao MDA, e encontra-se inacabado, passível de correções. Disponível no site www.pronaf.gov.br.

³⁶ O documento que apresenta os dados de implantação do Programa é exposto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e ECOPARANÁ, vinculada ao Governo do Estado do Paraná - Setor de Planejamento Regional – TRAF/MDA. Disponível no site www.mda.gov.br/saf.

documento, intrínseco às aplicabilidades da Rede TRAF, que tende a expandir o segmento, e auxiliar os pequenos produtores, diversificando suas propriedades e trazendo para eles aumento de renda, geração de empregos, valorização do meio rural, assim como outros benefícios.

Ao visualizar a linha do tempo, percebe-se que as políticas públicas de turismo no Brasil seguem uma trajetória de desenvolvimento, apesar dos entraves econômicos e das transformações na esfera política e social.

Os documentos publicados pelo MTur e MDA apresentam uma conceituação aberta (em função da diversidade dos espaços rurais), assim como expressam preocupação no envolvimento da comunidade local; traçando, em conjunto, estratégias de desempenho no planejamento e metas que contribuam para o papel social e econômico que o Turismo Rural deve exercer.

Cruzando a análise dos documentos e as respostas extraídas nas entrevistas, compreende-se que a atuação das políticas públicas no fomento do Turismo Rural são falhas, por não terem englobado todos os Estados brasileiros, visto que, entre os Estados respondentes, apenas Pará (PA), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Goiás (GO), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Rio Grande do Sul (RS) afirmaram terem participado no processo de construção das Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, no período de 1998 à 2003. Estes Estados participaram da Oficina de Brasília/DF, em novembro de 1998, que organizou o marco conceitual do Turismo Rural, e, ao longo do período, de demais oficinas organizadas pelo Governo Federal a nível nacional e regional, bem como a participação em grupos de discussões.

Os Estados do Amazonas (AM), Ceará (CE), Piauí (PI) e Paraná (PR) afirmam não terem participado desta construção conceitual. E, os Estados da Bahia (BA), Pernambuco (PE) e Santa Catarina (SC) citam desconhecerem qualquer atividade realizada por governos anteriores ao ano de 2007. Todavia, o Estado de SC reconhece que na lista de colaboradores das Diretrizes encontram-se instituições de ensino superior, admitindo, deste modo, que houve co-participação por parte do Estado no processo.

Apesar da negativa referente a produção das Diretrizes, o Estado do CE aparece listado como colaborador, assim como o PR, ambos por meio de entidades relacionadas à agricultura. No primeiro caso, a ACETER (Associação Cearense do Turismo no Espaço Rural e Natural), bem como a Secretaria de Turismo do Estado,

e no segundo, a EMATER PR – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná.

Estas informações demonstram que as políticas públicas muitas vezes estão vinculadas aos mandatos governamentais (período de 4 anos), sem a continuidade necessária para serem implantadas e desenvolvidas de forma permanente.

O quadro de participação na elaboração de políticas públicas para o Turismo Rural estende-se até o momento da efetivação das Diretrizes, em junho de 2007, onde as únicas alterações citadas pelos respondentes foram quanto à participação do Estado do CE nesta etapa, e a não participação do RJ.

Ainda neste contexto, o Estado da BA situa-se distante de qualquer participação que envolva as Diretrizes, o que é contraditório, pois, na página 20 do documento, a ABATURR (Associação Baiana de Turismo Rural), órgão responsável pela segmentação no Estado, está incluída na lista de participantes que subsidiaram a elaboração do referido documento; assim como o Estado do PR também está listado, representando a PARATUR (Companhia Paranaense de Turismo) e pela EMATER PR (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná). O Estado de SC, que se incluiu como não-participante, também aparece na lista com representação de instituições de ensino superior, SEBRAE SC (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), SANTUR (Secretaria de Turismo de Santa Catarina); EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A) e CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – SC), órgãos vinculados a diferentes setores.

Estas situações comprovam a falta de comunicação multisetorial, e a descontinuidade das atividades de gestões anteriores. Como cita Hall (2001), a elaboração de uma política pública é atividade política, que, assim como outras, sofrem influências por características sociais, econômicas e culturais, o que inclui estruturas governamentais.

O Estado de Tocantins (TO), que está entre o grupo daqueles que não desenvolvem ações de Turismo Rural, aparece como colaborador nas Diretrizes, o que aponta para um futuro desenvolvimento da atividade.

É importante ressaltar uma observação quanto aos Estados das regiões Norte e Nordeste, os quais apresentam pouca representatividade na lista dos participantes, pois dos 16 Estados que compõem estas regiões apenas 4 constam como cooperadores.

Mas, ao comparar esses dados com a organização do espaço rural da figura 5 (p. 34), ressalta-se que a participação efetiva foi dos Estados localizados nas áreas modernizadas e nas áreas muito diversificadas, o que torna questionável a compreensão de um Brasil homogêneo, como é tratado pelas Diretrizes.

Outra disparidade que surge, no decurso da investigação, é o caso do Estado de Minas Gerais (MG), que teve uma intensa participação na elaboração das Diretrizes, por meio de diversas instituições ligadas a associações rurais, órgãos governamentais (turismo e agrícola) e ensino superior, mas está no grupo de Estados não-respondentes, deixando uma lacuna na região Sudeste, pois é notória a importância que este Estado tem na segmentação de Turismo Rural.

Embora a participação dos Estados na construção das Diretrizes seja explicada por alguns fatores, a não-participação de outros compromete a eficiência da política pública. Para Beni (2006), a formulação inadequada leva a ineficiência administrativa, isto é, se as Diretrizes não atenderem as necessidades de todos os Estados ao serem aplicadas, poderão gerar desordem e o segmento estará comprometido.

3.1.1 Diferenças e semelhanças que ligam as políticas públicas de Turismo Rural do Brasil, países da Europa e os Estados Unidos

Mediante as políticas públicas para o desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil faz-se necessário cotejar as semelhanças e diferenças existentes entre os países evidenciados.

Na Alemanha, apesar do Turismo Rural ter iniciado para diversificar as atividades agrícolas, consolidou-se desprendido dessa atividade; apenas o meio rural como espaço físico continuou a ser evidenciado, o que explica a evolução para o Turismo em Espaço Rural³⁷. As políticas públicas foram segmentadas pelo país, ao contrário do que ocorre no Brasil, onde são lançadas para abranger o território como um bloco homogêneo.

Na Áustria, o Turismo Rural é determinado pelo fator climático, que possibilita a prática de esportes nas montanhas, atraindo número elevado de turistas. A oferta turística acelerada molda a infra-estrutura hoteleira para atendimento de um público

³⁷ Segundo Oxinalde (1994), Turismo em Espaço Rural é a soma de vários segmentos que no Brasil são apresentados de forma isolada.

exigente, como é o caso da Alemanha. No Brasil, também existe a prática do turismo rural aliado ao frio, restrito a algumas regiões do Sul e Sudeste, que se expande em função do aconchego acarretado e da vivência no espaço natural.

Os problemas agrícolas serviram de base para a implantação do Turismo Rural na Bélgica. Devido a procura desta atividade como modo de férias, as políticas públicas objetivaram o financiamento do segmento como produto turístico, mantendo a constância da procura.

Caracteristicamente, a Dinamarca é atípica em termos de Turismo Rural, pois as condições geográficas não propiciam esta atividade, que, ao contrário, se consolida por meio de regulamentação e de controle, expressando a preocupação em preservar o meio ambiente, o que ocorre exclusivamente neste país se comparado aos demais apresentados.

O desenvolvimento do Turismo Rural na Espanha ocorre para diversificar a propriedade rural e surge por meio da comunidade, assim como na França e Itália. Este é um ponto positivo, pois propicia homogeneidade e organização, baseada nos interesses comunitários e não imposto pelas políticas públicas.

No caso da Espanha, o Turismo Rural toma forma distinta, devido ao grande número de cidades consideradas rurais (menos de 15.000 habitantes) e a grande diversidade de ocupação de terras nas regiões espanholas. Apesar de inúmeras áreas rurais, poucas propriedades permanecem produtivas; muitas apenas abrigam o Turismo Rural em decorrência do incentivo à construção e/ou transformação de infra-estrutura hoteleira no início do processo de desenvolvimento.

Assim como nos demais países que pertencem a Comunidade Européia, as políticas públicas são fortalecidas por ações que viabilizam a economia rural, originando novos produtos e preservando o meio rural, por meio dos hábitos e costumes tradicionais.

Conforme mencionado anteriormente, na França o Turismo Rural parte de iniciativas da comunidade local, por meio de associações que exercem forte poder organizacional que minimizam a crise rural enfrentada após a Segunda Guerra Mundial. A crise foi conseqüência do uso exacerbado de produtos químicos que, aliados ao envelhecimento da população rural, acelerou o abandono dessas áreas.

Deste modo, as políticas públicas foram formuladas e exercidas em função das associações, que objetivam valorizar a cultura do homem campesino e do meio rural, preservando, assim, o meio ambiente.

Tratando-se da comparação com o Brasil, existem dificuldades em formular políticas públicas, porque as associações são restritas. Neste caso, falta incentivo e compreensão do processo, já que muitas vezes as políticas públicas são formuladas por quem desconhece a realidade do meio rural.

O forte associativismo francês gerou um modelo de desenvolvimento de Turismo Rural, seguido por vários países, o que nem sempre é bem sucedido. Não se pode olvidar de que um modelo precisa ser adaptado, pois cada país, e até mesmo regiões, tem distintas peculiaridades e uma simples aplicação pode ser fadada ao fracasso.

Ao contrário do que ocorre na Espanha, as terras italianas nunca deixaram de ser ocupadas com atividades agrícolas, mesmo passando pela recessão da década de 1960. O Turismo Rural aconteceu como complemento para auxiliar os produtores e valorizar a cultura e a gastronomia.

No sentido de auxiliar o desenvolvimento agrícola na Itália, as políticas públicas serviram para enfatizar produtos e identificar as regiões produtoras, dando a elas denominações para o agroturismo, deste modo fortalecendo o meio rural. Este é o caminho que o Brasil almeja alcançar, por meio das políticas públicas como o PRONAF e Rede TRAF, as quais serão analisadas posteriormente.

O modelo de Turismo Rural de Portugal surgiu em momento de crise no setor agrícola, assim como no Brasil, com o objetivo de diversificar as atividades e fixar o agricultor no campo, a fim de amenizar o êxodo rural. O Governo Português subsidia os produtores agrícolas, servindo de incentivo para a permanência destes no campo. Contudo, não é o fator principal. As políticas públicas de Portugal são elaboradas para que a E.U. (União Européia) continue a financiar essa atividade, mantendo a produção agrícola nas propriedades e não permitindo o aumento das importações de grãos e hortaliças, a fim de manter o mercado equilibrado. No Brasil, as políticas públicas se encontram em fase de formatação e implantação, e, se comparadas com o processo português, tornam-se restritas.

Como na Itália, a atividade agrícola sempre esteve presente nos ranchos dos Estados Unidos da América e, esse modo de vida difundido, acarretou em constantes visitas para contemplar e praticar as vivências do campo. Diferentes modalidades foram ofertadas para receber o turista, sendo que as políticas públicas adaptaram-se a esta experiência, uma vez que melhorias de infra-estrutura precisaram ser realizadas para comportar esse novo estilo de vida, que se tornou

rentável aos proprietários rurais. Em termos de quantidade de terras, pode-se comparar os EUA ao Brasil, que em diversas regiões também possui grandes latifúndios, destinados à criação de gado e lavouras. Entretanto, a diferença entre estes países está na recepção ao turista, sendo que, no Brasil, as grandes propriedades rurais (monocultura) encontram-se fechadas para o desenvolvimento do turismo.

3.2 Análise das entrevistas com Secretarias de Turismo dos Estados brasileiros³⁸

Pela multiplicidade de respostas, os Estados foram separados em três blocos: Estados que desenvolvem a segmentação de Turismo Rural; Estados que não desenvolvem a atividade e; Estados não-respondentes da pesquisa. Esta divisão possibilita análise detalhada para a caracterização dos Estados, que podem ser visualizados na figura 10, a qual norteará o leitor quanto ao universo de respondentes desta investigação.

Na figura 10 pode-se visualizar que, entre os Estados brasileiros, 20 (vinte) responderam a entrevista (por meio eletrônico), divididos em dois blocos distintos: bloco que desenvolve o Turismo Rural e; bloco que não desenvolve o Turismo Rural, sendo este composto pelos respondentes do AC, RR, AP e TO, da região Norte e; RN e AL, da região Nordeste. Um terceiro bloco aglutina os Estados não respondentes da pesquisa: RO (região Norte); MA, PB e SE (região Nordeste) e; MG e ES (região Sudeste). Apenas as regiões Sul e Centro-oeste tiveram a totalidade de respondentes.

Na figura 10 pode-se visualizar que, entre os Estados brasileiros, 20 (vinte) responderam a entrevista (por meio eletrônico), divididos em dois blocos distintos: bloco que desenvolve o Turismo Rural e; bloco que não desenvolve o Turismo Rural, sendo este composto pelos respondentes do AC, RR, AP e TO, da região Norte e; RN e AL, da região Nordeste. Um terceiro bloco aglutina os Estados não respondentes da pesquisa: RO (região Norte); MA, PB e SE (região Nordeste) e; MG e ES (região Sudeste). Apenas as regiões Sul e Centro-oeste tiveram a totalidade de

³⁸ Para auxiliar a análise das entrevistas, a pesquisadora utilizou-se do arcabouço construído com base no referencial teórico de Caio Prado (1977 e 1987); Ross (1995); Furtado (1998); Andrade e Andrade (1999); Santos e Silveira (2005).

respondentes.

Diante do exposto, e seguindo o objetivo de analisar as políticas públicas nos Estados brasileiros, esta investigação deteve-se na totalidade de respondentes. No exame das entrevistas ocorre o estabelecimento de ações de causa e efeito entre os grupos, tornando possível o cruzamento dos dados, e assim simplificando e descrevendo diversas informações em número reduzido de análise.

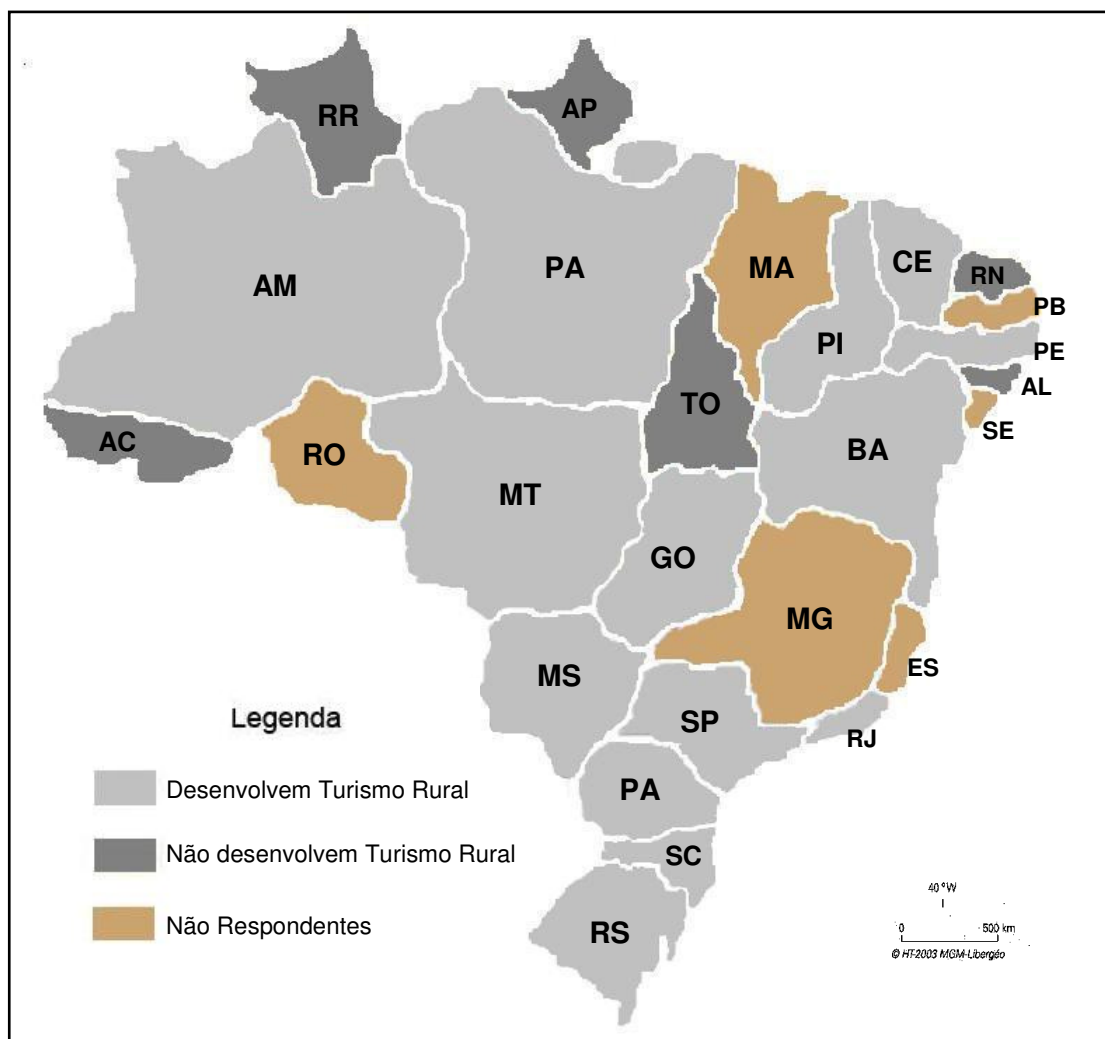


Figura 10: Mapeamento do Turismo Rural no Brasil

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora (2008)

O marco de surgimento do Turismo Rural no Brasil é 1984, conforme mencionado no capítulo 1, no município de Lages - SC, com a colaboração da Comissão Municipal de Turismo de Lages (BINATTI, 2002). A data impulsionou a implantação do Turismo Rural em outros Estados brasileiros.

Se fosse traçada uma linha de tempo referente ao surgimento do Turismo Rural, ficaria evidente que se trata de um segmento em constante transformação, acompanhando as mudanças territoriais no decurso dos anos.

O Estado de SP afirma ter desenvolvido o Turismo Rural “desde sempre”, isto é, não delimita uma data de surgimento, mas acrescenta que por um longo período foi identificado como atividade de lazer. Apenas nos meados da década de 1990 é que o Turismo Rural foi compreendido como atividade econômica, podendo ser desenvolvido de forma sustentável.

No MS, as atividades eram ligadas às fazendas pantaneiras, iniciadas na década de 1990, com a instalação de empreendimentos no Pantanal de Aquidauana.

Os Estados do PR e RS iniciaram as atividades de Turismo Rural em 1992. No PR, a sede de uma propriedade agrícola cafeeira recebe os primeiros hóspedes, constituindo a Pousada das Alamandas, no município de Rolândia, transformando-se na pioneira deste Estado, incentivando o surgimento das atividades relacionadas ao Turismo Rural em outras propriedades, sendo que, no mesmo ano, em junho, na região dos Campos Gerais, município de Balsa Nova, Distrito de São Luiz do Puruã, aconteceu a primeira cavalgada por propriedades envolvidas no contexto histórico, desde as fazendas cafeeiras até os parados de tropeirismo³⁹. No Estado do RS, o Turismo Rural inicia formatado na região do Pampa Gaúcho, onde 4 (quatro) propriedades rurais abrem oficialmente as porteiras, pois a busca pelos momentos de lazer e entretenimento junto a natureza e os valores culturais eram constantes. Então, o RS inicia um projeto de Turismo Rural, via Secretarias Municipais de Turismo, e de Agricultura, em parceria com a EMATER-RS⁴⁰

³⁹ A atividade da tropeada se remonta ao século XVII, quando os jesuítas espanhóis fundaram colônias para a catequização e domesticação dos índios. Com a expulsão dos espanhóis, uma grande quantidade de cabeças de gado e de mulas passou a habitar essas terras em campos abertos e de pastagens abundantes. Somente cem anos depois é aberto um caminho ligando a Capitania de São Vicente à região onde hoje está localizada a cidade de Viamão, no Rio Grande do Sul, que serviu para transportar os animais para a Feira de Sorocaba, onde esses animais eram comercializados. No final do século XIX, aproximadamente na década de 1890, foi realizada a última feira e a atividade deixou de ter a grande projeção do passado, porém, o legado cultural deixado por ela se apresenta até hoje nos hábitos cotidianos dos habitantes das cidades que faziam parte do trajeto possuem (SANTOS, ALMEIDA, DAL MOLIN E DOMINGUES, 2006).

⁴⁰ A EMATER/RS é modelo de desenvolvimento de agricultura familiar gaúcha, e, ao longo desse tempo, incorporou novos valores e conceitos modernos exigidos pelo agronegócio, atividade que se tornou vital para o desempenho positivo da economia nacional. Atende às demandas de um contingente superior a 250 mil famílias, com áreas em 483 municípios, por meio do Serviço de Extensão Rural, através de convênio com as Prefeituras, com o objetivo de desenvolver o Rio Grande do Sul.

(Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural), participando de eventos específicos.

Em 1993, por iniciativa particular, desenvolve-se a atividade do Turismo Rural na Fazenda Sambaíba, localizada no município de Brejão, região do agreste de Pernambuco. Apesar de ser uma iniciativa não governamental, esta data é referenciada oficialmente pelo Estado de PE no surgimento da segmentação.

Ao contrário de PE, no Estado da BA o processo ocorre de forma organizacional como no RS, com auxílio de diversas instituições. O marco para o Turismo Rural neste Estado é o 1º Seminário de Turismo Rural da Bahia, iniciativa da UFBA (Universidade Federal da Bahia), Instituto Goethe (da Alemanha), SEBRAE-BA⁴¹ (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia), FACTUR (Faculdade de Turismo da Bahia) e BAHIATURSA⁴² (Empresa de Turismo da Bahia), sendo que este originou a ABATURR⁴³ (Associação Baiana de Turismo Rural), que desde então vem regulamentando e ordenando esta segmentação no Estado.

De modo não oficial, o MT afirma que as atividades vêm sendo desenvolvidas no Estado desde 1988, em fazendas no Pantanal, mas que a prática do Turismo Rural só foi institucionalizada via governo e SEDTUR⁴⁴ (Secretaria de Desenvolvimento do Turismo do Mato Grosso) a partir do ano de 1999.

O ano de 1999 demarca o surgimento das atividades no Estado do PA, quando em parceria com o SEBRAE-PA, o Governo do Estado contrata consultoria de SC para “estruturar o produto”, isto é, para transformar as práticas de Turismo Rural em produto comercial, como vinha ocorrendo na Ilha de Marajó, mais precisamente nas fazendas de Marajó.

No ano seguinte, em 2000, o Estado do RJ marca a efetivação de ações de Turismo Rural desenvolvidas pelo Governo, embora durante a década de 1990

⁴¹ O SEBRAE é uma sociedade civil sem fins lucrativos, funcionando como serviço social autônomo, gerida pelo segmento empresarial e apoiada pelo poder público, criado pela Lei nº 8.029 de 12/04/1990, alterado pela Lei no. 8.154, de 28/12/1990 e regulamentado pelo Decreto no. 99.570, de 09/11/1991. Instituído em todos os Estados brasileiros.

⁴² A BAHIATURSA é uma empresa de economia mista vinculada à Secretaria de Turismo, responsável pela divulgação e promoção do turismo na Bahia, em nível nacional e internacional. Exerce papel fundamental na atração e ampliação do fluxo turístico; fortalecimento de alianças e parcerias com o *trade* turístico, instituições acadêmicas, ONGs, entidades de fomento e diversos órgãos do poder público.

⁴³ A ABATURR apesar de ser o órgão oficial do Governo do Estado da Bahia para desenvolver a atividade de Turismo Rural no Estado, ainda não possui site, que vincule suas atividades.

⁴⁴ O SEDTUR tem a função de tornar o Mato grosso um destino turístico consolidado e competitivo no Brasil e no Exterior, cumprindo a gestão das políticas públicas de turismo.

tenham sido feitas inúmeras tentativas de implantação.

O AM oficializa as atividades de Turismo Rural em 2005, que, desde então, encontram-se em formatação.

O Estado do PI reconhece que a atividade de Turismo Rural vem sendo desenvolvida, mas que ainda não estão sob a coordenação da SETUR (Secretaria de Turismo), ocorrendo de forma isolada.

Oficialmente, no Estado de GO 15 de novembro de 2007 é o marco de desenvolvimento do Turismo Rural, por meio da agricultura familiar, que vem sendo trabalhada juntamente com o nascimento da Rede TRAF, sendo no município de Silvânia a primeira rota do turismo na agricultura familiar do Estado. Porém, existem relatos que algumas propriedades rurais vêm abrindo suas porteiras, particularmente, para a visita desde a década de 1990.

Dentre os Estados respondentes que não desenvolvem atividades de Turismo Rural estão AC, RR e AL, sinalizando a possibilidade de incluírem-se na segmentação. O AC cita que a atividade está em fase de viabilização e estará incluída no planejamento e implementação de rotas. No Estado de RR está prevista, no decorrer de 2008, a execução de um projeto, o qual identificará as potencialidades para o desenvolvimento do Turismo Rural. De forma independente, o Estado de AL desenvolve o Turismo Rural em fazendas, via SETUR, com o apoio à Rede TRAF.

Os Estados do AP, RN e TO não dão qualquer indício de desenvolver oficialmente o Turismo Rural. Sendo que destes, o AP é o menos provável para um futuro desenvolvimento da atividade, pois seu território tem cerca de 75% de área ocupada com unidades de conservação, zonas de amortecimento, áreas indígenas demarcadas, assentamentos rurais e quilombolas. O Estado de RN aponta a importância do segmento, mas não tem nenhuma política pública estadual que incentive a atividade, assim como TO, que trabalha com segmentos prioritários que não incluem o Turismo Rural, o que o afasta de tal atividade.

Para a demarcação do surgimento do Turismo Rural nos Estados brasileiros via SETUR, considerou-se as datas fornecidas pelos respondentes durante as entrevistas (por meio eletrônico). Deste modo, pode ser traçada uma linha de tempo do surgimento da atividade no Brasil (figura 11) e compará-la com a linha que demarca as políticas públicas analisadas nesta investigação (figura 9, p. 73), pela sua importância no desenvolvimento do Turismo Rural.

Comparando as duas linhas, identifica-se, claramente, que a Carta de Santa Maria, de 1998, é um marco de referência no Brasil. Antes desta data, muitos Estados iniciaram o desenvolvimento do Turismo Rural impulsionados pelo declínio da agricultura.

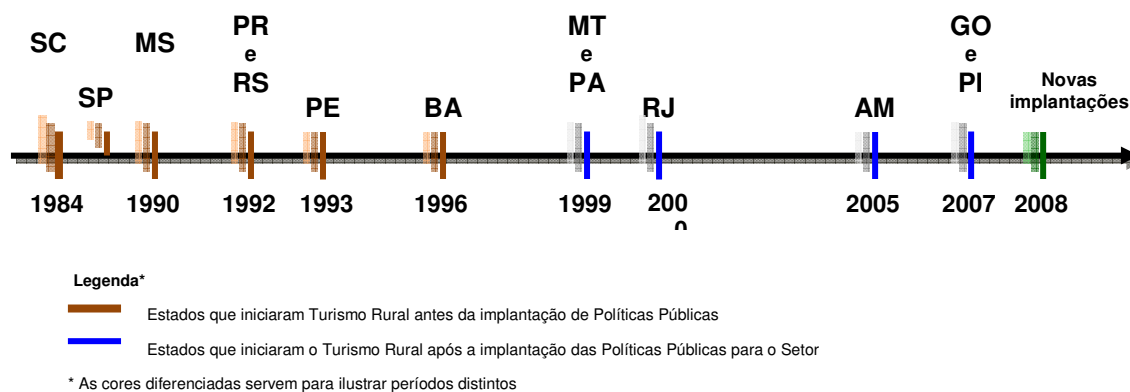


Figura 11: Linha do Tempo – Surgimento do Turismo Rural

Fonte: Elaborada pela Pesquisadora (2008)

Devido as várias formulações para financiamentos agrícolas, no ano de 1966, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural⁴⁵, mas, em função do aumento crescente no número de financiamentos entre 1970 e 1980, ocorre um declínio em todas as regiões do país no ano de 1990 (SANTOS, 2005). Diante deste contexto, as propriedades rurais iniciaram um processo de modernização, que inclui abrir as propriedades para outras atividades, como o Turismo Rural, explicando o fato dos Estados envolvidos pertencerem a áreas modernizadas do país.

Outro ponto de análise, em relação ao que vem sendo descrito, é a inserção de 3 (três) Estados na segmentação de Turismo Rural durante o período de elaboração das diretrizes, que envolveu diversas discussões e oficinas, de acordo com os fatos comentados anteriormente, o que (re)afirma a necessidade de se ordenar o segmento de forma a abranger todas as regiões.

A efetivação de diferentes políticas públicas, entre o período 2003 e o momento atual (março 2008), marca o surgimento de Estados que começaram recentemente o processo de desenvolvimento do Turismo Rural e apontam novos Estados que pretendem efetivar esta prática.

⁴⁵ Este sistema de crédito oferecia subsídio e assistência técnica orientada e obrigatória da EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, criada em 1970, para unificar os sistemas anteriores a este período e realizar apoio técnico à agricultura em todo o país.

Para avaliar a funcionabilidade das Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, foi perguntando aos respondentes que desenvolvem a atividade se o Estado utiliza-se das diretrizes para orientar suas ações políticas, comparando-se as respostas com a conceituação de Turismo Rural adotada por cada respondente.

Diante das respostas, tem-se o seguinte quadro: AM (região Norte), BA, CE e PE (região Nordeste), MT (região Centro-Oeste), RJ e SP (região Sudeste) e PR, RS e SC (região Sul), são os Estados que seguem as diretrizes elaboradas pelo MTur, reconhecendo a importância de um documento norteador para o segmento a nível nacional, sendo que destes apenas o MT tem outra conceituação para a atividade, e CE aponta estar definindo uma conceituação que será adotada pelo Estado.

A conceituação que o MT adota de forma alguma contraria o conceito formulado pelo MTur: “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, p. 7), mas agrega a este conceito o fator natural e referencia o turismo no meio rural, enfatizando a interligação de atividades rurais e o turismo, com um forte apelo para as áreas naturais e preservadas existentes no Estado.

Os Estados do PA e PI, em relação a utilização das diretrizes, afirmam estar em fase de planejamento neste ano de 2008, e que as diretrizes serão analisadas e aplicadas pelo Estado. O PA afirma que o segmento terá prioridade na política de desenvolvimento e o documento será exaustivamente discutido pelos técnicos responsáveis.

O Mato Grosso do Sul (MS) cita a ABRATURR-MS⁴⁶ (Associação Brasileira de Turismo Rural do MS) que, nesta segmentação, apóia a FUNDTUR/MS⁴⁷ (Fundação de Turismo), a qual trabalha com gestão, produção e mercado, efetuando cadastro e orientando à qualidade de serviços, mas mantendo a conceituação das

⁴⁶ A ABRATURR – Associação Brasileira de Turismo Rural é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, sem cunho político partidário, social ou religioso, com autonomia e personalidade jurídica própria. Conta com representações estaduais na BA, ES, DF, GO, MG, PB, SC, SP e RJ e está em processo de implantação em alguns outros Estados, aonde ainda não se faz representar. Defende o Turismo Rural como meio sustentável de turismo, de forma que a população local, o turista e o meio ambiente fiquem em harmonia, resgatando assim as raízes populares no meio rural.

⁴⁷ Órgão oficial do Estado responsável por viabilizar a exploração econômica dos recursos turísticos, promover e divulgar o destino Mato Grosso do Sul, visando o desenvolvimento integrado, e a união da cadeia produtiva, estabelecendo ações em conjunto entre a iniciativa privada e o setor público.

diretrizes.

O Estado de GO aparece independente neste contexto, porque seu foco de desenvolvimento está voltado para a agricultura familiar. O conceito adotado é o regido pelo PNTRAF, que se assemelha ao das diretrizes, apenas acrescentando que a atividade deve ser desenvolvida em propriedades de agricultores familiares, vinculado ao MDA, que trabalha aliado ao MTur, principalmente na criação da Rede TRAF. Outro fator que diferencia GO dos demais Estados é o vínculo com o órgão estadual AGENCIARURAL⁴⁸ (antiga EMATER-GO) responsável pelos projetos ligados ao desenvolvimento do Turismo Rural no Estado.

A relação do MTur com os Estados brasileiros, no segmento de Turismo Rural, não poderia deixar de ser evidenciada, pois os respondentes que desenvolvem esta atividade tem falas diferenciadas sobre as ações deste órgão.

Atualmente, no AM o MTur não se apresenta como parceiro no processo de desenvolvimento, e sim o MDA, que tem envolvimento ativo nestas ações. O Estado da BA também conta com a participação do MTur. A ABRATURR-BA supõe que se deve ao fato de uma associação estar a frente da segmentação, mas seria contraditório a falta de contato com o Estado por essa razão, uma vez que a responsabilidade de organizar e planejar o Turismo Rural na BA está a cargo da referida instituição.

Outro Estado que demonstra não contar com a participação do MTur é o MT, que afirma ter mantido uma boa relação durante a elaboração das diretrizes, e que depois deste período o envolvimento ocorre por meio de pessoas do MTur, e não do órgão.

Os Estados que estão se organizando para desenvolver o Turismo Rural, como mencionado anteriormente, são PA e PI. O primeiro afirma ter no MTur um excelente parceiro nas questões que visam implementar a política que possa garantir o desenvolvimento de ações com foco na sustentabilidade. Estes fatos têm

⁴⁸ AGENCIARURAL - Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário, criada pela Lei nº13.550, de 11/11/1999, surgiu da fusão da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER-GO), do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) e do Instituto Goiano de Defesa Agropecuária (IGAP), ligados à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás, como órgão sucessor das atividades destas instituições. Desenvolve atividades de assistência técnica, social e gerencial aos produtores rurais; responsável, entre outras instituições, pelos feitos direcionados ao desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio Araguaia – Caiapó; inserida nas ações do Programa Nacional de Agricultura Familiar; desenvolve pesquisa agropecuária e, ainda, trabalha com a regularização fundiária, assentamentos e reforma agrária no concernente às agrovilas, ocupando-se com a instalação de famílias no campo.

ocorrido por meio da academia e técnicos que trazem conhecimento e discussões sobre diversos pontos que favorecem a atividade. O segundo Estado cita que as ações previstas para o desenvolvimento da segmentação serão vinculadas ao MTur.

Este relacionamento é descrito pelos demais Estados sob perspectivas distintas, mas que expressam uma participação efetiva do MTur. No caso de PE, a relação é apenas de repasse de informações, conceitos e divulgação no Salão de Turismo, onde o MTur disponibiliza um espaço específico para o Turismo Rural. O Estado do MS cita a existência de canal de comercialização estabelecido via MTur, isto é, participação em feiras, exposições, o que também ocorre no RJ e em SP, onde o MTur desenvolve ações em projetos estaduais, regionais e, no caso de São Paulo, também municipais. No Estado do PR, o MTur é atuante quanto a elaboração e comercialização de roteiros.

GO afirma que sempre é convidado a participar das atividades desenvolvidas pelo MTur, mas que essa relação não é totalmente expressiva, se comparada com a do MDA, que, por meio da Rede TRAF, se torna mais atuante no Estado. O RS afirma que o envolvimento com MTur ocorre somente em função das políticas públicas.

Contrariando o que foi evidenciado até este momento da análise, SC percebe o MTur de modo diferente, enfatizando a maneira estratégica de atuação e a relação de proximidade que o mesmo estabelece com o Estado. Talvez este fato diferenciado ocorra, em função da representatividade do Turismo Rural catarinense exerce no cenário nacional.

Independente do tipo de vínculo estabelecido com o MTur, as Secretarias de Turismo necessitam de parceiros no processo de desenvolvimento do segmento. O fato de ser uma atividade multisetorial indica a presença de diferentes agentes que permeiam pela área agrícola, administrativa, técnica-científica e do turismo, vinculados a órgãos governamentais nas esferas municipais, estaduais e federal, e ao setor privado. Parceiros que são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias que venham a promover o Turismo Rural.

Como referenciado anteriormente, o Brasil tem muitas diferenças territoriais e regionais, estas também se tornam evidentes na formação de parcerias entre Secretarias de Turismo, distintos órgãos e instituições. A identificação das parcerias ajudará a caracterizar o Turismo Rural nos Estados brasileiros, e para isso, será utilizada a divisão geográfica por regiões, entre os respondentes que desenvolvem o

Turismo Rural.

Na região Norte, o AM por intermédio da AMAZONASTUR⁴⁹ (Empresa Estadual de Turismo), órgão oficial de turismo do Estado, criou o grupo TRAF/GT, composto por várias outras instituições: SEPROR⁵⁰ (Secretaria de Estado de Produção Rural); ADS (Agência de Desenvolvimento Sustentável); IDAM⁵¹ (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas); AFEAM⁵² (Agência de Fomento do Estado de Amazonas) e, INCRA⁵³ (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), além das Prefeituras Municipais, com o objetivo de iniciar uma política de gestão para o desenvolvimento do PNTRAF, tendo como município piloto o de Rio Preto da Eva.

O Governo do Amazonas vem buscando recursos junto ao MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), para o desenvolvimento do Turismo Rural, através da elaboração de projetos que viabilizam ações pautadas para esse segmento. Como mencionado em diversos momentos, o Estado do PA, está em processo de desenvolvimento da segmentação, contando com a colaboração do SEBRAE-PA e da Federação da Agricultura.

No momento atual, a região Norte não pode ser caracterizada como um bloco homogêneo, porque somente dois Estados desenvolvem a atividade. O PA, apesar de ter iniciado a segmentação em 1999, tem um processo lento no desenvolvimento do Turismo Rural, mantendo distanciamento do MTur e com poucos parceiros envolvidos no processo. Mas, analisando o conjunto de respostas, pode-se dizer que é evidente que o Estado se encaminha para o desenvolvimento do Turismo Rural e Agricultura Familiar. No Estado do AM, os parceiros e ações identificadas apontam

⁴⁹ A AMAZONASTUR tem como responsabilidade dar apoio ao desenvolvimento sustentável de novos produtos turísticos, oferece condições de aperfeiçoamento aos já existentes e promover o planejamento e execução da política estadual de turismo, bem como promove a "Marca Amazonas" nos mercados turísticos, nacional e internacional.

⁵⁰ SEPROR tem como objetivo promover a dinamização da agricultura, da pecuária, da pesca, da piscicultura, do manejo florestal, da agroindústria, do turismo e de outras atividades econômicas estratégicas, inclusive a biotecnologia, como eixos centrais do desenvolvimento sustentável e integrado do Estado do Amazonas.

⁵¹ O IDAM é uma autarquia, com autonomia administrativa e financeira, e tem como missão promover o desenvolvimento rural sustentável, centrado no fortalecimento das atividades agropecuárias, mediante a prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural.

⁵² Autorizada pela Lei nº 2505/98, de 12 de novembro de 1998, concorre para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Amazonas, através de ações de apoio técnico e crédito, que propiciem a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida do povo amazonense.

⁵³ É uma autarquia federal criada pelo Decreto n. 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais.

para o efetivo desenvolvimento do Turismo Rural e Agricultura Familiar, embora a atividade tenha iniciado seis anos após o Estado do PA, o que leva a compreensão de que os parceiros estabelecidos durante o percurso são fundamentais. Nesta perspectiva, como prognóstico, poderia ser lançada a tendência de desenvolvimento da região.

Conforme os Estados do AC e RR indicam, a atividade de Turismo Rural será iniciada no decorrer deste ano. O AP, em função territorial, indica a impossibilidade de desenvolver a atividade no Estado e; o TO aponta, no momento, para outros segmentos, sem perspectivas para o Turismo Rural. Apesar de constar com um Estado não-respondente (RO), a região Norte aponta para o desenvolvimento da atividade de Turismo Rural voltada para a agricultura familiar.

É perceptível, no Estado do AM, a conscientização de que a segmentação ainda não está consolidada e que ações devem ser elaboradas e efetivadas, por meio de parcerias que darão suporte para a atividade.

O mesmo processo foi adotado para a região Nordeste. Mas, ao contrário da região Norte, caracterizar essa região não foi possível, pois as informações disponíveis não apontam um direcionamento.

Na BA, a ABATURR cita ter desenvolvido a segmentação do Turismo Rural pelos seus próprios esforços, na realização de debates que vêm auxiliando no processo. Afirma, atualmente, contar com o apoio da SETUR e do SEBRAE-BA para estruturar o Programa Estadual do Turismo Rural, o qual objetiva o desenvolvimento sustentável de toda uma região (recôncavo baiano), através da formatação de roteiros. Deste modo, a então responsável pelo segmento no Estado - ABATURR espera delimitar as estratégias que serão aplicadas nas demais regiões, pelo fato do respondente citar que, em breve, oficialmente será lançado um Catálogo de Fazendas do Turismo Rural da Bahia. Compreende-se que, neste Estado o Turismo Rural se desenvolve basicamente em fazendas produtivas, agregando valor às atividades do dia a dia, sendo estas os principais atrativos a serem oferecidos aos visitantes. Esse segmento tem como responsabilidade a preservação do meio ambiente e trabalho de inclusão social, oportunizando a criação de emprego e renda na área rural, principalmente no entorno das fazendas que trabalham o Turismo Rural.

Os Estados do CE e PI estão em fase de desenvolvimento de ações. Portanto, não apresentaram estruturas que possam ser analisadas nesta

circunstância, a não ser o fato de que o CE tem como parceiros o SEBRAE-CE e associações do Turismo Rural.

Em PE, o processo de desenvolvimento parece estar em fase mais adiantada, explicado pelo número de parceiros que o Estado estabelece, entre eles: SEBRAE-PE; Secretaria do Planejamento; SENAC⁵⁴ (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial); INCRA; SENAR⁵⁵ (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural); APETURR (Associação Pernambucana de turismo Rural e ecológico)⁵⁶; AMUPE (Associação Municipalista de Pernambuco), os quais vêm contribuindo para o levantamento de potencialidades, capacitação, divulgação, ações estruturais, como a sinalização, a melhoria das rodovias de acesso, a gestão junto aos serviços de telefonia, a segurança, e outros, através de programas específicos, como PROMATA⁵⁷ (Programa de Apoio ao desenvolvimento Sustentável a Zona da Mata de Pernambuco), Roteiro Integrado Turístico-cultural Civilização do Açúcar⁵⁸, Rota Turística do Programa de Regionalização e o TRAF. As parcerias realizadas no Estado apontam para um desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar.

Dentre os Estados que não desenvolvem o Turismo Rural (AL e RN), apenas o Alagoas dá indícios de que estas atividades estão sendo desenvolvidas, vinculados ao MDA, sem qualquer parceria com a Secretaria do Turismo.

Ao finalizar a análise da região Nordeste, não se pode deixar de mencionar que 3 (três) Estados (MA, PB e SE) são não-respondentes, o que também fortalece a impossibilidade de caracterizar a região. Aqui volta a se afirmar que, nas áreas menos modernizadas, a abertura para a inserção de novas atividades no meio rural está em processo inicial, indicando que muitas mudanças poderão ocorrer, na medida que as políticas públicas comecem a ser efetivadas pelos Estados.

⁵⁴ O SENAC existe em todos os Estados brasileiros e foi criado em 10 de janeiro de 1946 pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), por meio do Decreto-Lei 8.621. A partir do ano seguinte, passou a desenvolver um trabalho até então inovador no país: oferecer, em larga escala, educação profissional destinada à formação e preparação de trabalhadores para o comércio, que é uma das principais ações do SENAC.

⁵⁵ O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR - foi criado pela Lei 8.315, de 23 de dezembro de 1991. É uma Instituição de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural. Tem como objetivo organizar, administrar e executar, em todo território nacional, a Formação Profissional Rural (FPR) e a Promoção Social (PS) de jovens e adultos, homens e mulheres que exerçam atividades no meio rural.

⁵⁶ Órgão que representa os proprietários e empreendedores do setor, contando também com o apoio e incentivo de empresas públicas e privadas.

⁵⁷ Tem a finalidade de apoiar o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Mata de Pernambuco.

⁵⁸ Roteiro de 37 engenhos de processamento da cana-de-açúcar nos Estados da PA, PE e AL, sendo esta a base para formar um novo roteiro nordestino.

A região Sudeste também não poderá ser caracterizada como um bloco, pois os respondentes se restringem aos Estados do RJ e de SP.

No RJ, as estratégias para promover o Turismo Rural vêm se desenvolvendo por meio do COGETURA⁵⁹ (Comitê Estadual de Turismo Rural e Agroturismo); da realização de oficinas de planejamento; encontros estaduais e regionais; elaboração de roteiros e circuitos; cursos de capacitação; censo rural (cadastramento de propriedades rurais envolvidas no segmento); apoio técnico e institucional aos empresários e às Secretarias Municipais de Turismo, que contam com a parceria da EMATER-RJ, SEBRAE-RJ, ABRATURR-RJ e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços.

Vale ressaltar que, em 2004, no RJ foi implantado um projeto-piloto na Região do Vale do Café, e esta ação foi determinante no desenvolvimento do Turismo Rural, trazendo resultados positivos para o Estado. Existem dois pontos que devem ser revistos no RJ, apontados pelo respondente, como sendo a reestruturação da COGETURA, para que a rede de parceiros possa ser ampliada, e a atualização do zoneamento para o Turismo Rural, constante no Plano Diretor de Turismo que foi editado em 2002.

Em SP, as estratégias estão iniciando por meio de legislação específica para ordenar e estruturar a atividade, capacitando e qualificando profissionais, emitindo certificação dos roteiros que venham a integrar o segmento, contando com as parcerias das Secretarias Estaduais de Agricultura e Abastecimento, Meio Ambiente, Cultura, Fazenda e Transportes, ABRATURR-SP, Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas, Associação das Fazendas Históricas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais Regionais, Prefeituras Municipais e Instituições de ensino superior. Em ambos os Estados, percebe-se a efetiva formação de roteiros, como fomento de negócios, e possibilidade de expor os produtos para agregação de valor - perspectiva do “Novo Rural”. A formatação estruturada, que os dois Estados da região Sudeste apresenta, deve-se ao fato das parcerias estabelecidas no processo de elaboração das políticas públicas e pelo tempo que a atividade de Turismo Rural vem sendo desenvolvida. Outro fator a ser levado em consideração, é o fato de terem se desenvolvido na perspectiva do agronegócio, o que facilita a inserção do

⁵⁹ O COGETURA tem como objetivo o desenvolvimento sustentável do turismo nas áreas rurais, oferecendo possibilidades de fixação do homem no campo por meio da criação de novas oportunidades de trabalho, da geração de renda e da valorização das culturas locais e regionais.

conceito nas ações estabelecidas.

Devido as regiões Centro-oeste e Sul terem totalidade de respondentes, será possível caracterizar o desenvolvimento da atividade de Turismo Rural, porém não como blocos homogêneos e sim diversificados.

Na região Centro-oeste, o Estado de GO cita estar envolvido no desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar, por meio de projetos e convênios entre a AGENCIARURAL, MDA e CEF (Caixa Econômica Federal) e de projetos que envolvem as Prefeituras Municipais, a AGENCIARURAL, as Secretarias Municipais e Associações de Produtores Rurais. Promove ações para identificar proprietários que querem desenvolver a atividade, sensibilizando e mostrando como é a segmentação, levando expectativas e informando como o processo vem sendo desenvolvido por outros Estados, realizando visitas técnicas nos mesmos. E, ao ser identificado o interesse, as etapas seguintes são desenvolvidas: inventário de diagnóstico; zoneamento e georeferenciamento; curso de capacitação; assim como sugestões de intervenções e divulgações, em parceria com a AGENCIARURAL (unidade central e locais), SEBRAE-GO, Instituições de ensino superior; AGOTUR (Associação Goiano de Turismo Rural), Prefeituras Municipais e respectivas Secretarias de Turismo, SENAC, SESC⁶⁰ (Serviço Social do Comércio) e SENAR.

No MT vem sendo desenvolvido, baseado no Turismo Rural Tecnológico e no Turismo Rural na AF, com apoio da SEDTUR, Prefeituras, Operadoras e Agências, EMPAER⁶¹ (Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência Médica e Extensão Rural) e Institutos de ensino superior. Fica evidenciado a integração entre o MTur e o MDA. E no caso do MS é a ABRATUR-MS, seccional da entidade nacional, que estabelece níveis de articulação com o Governo do Estado, para efetivar ações de mercado para o segmento, com parceria do SEBRAE-MS e SENAC. Desde 2004, o MS estabelece um Protocolo de Cooperação Internacional entre APPAN⁶² (Associação das Pousadas Pantaneiras) com o Consórcio Solares de Portugal, para a promoção dos empreendimentos filiados no exterior, situação que demonstra ações individuais dos integrantes deste grupo.

⁶⁰ O SESC, mantido por empresários do comércio de bens e serviços, é uma entidade voltada para o bem-estar social de sua clientela. Atua nas áreas da Educação, Saúde, Lazer, Cultura e Assistência.

⁶¹ A EMPAER tem atendimento extensivo a todos os Municípios do Estado, com um modelo de atendimento voltado à estruturação da agricultura familiar.

⁶² Fundada em 12 de fevereiro de 2001, trabalha no fortalecimento das relações entre empresários de turismo que investem no Pantanal, valoriza os produtos turísticos desenvolvidos no local, além de fomentar a criação de uma política específica para o turismo na região pantaneira.

Os três Estados apontam desenvolvimento para agregação de valor, sendo que, no caso de GO, é evidente que a segmentação é baseada na Agricultura Familiar, e o MT aponta um prognóstico de se desenvolver nesta mesma linha. O MS está atrelado ao desenvolvimento mercadológico da segmentação.

A região Sul assemelha-se a Centro-oeste quanto a heterogeneidade da região, pois igualmente os Estados têm desenvolvimento diferenciado na segmentação de Turismo Rural. No PR ocorrem ações integradas entre a SETUC (Secretaria da Agricultura e do Abastecimento), por meio de Termo de Cooperação Técnica - visando a promoção de ações integradas no planejamento, estruturação e implantação de políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento local e regional, dando ênfase ao TRAF, e entre as seguintes instituições: ADETURNOP⁶³ (Agência de Desenvolvimento Turístico Regional do Norte do Paraná), AMCG⁶⁴ (Associação dos Municípios dos Campos Gerais), APRATURR (Associação Paranaense de Turismo Rural), CEDIS (Centro de Desenvolvimento e Integração Social), COMEC (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba), ECOPARANÁ (Serviço Social Autônomo Ecoparaná), EMATER-PR, MDA/DFDA-OR, MINEROPAR⁶⁵ (Minerais do Paraná S/A), PRTUR (Paraná Turismo), SEBRAE-PR, SENAC, SENAR, SESC-PR, UFPR Litoral (Universidade Federal do Paraná/Unidade do Litoral), UNIGUAÇU/FAESI (Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu), UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná).

No RS, conforme Termo de cooperação n° 604/07, que instaurou o Grupo Gestor de Turismo Rural, as ações e programas são direcionados ao processo de ordenamento e fortalecimento do Turismo Rural no Estado, tendo com parceiros: Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, Secretaria Municipal de Turismo de Porto Alegre, EMATER-RS, SENAR-RS, SENAC, SEBRAE-RS, ABRATUR-RS, Quinta da Estância Grande⁶⁶, Instituto Escola do Chimarrão⁶⁷,

⁶³ É uma associação dos municípios do Norte do Paraná, que tem como objetivo associar a educação, cultura e negócios, fazendo do turismo um instrumento aglutinador de recursos pelo desenvolvimento sustentável.

⁶⁴ É um órgão de representação municipal e microregional, sendo constituída sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, composto por 18 municípios.

⁶⁵ Sociedade de Economia Mista, constituída nos termos da Lei Estadual Nº 6.938, de 21 de outubro de 1977, integrada a instituições do governo com vistas à promoção do desenvolvimento social e econômico do Paraná.

⁶⁶ É uma propriedade particular, estabelecida desde 1992. Foi a primeira Fazenda a desenvolver conteúdos pedagógicos na prática em um ambiente rural.

FETAG-RS⁶⁸ (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul).

A atividade vem sendo apontada como forma promissora de desenvolvimento, aproveitando a figura do gaúcho, o patrimônio histórico-cultural e natural do Estado para se difundir. Ocorre em propriedades rurais produtivas – fazendas ou colônias, otimizando as estruturas existentes na propriedade, com características de negócio familiar, onde a oferta de atividades, serviços e produtos estão ligados à rotina de empreendimentos.

Em SC, as parcerias são da SANTUR⁶⁹ (Santa Catarina Turismo S/A), EPAGRI⁷⁰ (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A), Acolhida na Colônia, IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí), FAESC (Faculdades de Escada), UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina), BOM JESUS/IELUSC (Associação Educacional Luterana), SEBRAE-SC, FECAM⁷¹ (Federação Catarinense de Municípios), FMDR 25 de Julho⁷² (Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho) e, a SOL⁷³ (Secretaria de Estado de Turismo Cultura e Esporte). Não se pode deixar de ressaltar a existência do Grupo Técnico Temático de Turismo Rural, que é parceiro da SOL na realização de ações que desenvolvem a atividade em SC. A partir do encontro desse grupo, por meio de oficinas e reuniões, elaborou-se o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Rural em SC, que trabalha quatro módulos de fomento: políticas públicas/serviços públicos; organização e gestão; profissionalização e capacitação e; promoção e comercialização do segmento turístico. Quanto a maneira como o Turismo Rural vem sendo desenvolvido no Estado, pode-se dizer que não há um consenso no que os atores desejam, como forma de organização desse segmento.

⁶⁷ É uma ONG formada em 2004, que desenvolve atividades culturais, educacionais e artísticas, cultuando as tradições gaúchas, especialmente na difusão do chimarrão, resgatando-o como hábito cultural e patrimônio dos gaúchos e na pesquisa sobre erva-mate.

⁶⁸ Objetiva coordenar e mobilizar a categoria dos trabalhadores rurais a partir dos problemas sentidos e vividos, centrando a ação na construção de um modelo de desenvolvimento alternativo.

⁶⁹ É uma empresa de economia mista, criada em 1977, que tem como objetivo o fomento e a divulgação da política estadual de turismo, encontrando-se vinculada a secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte.

⁷⁰ É uma empresa pública, criada em 1991, no bojo de uma profunda reforma administrativa promovida pelo governo Estadual no Serviço Público Agrícola, que fundiu e incorporou numa só instituição os serviços de pesquisa agropecuária até então desenvolvidos.

⁷¹ A FECAM tem o intuito de atender os interesses dos municípios, com a finalidade de associar, integrar e representar os seus associados.

⁷² É o órgão responsável pela agricultura do município de Joinville – SC.

⁷³ A SOL tem função de criar mecanismos de incremento para todos os segmentos do Estado, a fim de promover o desenvolvimento do lazer, com a integração das atividades culturais, esportivas e de turismo para melhoria da qualidade de vida do catarinense.

No entanto, a realização dos trabalhos da SOL, junto aos seus parceiros, e a criação de uma entidade representativa do segmento são passos importantes para a minimização desse problema.

Conforme mencionado, na região Sul não há uma unificação quanto à forma de trabalhar o Turismo Rural. Mas, pode-se identificar que o PR desenvolve a atividade de Turismo Rural na Agricultura Familiar; que no RS a atividade destina-se a fazendas ou colônias produtivas e; que em SC está em fase de (re)estruturação, identificando-se as duas formas de Turismo Rural, o que é explicado pela continuidade com que desenvolve este segmento e, pelas diferenças de formação territorial que é evidente neste Estado.

Cabe ressaltar algumas ações que vêm sendo desenvolvidas pelo MTur e MDA no Estado de SC, como forma de ilustrar a importância de ações conjuntas por parte do Governo Federal, que também engloba outros parceiros. Para este relato de ações foi determinado o Estado de SC, pela representatividade organizacional do Turismo Rural no cenário nacional e por ser percussor de tal atividade.

Segundo informações do respondente, em abril de 2007, SC tornou-se Estado piloto, no projeto onde está sendo realizado o levantamento (1ª etapa) de todos os prestadores de serviços nos espaços não urbanos; o que, posteriormente, resultará numa classificação (2ª etapa) desses prestadores. A representante do MTur salientou que tal pesquisa dará suporte para atender as necessidades e demandas do setor, como, por exemplo, a capacitação. Também afirmou que o Turismo Rural é o segmento que menos aparece no mercado (agências); contudo, seria o mais fácil de ser comercializado, pois os circuitos são organizados e formados por proprietários, e não exclusivamente por prestadores de serviços, o que facilita na organização da cadeia de distribuição. Fica claro que o agricultor ou empreendedor rural deve dedicar-se à propriedade, ficando a comercialização para os operadores de mercado.

Na seqüência, em agosto de 2007, foi lançado, na cidade de Pomerode, o Programa Roteiros Nacionais da Imigração, por meio da assinatura do Termo de Cooperação, assinalando oficialmente o interesse e o compromisso de todos os parceiros para o desenvolvimento de ações de preservação, valorização e promoção do patrimônio cultural do imigrante. O termo representa a cooperação, entre MinC (Ministério da Cultura), MDA, IPHAN, SEBRAE/SC, Governo do Estado, 15

Prefeitura Municipais,⁷⁴ para o desenvolvimento de ações preferenciais nas regiões de imigrantes.

O termo define destinação anual de recursos pelos parceiros; criação de fundos estadual e municipais de preservação; tombamento federal de 62 bens, um núcleo rural e um núcleo urbano; tombamento estadual de cerca de 250 bens e tombamentos municipais; criação de centro de recepção e comercialização de produtos da pequena propriedade e; criação de legislação de proteção da paisagem urbana e rural.

Como consequência, o MDA se comprometeu com uma destinação orçamentária em 2008 (1/4 para 2007), a ser investido por meio de convênio estabelecido com o SEBRAE/SC, com contrapartida de 100% para o programa. O MTur priorizou a região de imigrantes de Santa Catarina como “Destino Referencial de Turismo Rural” do Brasil e o IPHAN ampliará o ritmo de investimentos em pesquisas, inventários, fiscalização, apoio técnico e obras de restauro. Nesse programa está contido o projeto de Turismo Rural, que tem o foco principal nas pequenas propriedades rurais espalhadas pelas estradas que formavam as antigas colônias de imigração; sendo fornecidos subsídios que permitirão aos pequenos agricultores não descaracterizarem o seu modo de produção, incentivados pelos recursos destinados ao TRAF.

Ambas as ações mostram que o MTur tem uma linha transparente de atuação, e que, no momento atual, a tendência é aliar as políticas públicas por ele estabelecidas com as do MDA e trabalhar na formatação do TRAF. Parece ser uma ação sensata, embasada em um contexto nacional, porém nem todos os Estados brasileiros têm características para desenvolver a agricultura familiar, o que salienta que as ações governamentais devem ter flexibilidade ao serem implantadas, para dar conta de atender uma segmentação que possui um crescimento contínuo e apresenta potencial para isso.

Como forma de sintetizar a análise das entrevistas realizadas e caracterizar o desenvolvimento do Turismo Rural nos Estados brasileiros, elaborou-se a figura 12, que por meio de agrupamento das regiões brasileiras proporciona a visualização de todo o processo investigativo.

⁷⁴ Entre as prefeituras mencionadas estão os municípios de: Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Indaial, Itaiópolis, Jaraguá do Sul, Joinville, Nova Veneza, Orleans, Pomerode, Rio dos Cedros, Rio do Sul, São Bento do Sul, Timbó e Urussanga.

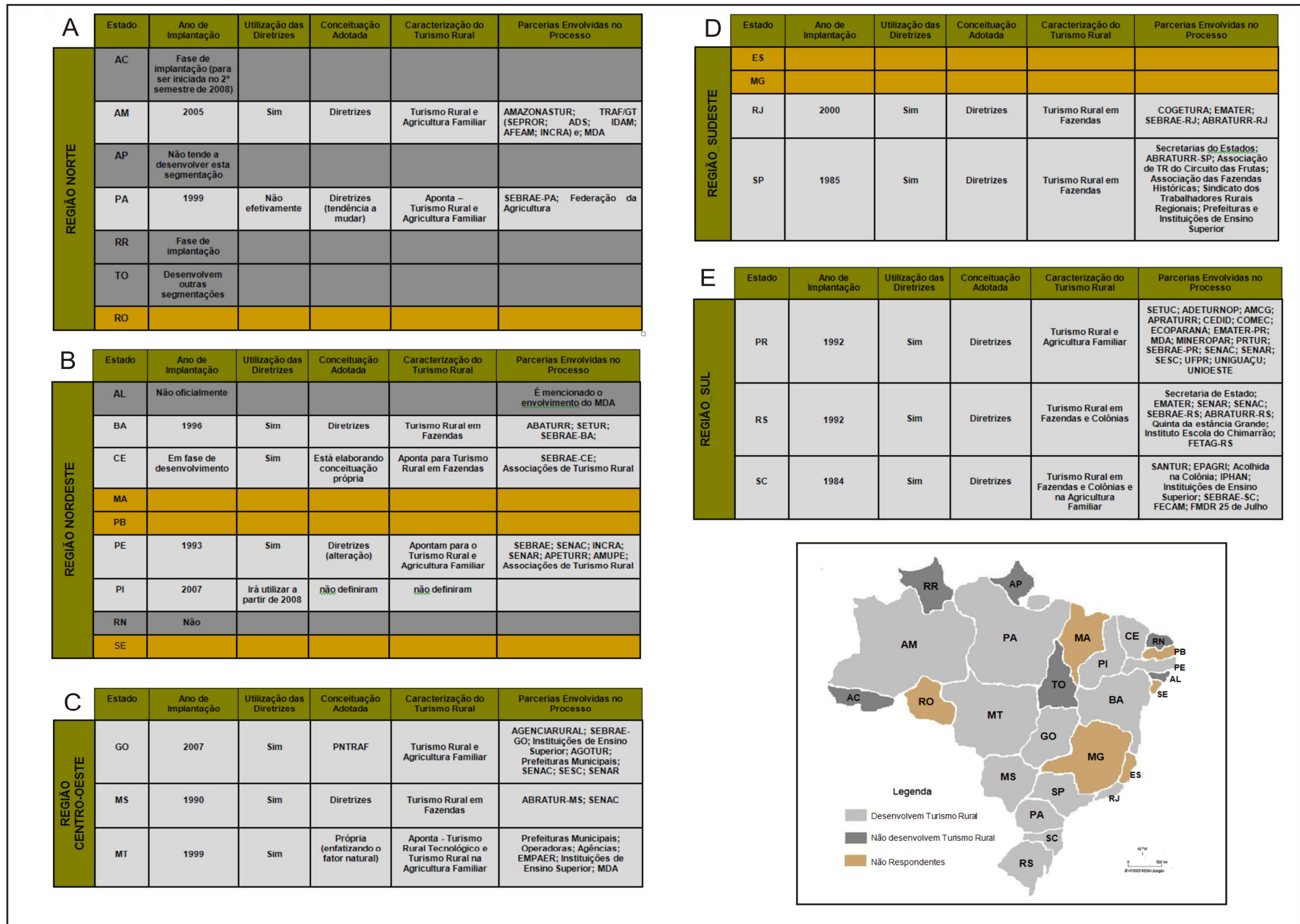


Figura 12: Síntese da análise de entrevistas caracterizando as regiões geográficas (A, B, C, D, E), associadas a figura 10 que ilustra o mapeamento do Turismo Rural no Brasil

Fonte: Elaborado pela Pesquisadora (2008)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa objetiva analisar as políticas públicas de Turismo Rural existentes no Brasil e o seu desenvolvimento nos Estados brasileiros, o que justifica a abrangência da investigação, embasada por documentos oficiais e entrevistas a 26 Secretarias Estaduais de Turismo.

A complexidade do estudo se deu pela própria delimitação do universo de pesquisa, pois, desde o início, deparou-se com uma série de fatores que poderiam tornarem-se impeditivos na investigação, como a lista de interlocutores desatualizada e o período escolhido para a realização das entrevistas.

Todavia, realizou-se um resgate histórico da origem do sistema agrícola, desde o europeu até o brasileiro, sendo importante para a compreensão da ocupação do solo, que tem influência direta na modernização do campo, onde o Turismo Rural é indutor de desenvolvimento.

A perspectiva do “Novo Rural” foi o arcabouço para o estudo da ocupação agrícola, por entender-se que as transformações ocorridas são um processo natural, fazendo parte de um ciclo de desenvolvimento, que possivelmente voltará a ocorrer, em algum momento da história, uma vez que a análise realizada sobre a origem do sistema agrícola demonstra que os ciclos são contínuos e as políticas públicas fazem com que os mesmos tornem-se a se repetir. Não foi objetivo desta pesquisa analisar os ciclos econômicos, mas o entendimento sobre os mesmo é de fundamental importância para se traçar um ciclo de vida para o Turismo Rural brasileiro.

Os diversos autores que conceituam o Turismo Rural deixam transparecer as divergências e lacunas existentes. Esta investigação não primou pela conceitualização, mas fica evidente, na análise documental, que estas opiniões diversas fazem parte dos documentos oficiais, sendo um dos motivos que torna o desenvolvimento da segmentação confuso e com dicotomias.

O levantamento realizado mostrou que a segmentação de Turismo Rural não ocorre de forma homogênea no território brasileiro. Nem mesmo as regiões geográficas do país desenvolvem-se do mesmo modo. Cada Estado brasileiro tem suas peculiaridades, sendo a organização territorial o principal fator do modo como as ações governamentais são realizadas e, principalmente, pelas parcerias

estabelecidas. Assim, cada estado brasileiro se caracteriza de modo distinto, sendo evidente que nos estados onde o processo da segmentação é voltado para o Turismo Rural na Agricultura Familiar há uma maior atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e de entidades empresariais ligadas à agricultura, que tendem a formatar rotas e circuitos para agregação de valor. Os Estados que ainda estão em processo de formação de parcerias, tendem a seguir a formatação das políticas públicas, que no momento são voltadas para o mercado.

Fica visível que se o Turismo Rural não for tratado com atenção pelos governos municipais, estaduais e federal, pode se tornar um agravante ao êxodo rural, ao contrário do que se espera ocorrer com a inserção do TRAF. Mas, se as políticas públicas não tiverem uma continuidade de ações, o andamento da segmentação fica a mercê de especulações.

O agronegócio, inevitavelmente, surge como fator de modernização para a agricultura, porém a favor das grandes propriedades, as quais não necessitam diversificarem-se para a sua subsistência, sendo um ponto para ser vencido pelos pequenos produtores que não conseguem acompanhar os altos custos da modernização. Estes submetem-se à prática de atividades não-agrícolas, da pluriatividade, para manterem-se no meio rural e, muitas vezes, abandonam as atividades agrícolas de suas propriedades; não se modernizam, nem buscam auxílio técnico, acomodando-se ao fracasso anunciado.

Muitas alternativas podem surgir e auxiliar os pequenos produtores a manterem suas propriedades e nelas trabalharem, conseguindo o sustento de suas famílias. Dentre essas alternativas está o Turismo Rural, que abarca todas as existentes e diversifica o meio rural.

Outro fator que se propaga em relação ao desgaste do meio rural, é a previsão da dualidade entre campo e cidade. Se de um lado o campo perde espaço para condomínios de segunda residência, perdendo suas fronteiras, de outro, a cidade perde espaço para a indústria e o entretenimento, chegando a virar um espaço de “consumo” para a população urbana.

Há tempos o rural e o urbano são descritos como opostos, e nessa relação de cumplicidade, ou não, percebe-se claramente as diferentes perspectivas. Na dicotomia campo e cidade, o primeiro é tradicional e, portanto atrasado, e o segundo moderno. As amplitudes que se estendem entre os extremos do rural e do urbano, às vezes se prejudicam entre si, e, para solucionar problemas gerados, implica na

mudança da sociedade como um todo.

Parece evidente a necessidade de ações integradas que envolvam a iniciativa privada, instituições educacionais, poder público, associações e comunidades. Somente assim o desenvolvimento do Turismo Rural beneficiará diretamente a todos.

De forma qualitativa e sustentável, o Turismo Rural poderá auxiliar na diminuição do êxodo rural e no desenvolvimento de atividades que venham a manter o homem no campo, com renda digna para o sustento da família.

A prosperidade do Turismo Rural é um processo de muito trabalho e desafios, porém é necessário que parcerias sejam tecidas com a sociedade organizada. O compartilhamento de ações proporcionarão, através do Turismo Rural, melhorias para as famílias de pequenos agricultores, estimulando o cultivo de produtos básicos, agregando valor, capacitando mão-de-obra local, resgatando a cultura e auto-estima e, preservando recursos naturais; enfim, qualificando a vida do campesino de maneira geral, o que evidencia um trabalho à “várias mãos”, onde as parcerias são decisivas para o crescimento e desenvolvimento do Turismo Rural.

O Governo exerce papel fundamental em termos de apoio e incentivo e pode auxiliar com medidas que venham a contribuir com a atividade, como: redução dos impostos que são cobrados na mesma proporção que na cidade; revisão das leis de empregabilidade, que dificultam a relação empregador/empregado; incentivo de recursos com prazo, carência e juros diferenciados, considerando ser lento, e em longo prazo, o retorno do investimento financeiro no Turismo Rural.

Alguns pontos que ficaram evidenciados na pesquisa foram: ordenamento da atividade deficiente, já que muitas ações isoladas acabam ocorrendo e a descontinuidade das mesmas leva os empreendimentos ao isolamento, bem como a desorganização das comunidades envolvidas; falta de debate articulado e pessoas de referência para discutir o Turismo Rural, comprovado pela deficiente integração institucional nas diferentes esferas; falta de estudos sobre a demanda do Turismo Rural nos empreendimentos estabelecidos. Estes fatores dificultam a projeção no mercado e a elaboração de estratégias para a sua divulgação.

É necessária a realização de estudos sobre políticas públicas, para que se tenha clareza dos diferentes papéis institucionais, compreendendo que cabem estudos direcionados aos Estados, assim como estudos que atendam às especificidades de cada região.

As políticas públicas que envolvem o Turismo Rural têm um padrão geral que deve estar aliado a políticas regionais e estaduais, para que todas as diferenças sejam atendidas no processo de desenvolvimento do Turismo Rural.

Nesta investigação fica evidente que alguns Estados são beneficiados no processo, fato ligado diretamente às parcerias estabelecidas, que proporcionaram melhoria para o meio rural. O Brasil não pode ser estudado como um bloco homogêneo. A compreensão das desigualdades territoriais de cada Estado é fundamental para que ocorra uma segmentação que atenda a necessidades específicas e se desenvolva de forma sustentável, para, assim, contribuir com o desenvolvimento do Turismo Rural.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, O. M. **Manual de direito agrário**. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

ALVES, L.; CARNEIRO, M.; TRINDADE, R. M.; RONNYERE, W. **Urbanização excessiva**. 2005. Disponível em: <<http://www.marcio.eng.br/marcio/UNEB/EDS%20-%20Economia%20e%20Desenvolvimento%20Sustentavel/Urbanizacao/Urbanizacao1.doc>> Acesso em: ago. 2007.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa**. 2. ed. São Paulo: Thomson, 1999.

ANDRADE, M. C. de; ANDRADE, S. M. C. de. **A federação brasileira: uma análise geopolítica e geo-social**. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

AVILÉS, P. R.; REQUENA, J. C. *Uma oportunidade para as zonas rurais desfavorecidas?*. **Revista Leader Magazine**, Lisboa, n. 4, p. 7-9, out. 1993.

BARRERA, E. Situación del turismo rural en la republica Argentina. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDLY, M.; FROEHLICH, J. M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1998.

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BINATTI, M. de L. V. O turismo rural da serra catarinense entre 1984 e 2001: da implantação à gestão dos empreendimentos com hospedagem como fator de desenvolvimento em fazendas produtivas. Itajaí: UNIVALI, 2002. **Dissertação** (Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria). Universidade do Vale do Itajaí, 2002.

BLAKELY, E.; BRADSHAW, T. América Rural; um novo contexto. In: **Agricultura Y Sociedad**. Madrid, 1985, p. 36-37

BORGES, A. Ética burocrática, mercado e ideologia administrativa: contradições da resposta conservadora à “crise de caráter” do Estado. In: **Dados**, vol. 43, n.1, Rio de Janeiro, 2000.

BOULLON, R. **Ecoturismo – sistemas naturales y urbanos**. Buenos Aires: Librería Turística, 1993.

BRASIL. **Programa de Aceleração do Crescimento - 2007-2010**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/>>. Acesso em 18 mar. 2008.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. In: **Sociología**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, ju./dez. 2003, p. 312-347.

CAMARANO, A. A.; BELTRÃO, K. I. Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século. In: **Texto para Discussão Nº 766** do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2000.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 11 out. 1998, p. 53-75. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/livros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>>. Acesso em: jan. 2007.

CAVACO, C. O mundo rural português: desafios e futuros?. In: RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo rural: práticas e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Turismo Contexto).

COMMODITIES. **Dicionário de economia**. Disponível em: <<http://dicionario-de-economia.portalmidis.com.br/c/o-que-e-commodities.htm>>. Acesso em: jan. 2008.

COOPER, D. R.; SHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COSTA, E. V. da. **Da monarquia à república**. São Paulo: Edusp, 1992.

CROSBY, A.; DARIES, J. O. **El desarrollo turístico sostenible em el médio rural**. *Madri: Centro Europeu de Formación Ambiental y Turística*, 1993.

DENCKER, A. de F. M. **Pesquisa em turismo: planejamento métodos e técnicas**. 9. ed. São Paulo: Futura, 2007.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESPLANQUES, H. *Une nouvelle utilisation de l' espace rural em Itália: l' agriturismo*. In: **Annales de Géographie**. Paris, v. 82, n. 450, p.151-64, mars-avril, 1973.

DONNERMEYERER, J. F. Turismo rural e cultura local: a experiência Amish. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (org.). **Ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

FROELICH, J. M.; RODRIGUES, I. da S. Atividade turística e espaço agrário-considerações exploratórias sobre o município de Restinga Seca – RS. In: ALMEIDA, J. A.; FROELICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1998.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

GARCIA, A. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Sociologias**. Porto Alegre, Ano 5, n. 10, p.154-89, jul. – dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18718.pdf>> Acesso em: ago. 2007.

GARCIA, R. F. **El turismo en Espana – especial referencia al analisis de la demanda**. Madrid: Instituto de Estudios Turísticos, 1995.

GASTAL, S.; MOESCH, M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007. (Coleção ABC do Turismo)

GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. rev. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 2002. (Coleção Pesquisa, 1).

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992/97. In: XXVII Encontro Nacional de Economia, 1999, Belém. **Anais**. Niterói: ANPEC (Associação Nacional de Centro de Pós-Graduação em Economia), 1999. p. 207-27.

GRAZIANO DA SILVA, J.; VILARINHO, J.C.; DALE, P. O turismo em áreas rurais: suas potencialidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROELICH, J. M.; RIEDL, M.; (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1998.

HABERMAS, J. A nova intransparência – a crise do estado de bem-estar e o esgotamento das energias utópicas. In: **Novos Estudos Cebrap**, n. 18, 1987. p. 103-114.

HAIR, J. F. JR.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. 5. ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR, J. F. JR.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo Contexto)

HAUSER, M. *Evolución del turismo rural em Áustria, intento de aplicación de uma idea de marketing al caso del Tirol*. In: **Seminário internacional sobre turismo rural**. Faro: Escola de Economia, Gestão e Turismo/ Universidade do Algarve, 1993. p. 19-26.

HOBSBAWM, E. J. **A era do Capital: 1848 – 1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLANDA, S. B. de. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1972. Tomo I (Época Colonial), v. 1 (Do descobrimento à expansão territorial).

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos 2007**. Disponível em: <<http://censos2007.ibge.gov.br/>>. Acesso em: ago. 2007.

KALNIN, J. L. Desenvolvimento local/regional focado na agroindústria familiar: experiências em Santa Catarina. In **Tese de Doutorado** de Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Florianópolis, 2004.

KAYSER, B. *La renaissance rurale; sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3. ed. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

LAURENT, C.; MAMDY, J. F. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDLY, M.; FROEHLICH, J. M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1998.

LEADER MAGAZINE. *Leader e o turismo rural*. Lisboa, n. 4, out. 1993. p. 10-12.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Traduzido por Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Moraes Ltda., 1991.

LIMA, R. C. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1991.

MAILHOS, V. *El turismo rural en el Uruguay*. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDLY, M.; FROEHLICH, J. M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1998.

MAILHOS, V. *Experiências associativas de los productores agropecuários em el Uruguay – Apreciaciones sobre el turismo rural del Uruguay de ayer y hoy*. In: **Congreso internacional de turismo rural del cone sur**. Buenos Aires, 1998. p. 6-12

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Traduzido por Reginaldo Sant'Anna. Livro II, 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATHIEU, N.; JOLLIVET, M. *Du rural à l'environnement; la question de la nature aujourd'hui*. Paris: ARF/L'Harmattan, 1989.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MELO, L. A. Relações desiguais de gênero na política agrícola brasileira: a realidade da agricultura familiar. In: **Anais do X Encontro de geógrafos da América Latina** – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

MINGIONE, E.; PUGLIESE, E. A difícil delimitação do “urbano” e do “rural”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, v. 22, p. 83-9, abr. 1987.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa de turismo rural na agricultura familiar**. Brasília, 2003. Disponível em: <www.pronaf.gov.br/datev/arquivos/0727515672.doc>. Acesso em: 20 mar. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Reforma agrária e agricultura familiar: mais justiça e produção no campo. In: **Terra da Gente**. Brasília, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Glossário. In: **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília, 2007. Disponível em: <www.pronaf.gov.br/datev/arquivos/0727515672.doc>. Acesso em: 20 mar. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO e ECOPARANÁ. **TRF Paraná: turismo rural e agricultura familiar**. Curitiba, 2005. Disponível em: <www.mda.gov.br/saf/arquivos/0708411945.pdf>. Acesso em: 17 out. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Carta de Santa Maria de 1998. In: **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil 2003-2007**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/diretrizes.pdf>> Acesso em: maio 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil (2003-2007)**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/diretrizes.pdf>> Acesso em: jun. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano nacional do turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf>. Acesso em: 5 maio 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano nacional do turismo 2007-2010**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Diretrizes políticas. In: **Programa de regionalização do turismo - roteiros do Brasil**. Brasília, 2004a. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/Diretrizes_Pol%EDticas_Programa_Regionalizacao.pdf>. Acesso em: ago./ dez. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Diretrizes operacionais. In: **Programa de regionalização do turismo - roteiros do Brasil**. Brasília: Governo Federal, 2004b. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/diretrizes_operacionais_versao_final.pdf>. Acesso em: ago./ dez. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Sensibilização: módulo operacional 1. In: **Programa de regionalização do turismo - roteiros do Brasil**. Brasília, 2005a. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/M_dulo_Ope

racional_1_Sensibiliza__o_vers_o_final2.pdf>. Acesso em: ago./ dez. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Mobilização: módulo operacional 2. In: **Programa de regionalização do turismo - roteiros do Brasil**. Brasília, 2005b. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/Modulo_Operacional_2_Mobilizacao.pdf>. Acesso em: ago./ dez. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Institucionalização de instâncias de governança regional: módulo operacional 3. In: **Programa de regionalização do turismo - roteiros do Brasil**. Brasília, 2005c. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/M_dulo_Operacional_3_Inst_ncia_de_Governan_a_vers_o.pdf>. Acesso em: ago./ dez. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Sustentabilidade ambiental: princípio fundamental. In: **Programa de regionalização do turismo - roteiros do Brasil**. Brasília, 2006a. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/Principios_Fundamentais_Sustentabilidade_Ambiental.pdf>. Acesso em: ago./ dez. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Sustentabilidade econômica: princípio fundamental. In: **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil**. Brasília, 2006b. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/Sustentabilidade_Economica.pdf>. Acesso em: ago./ dez. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Sustentabilidade sociocultural: princípio fundamental. In: **Programa de regionalização do turismo - roteiros do Brasil**. Brasília, 2006c. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/Sustentabilidade_Sociocultural_30012007.doc>. Acesso em: ago./ dez. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Elaboração do plano estratégico de desenvolvimento do turismo regional: módulo operacional 4. In: **Programa de regionalização do turismo - roteiros do Brasil**. Brasília, 2006d. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/Modulo_Operacional_4-Elaboracao_de_Plano_Estrategico.pdf>. Acesso em: ago./ dez. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Implementação do plano estratégico de desenvolvimento do turismo regional: módulo operacional 5. In: **Programa de regionalização do turismo - roteiros do Brasil**. Brasília, 2006e. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/Modulo_Operacional_5_Implementacao_do_Plano_Estrategico.pdf>. Acesso em: ago./ dez. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Sistema de informações: módulo operacional 6. In: **Programa de regionalização do turismo - roteiros do Brasil**. Brasília, 2006f. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/Modulo_Operacional_6_Sistema_de_Informacoes_Turisticas.pdf>. Acesso em: ago./ dez. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Roteirização turística: módulo operacional 7. In: **Programa de regionalização do turismo - roteiros do Brasil**. Brasília, 2006g. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/M_dulo_Operacional_7_Roteirizacao_Tur_stica_vers_o_final.pdf>. Acesso em: ago./ dez. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Promoção e apoio à comercialização: módulo operacional 8. In: **Programa de regionalização do turismo - roteiros do Brasil**. Brasília, 2006h. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/PROMO_E_COMERC_2006%20FINAL%20REVISADA.pdf>. Acesso em: ago./ dez. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo no Brasil 2007-2010**: documento referencial. Brasília, 2006i. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/arquivos/Turismo_Brasil_2007_2010.pdf>. Acesso em: jul. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Segmentação do turismo**: marcos conceituais. Brasília, 2006j. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/Segmentacao_do_Turismo_Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural - Brasil**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/arquivos/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Sistema de monitoria e avaliação do programa: módulo operacional 9. In: **Programa de regionalização do turismo - roteiros do Brasil**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/Monitoria_Avaliacao_versao_final.pdf>. Acesso em: ago./ dez. 2007.

MOINET, F. **Le tourisme rural**. Paris: *France Agricole*, 1996.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

NOIA, A. C.; JÚNIOR, A. V.; KUSHANO, E. S. Avaliação do plano nacional de turismo: gestão do governo Lula, entre os anos de 2003 a 2007. In: **Revista de Cultura e Turismo**, Ano 01, nº 01 – out./2007. Disponível em: <<http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao1/artigo3.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2008.

OPPERMANN, M. *Tourism space in developing countries*. In: **Annals of tourism research**. London, v. 20, p. 535-56, 1993.

ORTOLI, P. *Tourisme et développement local*. **Grain de Sel – Inter-Réseaux**, n. 10, p. 8-29, jul. 1998.

OXINALDE, M. del R. *Ecoturismo: nuevas formas de turismo em el espacio rural*. Barcelona: Eras, 1994.

PEREIRA, J. O. de L. **Da propriedade no Brasil**: estudo sobre a origem e formação da propriedade. São Paulo: Duprat, 1932.

PEREIRA, R. M. F. do A. **A gênese da formação social brasileira**. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/docs/indoc/cehib/fontes.html>> Acesso em: set. de 2007.

PORTUGUEZ, A. P. Turismo Rural. In: TRIGO, L. G. G.; PANOSSO NETTO, A.; CARVALHO, M. A.; PIRES, P. dos S. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Arquivo Nacional. In: **Centro de informação de acervos dos Presidentes da República**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/memoria/crapp_site/presidente>. Acesso em: 28 fev. de 2008.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto Nº 1.946, de 28 de Julho de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/DEC%201.946%20PRONAF.doc>>. Acesso em: 20 mar. de 2008.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 15 mar. de 2008.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Nº , de 28 de Março de 1991**. Brasília, 1991. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L8181.htm>>. Acesso em: 15 fev. de 2008.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Medida Provisória Nº 103**, de 1º de Janeiro 2003 - DOU de 01/01/2003. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/45/2003/103.htm>>. Acesso em: 15 mar. de 2008.

PRESVELOU, C. Ações inovadoras em turismo. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M.; FROELICH, J. M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1988.

RANGEL, I. M. A história da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 1, n. 4, out. – dez. 1981.

RÉMY, J. *Lê rural et l'urbain entre la coupure et la différence: la métamorphose des relations ville/campagne*. In: **Espaces et sociétés**. Paris, n. 72, 1993, p. 31-47.

RIBEIRO, M. Turismo rural em Portugal: dos seus protagonistas principais e da sua configuração. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDLY, M.; FROEHLICH, J. M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1988.

RODRIGUES, A. A. B. Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDLY, M. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000 (Coleção Turis).

RODRIGUES, A. A. B. Desafios para os estudiosos do turismo. In: **Turismo e geografia**. Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

RUSCHMANN, D. v. de M. O turismo rural e desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDLY, M.; FROEHLICH, J. M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1988.

SALLES, M. M. G. **Turismo rural: inventário turístico no meio rural**. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2006.

SANSOLO, D. G.; CRUZ, R. de C. A. Plano nacional do turismo: uma análise crítica. In: **Caderno Virtual de Turismo**, vol.3, Nº 4 (2003). Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=41>>. Acesso em: 15 mar. 2008.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucicet, 1997.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005. (Coleção Milton Santos; 7)

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, A. S. dos; ALMEIDA, E. B.; DAL MOLIN, E. D.; DOMINGUES, J. Rota dos Tropeiros (PR): aspectos histórico-culturais da região visitada. In: **Relatório de Visita Técnica**, Universidade do Vale do Itajaí, 2006.

SCHLÜTER, R. G. **Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria**. Traduzido por Tereza Jardim. São Paulo: Aleph, 2003 (Série – Turismo).

TEIXEIRA COELHO. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

THÉRY, H.; MELLO, N. A. de. **Atlas do Brasil**: disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Carta de Santa Maria. In: **Grupo Turismo e Desenvolvimento** – Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural DEAER. Santa Maria, 1998. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/turismorural/index.php?acao=carta>>. Acesso em: 16 ago. 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, n. 15, p. 87-145, out. 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>> Acesso em: jul. 2007.

WOOD, E. M. O que é agenda “pós-moderna”? In: WOOD, E. M. e FOSTER, J. B. (Org). In: **Em defesa da história**: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Formulário de Entrevista Aplicado para as Secretarias de Turismo dos Estados Brasileiros



UNIVALI
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
Programa de Mestrado em Turismo e Hotelaria/UNIVALI

Apresentação e Instruções para Preenchimento da Entrevista

Esta entrevista é parte integrante de uma pesquisa de cunho acadêmico realizada para o Programa de Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí, tendo como objetivo contextualizar as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil elaboradas pelo Ministério de Turismo e parceiros, e analisar sua aplicabilidade nos Estados da Federação brasileira. A coleta de dados para a pesquisa será desenvolvida através de entrevista individual, por meio eletrônico, garantindo a privacidade e confidência do nome do respondente, os quais serão analisados pela acadêmica Alessandra Santos dos Santos (bolsista do CNPq), sob a orientação do Prof. Dr. Paulo dos Santos Pires.

O(a) Sr(a) estará respondendo o questionário expressando o contexto atual vivenciado pela Secretaria de Turismo do Estado, sobre a temática **Turismo Rural**. Solicito que ao final verifique se todas as questões foram respondidas e desejando poderá acrescentar outras informações pertinentes à prática de Turismo Rural no Estado, que eventualmente não foram abordadas por este instrumento de pesquisa.

Esta entrevista possui páginas numeradas de **1 a 7** contendo capa de apresentação, com dados de identificação do respondente, 8 (oito) questões dissertativas, 12 (doze) blocos com questões afirmativas, 1 (uma) questão para informações adicionais.

A sua colaboração ao responder a entrevista é de suma importância para a realização desta pesquisa, que pretende responder a questões pertinentes ao segmento denominado Turismo Rural nos Estados brasileiros, por meio da análise dos dados obtidos, podendo lançar hipóteses que venham a contribuir com este segmento. O pesquisador compromete-se em enviar, quando solicitado, a análise dos dados obtidos aos respondentes, após o término da pesquisa.

Nome Sr(a):

Idade:

Naturalidade:

Domiciliado (cidade e Estado) em:

Profissão:

Grau de Instrução:

Cargo Ocupado:

Obrigada pela sua colaboração!

Ao responder as questões (1 a 8) você poderá ampliar o espaço destinado a cada resposta.

1 - A partir de que ano ocorreu a implantação do Turismo Rural no seu Estado e como você identifica o marco de surgimento do Turismo Rural no Brasil?

2 – A Secretaria de Turismo do Estado utiliza-se das Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, do Ministério do Turismo, para orientar ações políticas de desenvolvimento do Turismo Rural no Estado?

3 - Qual o envolvimento que o Ministério do Turismo estabelece com o Estado em relação ao Turismo Rural?

4 - Houve participação do Estado no processo de elaboração das Diretrizes em 1997 para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, e de que modo ocorreu essa participação?

5 - Quanto ao lançamento dessas Diretrizes, ocorrido em junho de 2007 houve participação do Estado? De que modo?

6 – Como é conceituado oficialmente o Turismo Rural no Estado?

7 – Como o Turismo Rural vem sendo desenvolvido neste Estado? Quais as estratégias de promoção utilizadas?

8 - Quem são os parceiros do Estado no desenvolvimento do Turismo Rural?

Blocos Afirmativos

9 - As afirmativas a seguir foram divididas em Blocos. Para responder marque com um **X** as afirmativas abaixo relacionadas, avaliando cada uma delas, através de uma escala de **1 a 6**, ou seja, se **concorda minimamente** com a afirmativa marque **1** (um) e se **concorda plenamente** assinale **6** (seis).

A seguir, ao lado de cada afirmativa, atribua uma nota de importância **1 a 5** (em números inteiros) para cada item respondido, indicando o grau de importância relativa entre às afirmativas de cada Bloco, isto é, atribua notas de acordo com a importância que cada afirmativa possui perante cada Bloco.

Bloco A – Contribuição do Turismo Rural para o Estado							Nota de importância 1-5
Afirmativas	1	2	3	4	5	6	
A1 – Ocorre diversificação da oferta turística com o surgimento do Turismo Rural no Estado.							
A2 – O Turismo Rural trouxe aumento dos postos de trabalho no meio rural.							
A3 – O Turismo Rural contribui para o aumento de renda no meio rural.							
A4 – Ocorre valorização da pluralidade e das diferenças regionais, através do Turismo Rural.							
A5 – O Turismo Rural é um produto turístico de qualidade já consolidado.							
A6 – O Turismo Rural propicia a valorização da ruralidade. (modo de vida tradicional)							
A7 – O Turismo Rural contribui para a conservação do meio ambiente.							

Bloco B – Compreensão de como o Estado Desenvolve o Turismo Rural							
Afirmativas	1	2	3	4	5	6	Nota de importância 1-5
B1 – A conceituação de Turismo Rural desenvolvida pelo Ministério do Turismo é de fácil compreensão.							
B2 – Existem critérios definidos no Estado para o desenvolvimento do Turismo Rural.							
B3 – O produtor rural do Estado recebe incentivo para desenvolver o Turismo Rural							
B4 – Chega informação para o produtor rural, referente ao desenvolvimento do Turismo Rural.							
B5 – Existe por parte do Estado convergência de políticas (leis, normas e diretrizes) e de ações para ordenar o Turismo Rural no país.							
B6 – A segmentação de Turismo Rural traz ao mercado competitividade.							
B7 – O produtor rural é percebido como empreendedor pelo Estado, no desenvolvimento do Turismo Rural.							

Bloco C – Benefícios Acarretados pelo Turismo Rural							
Afirmativas	1	2	3	4	5	6	Nota de importância 1-5
C1 – O Turismo Rural traz diversificação da economia em âmbito regional.							
C2 – A condição das famílias rurais melhora em função da inserção do Turismo Rural.							
C3 – Ocorre difusão de conhecimento através do Turismo Rural.							
C4 – O Turismo Rural contribui para a diminuição do êxodo rural.							
C5 – Ocorre intercâmbio cultural através do segmento Turismo Rural.							
C6 – O Turismo Rural propicia o resgate das origens rurais e da natureza.							
C7 – O desenvolvimento do Turismo Rural propicia a melhoria da infra-estrutura de transporte, comunicação e saneamento.							
C8 – Através do Turismo Rural ocorre a criação de receitas alternativas, para valorizar a atividade rural.							
C9 – Para o desenvolvimento do Turismo Rural os equipamentos e bens imóveis sofrem melhorias.							
C10 – O Turismo Rural agrega valor ao produto primário e contribui com a verticalização da produção.							
C11 – A imagem e revigoração do interior ocorrem em função do desenvolvimento do Turismo Rural.							
C12 – Existe a integração entre os proprietários rurais e a comunidade do entorno, no desenvolvimento do Turismo Rural.							

C13 – O Turismo Rural valoriza as práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho.							
C14 – Através do Turismo Rural o campesino resgata sua auto-estima.							

Bloco D – Aspectos Negativos do Turismo Rural							
Afirmativas	1	2	3	4	5	6	Nota de importância 1-5
D1 – A implantação do Turismo Rural no Estado sobrecarrega a estrutura rural.							
D2 – A implantação do Turismo Rural gera problemas legais para o Estado.							
D3 – Ocorre degradação ambiental proveniente do desenvolvimento do Turismo Rural.							
D4 – O Turismo Rural gera descaracterização do meio e da atividade agrícola.							

Bloco E – Parcerias no Desenvolvimento do Turismo Rural							
Afirmativas	1	2	3	4	5	6	Nota de importância 1-5
E1 – O processo de desenvolvimento do Turismo Rural conta com a participação do poder público.							
E2 - O processo de desenvolvimento do Turismo Rural conta com a participação da sociedade civil organizada.							
E3 - O processo de desenvolvimento do Turismo Rural conta com a participação da iniciativa privada.							
E4 - O processo de desenvolvimento do Turismo Rural conta com a participação das associações.							
E5 - O processo de desenvolvimento do Turismo Rural conta com a participação de cooperativas.							
E6 - O processo de desenvolvimento do Turismo Rural conta com a participação do Conselho de Turismo Estadual.							
E7 - O processo de desenvolvimento do Turismo Rural conta com a participação de Instituições de Ensino.							
E9 - O processo de desenvolvimento do Turismo Rural conta com a participação da Comunidade							
E8 - O processo de desenvolvimento do Turismo Rural conta com a participação de organizações não governamentais - ONGs							

Bloco F – Ordenamento do Turismo Rural							
Afirmativas	1	2	3	4	5	6	Nota de importância 1-5
F1 – Existe legislação pertinente para o desenvolvimento do Turismo Rural.							
F2 – Proporciona discussões intersetoriais e institucionais para normatizar o Turismo Rural no Estado.							
F3 – Existem normas, regras e procedimentos específicos para o Turismo Rural no Estado.							

F4 – O Estado realiza levantamento, classificação e cadastramento dos serviços do Turismo Rural.								
F5 – A demanda da atividade Turismo Rural está identificado.								

Bloco G – Informação e Comunicação para o Turismo Rural							
Afirmativas	1	2	3	4	5	6	Nota de importância 1-5
G1 – Existe incentivo para a produção e disseminação do conhecimento referente ao Turismo Rural.							
G2 – Criou-se uma rede de informação para o Turismo Rural no Estado.							
G3 – Através da rede de informação de Turismo Rural no Brasil, ocorre o fortalecimento e consolidação do segmento.							

Bloco H – Articulação no Desenvolvimento do Turismo Rural							
Afirmativas	1	2	3	4	5	6	Nota de importância 1-5
H1 – O Turismo Rural propicia a valorização e fortalece a representatividade nacional.							
H2 – Através do Turismo Rural pode ocorrer o estabelecimento de convênios, acordos e parcerias.							

Bloco I – Incentivo para o Turismo Rural							
Afirmativas	1	2	3	4	5	6	Nota de importância 1-5
I1 – No Estado, existem fontes de cooperação e captação para o desenvolvimento do Turismo Rural.							
I2 – Para o Turismo Rural ocorre negociação de crédito diferenciado.							
I3 – Existem estratégias e ações eficientes para a promoção e comercialização de produtos e serviços no Turismo Rural.							
I4 – Existência de mecanismos para priorizar a qualidade de produtos e serviços na segmentação Turismo Rural.							

Bloco J – Turismo Rural e Capacitação							
Afirmativas	1	2	3	4	5	6	Nota de importância 1-5
J1 – No Turismo Rural existem políticas, programas, planos e projetos específicos para profissionalização.							
J2 – Existem cursos de qualificação e de aperfeiçoamento profissional para o Turismo Rural.							

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)